

Claudio Mirol Morales Torres

**Nova Casa Verde: a Reforma Agrária e a criação da vila em espaço de
assentamento rural**

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Dourados - 2016

Claudio Mirol Morales Torres

**Nova Casa Verde: a Reforma Agrária e a criação da vila em espaço de
assentamento rural**

Texto apresentado para a defesa de Mestrado do programa de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Celma Borges.

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Dourados - 2016

Claudio Mirol Morales Torres

Nova Casa Verde: a Reforma Agrária e a criação da vila em espaço de assentamento rural

Programa de Pós- Graduação em História – PPGH-UFGD

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador: Prof.ª Dr.ª Maria Celma Borges - UFMS/ UFGD

2º Examinador: Prof.ª Dr.ª Alzira Salette Menegat - UFGD

3º Examinador: Prof.ª Dr.ª Rosemeire Aparecida de Almeida - UFMS

4º Examinador: Prof. Dr. Fabiano Coelho - UFGD

Dedico este trabalho a toda minha família, principalmente aos meus amados e queridos pais que, mesmo não possuindo grau de instrução, conseguiram criar seus oito filhos, sempre ensinando o caminho do bem, da honestidade e do trabalho.

Agradecimentos

Gostaria aqui, em poucas palavras, de agradecer a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram com suas amizades, indicações de leituras ou com palavras de apoio e incentivo para que esta pesquisa fosse concluída.

Primeiramente, agradecer imensamente às famílias do assentamento Casa Verde que doaram seu tempo às entrevistas desta pesquisa e às amizades que durante esta caminhada foram construídas e que permanecerão ao longo de nossas vidas. Assim também, como aos momentos de alegria, risos e emoções ao recordar do passado à espera do tão sonhado lote de terras. Agradecer a receptividade destas famílias que nos receberam de bom grado e sempre ao final das entrevistas se preocupavam em nos servir um cafezinho.

Agradecer também aos entrevistados da Vila Nova Casa Verde, que doaram seu tempo ao narrarem suas trajetórias de vida até aquela localidade, bem como suas perspectivas em relação ao desenvolvimento desta área urbana, e também as indicações de entrevistas e conversas que foram surgindo a cada momento de nossa pesquisa dentro dessa comunidade.

Agradecer a Escola Municipal Luiz Claudio Josué e Escola Estadual Luiz Carlos Sampaio por nos fornecerem valiosas informações sobre números de alunos e funcionários, dispondo-se sempre a nos ajudar.

Agradecer imensamente ao professor Rubens Semensato de Lucena que me orientou no início dessa caminhada com as primeiras entrevistas que foram realizadas. Assim como a professora Jordana Cristina, professora Vera Lúcia, a inspetora escolar Ivanês e a secretária escolar Rosa Cristina, moradoras em Nova Casa Verde, que me apresentaram a vários moradores da Vila que se propuseram a colaborar com a pesquisa, pois sem estas pessoas e várias outras - impossíveis de serem citadas aqui - esta pesquisa ficaria bem mais difícil de ser realizada. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço também ao incentivo e apoio do meu amigo Ronyvaldo de Souza, que durante todo esse processo de pesquisa e escrita do trabalho, por muitas vezes pôs-se a ouvir meus desabafos, conflitos e inquietudes.

Meus sinceros agradecimentos aos amigos de conversas calorosas e produtivas Nelson de Lima, Jéssica Tropaldi e Débora Mosqueira, entre outros que conquistei durante esta caminhada.

Finalizando os agradecimentos, agradeço imensamente a minha orientadora Professora Dr^a Maria Celma Borges pela paciência e compreensão que teve durante estes dois anos e meio de estudos e pesquisa. Às professoras Rosemeire Aparecida de Almeida e Alzira Salete Menegat, da banca de qualificação, pelas sugestões para o encaminhamento do trabalho.

Por último agradeço ao incentivo prestado pela CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

Nueva Casa Verde: Reforma Agraria y la creación do pueblo en el espacio de asentamiento rural

Resumen

En esta investigación tratamos de traer algunas consideraciones relevantes en la formación del núcleo rural de Reforma Agraria Casa Verde, a partir del año 1987 y las condiciones en que se encontraban en la familia que no se establecieron después de largos años de lucha ya la espera de la tierra, en chozas de lona negro. En la segunda y tercera vez se analiza la construcción de Vila Nova Casa Verde, una zona urbana que parecía motivada por el deseo de familias asentadas en el Proyecto de Solución de la casa verde y que está estrechamente vinculada geográficamente, también económica y socialmente en este asentamiento rural de la Reforma Agraria.

En la preparación de nuestra investigación para los tres capítulos, tratamos de dar preferencia a las fuentes orales, pero sin olvidarse de utilizar las documentales, ya que estaban surgiendo. Además de las fuentes orales y documentales, también utilizamos algunas bibliografías relacionadas con el tema de la reforma agraria, así como aquellos que estaban en la formación de ciudades y pueblos en el interior de Brasil.

PALABRAS CLAVE: Movimientos sociales, asentamiento casa verde de , la reforma agraria, la nueva casa de pueblo verde, liquidación, fuentes orales.

Nova Casa Verde: a Reforma Agrária e a criação da vila em espaço de assentamento rural

Resumo

Nesta pesquisa procuramos trazer algumas considerações relevantes sobre a formação do assentamento rural de Reforma Agrária Casa Verde, a partir do ano de 1987, e as condições em que se encontravam as várias famílias que ali se assentaram depois de longos anos de luta e espera pela terra, em barracos de lona preta. No segundo e terceiro momento analisamos a edificação da Vila Nova Casa Verde, uma área urbana que surgiu motivada pela vontade das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Casa Verde e que está intimamente ligada geograficamente, também econômica e socialmente a este assentamento rural de Reforma Agrária.

Na elaboração de nossa pesquisa, para os três capítulos, procuramos dar preferência às fontes orais, mas não deixando de utilizar as documentais à medida que fossem surgindo. Além das fontes orais e documentais, também utilizamos algumas bibliografias referente à questão da Reforma Agrária, bem como aquelas que tratavam da formação de povoados e vilas no interior do Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Movimentos sociais, assentamento casa verde, reforma agrária, vila nova casa verde, povoamento, fontes orais.

Sumário

Introdução	p. 11
1. Capítulo I. Vida de acampado: histórias e memórias das famílias assentadas no projeto de assentamento Casa Verde	p. 18
1.1 De brasiguaios a acampados: memórias e trajetórias de lutas.....	p. 23
1.2 Outras memórias e histórias de lutas no tempo de acampamento.....	p. 26
1.3 Vida de assentados: memórias e histórias da luta pela terra em Nova Andradina, Sul de Mato Grosso do Sul.....	p. 41
1.4 Somos os “com-terra”: memórias de discriminação sobre os “sem-terra” do assentamento Casa Verde.....	p. 59
2. Capítulo II. A construção de Nova Casa Verde: olhares e vivências	p. 69
2.1 Os sujeitos e o cotidiano: (re) construindo um espaço social.....	p. 82
2.2 A Educação em Nova Casa Verde: algumas considerações.....	p. 96
2.3 Os múltiplos sujeitos que constituem a vila: quem chega e quem parte?.....	p.106
3. Capítulo III. Nova Casa Verde: História, Memória e Fé	p. 116
3.1 Nova Casa Verde: vila ou cidade?.....	p. 116
3.2 Nova Casa Verde e sua economia de autoconsumo.....	p. 126
3.3 História, Memória e Fé: Nova Casa Verde e a crença de um povo.....	p. 130
Considerações finais	p. 138
Referências Bibliográficas	p. 141
Fontes	p. 144
Lista de entrevistados	p. 144

Lista de Siglas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MIRAD - Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MS – Mato Grosso do Sul

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PA – Projeto de Assentamento

PT - Partido dos Trabalhadores

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

RH – Recursos Humanos

UDR - União Democrática Ruralista

Introdução:

A ideia de elaborar esta pesquisa sobre o surgimento da vila Nova Casa Verde e do assentamento Casa Verde deu-se, da necessidade de elaborar uma pesquisa contando a histórias das famílias que ali estão assentadas e da emergência da vila Nova Casa Verde, núcleo urbano que surgiu a partir do projeto de assentamento Casa Verde. E enquanto professor de História dos anos finais do ensino fundamental na Escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bonin, no assentamento Casa Verde e fazendo parte de uma família que participou do movimento de luta pela terra: a Reforma Agrária, sendo contemplada com um lote de terra neste mesmo assentamento no ano de 1987, não poderia deixar de trazer essas importantes contribuições para o campo do estudo histórico e social.

Nesse sentido, a pesquisa está voltada as histórias das famílias do assentamento Casa Verde na época do acampamento, narrando suas esperanças de adquirirem um lote de terra, bem como o esforço para conseguirem sobreviver nele quando foram contempladas.

Percebe-se que pouco se pesquisou sobre as trajetórias das famílias do assentamento Casa Verde para contar suas histórias, como sujeitos que participaram de um longo processo de acampamento iniciado no ano de 1984, sendo necessário mudar de acampamento para acampamento enquanto aguardavam o governo federal desapropriar terras para fins de Reforma Agrária, até 1987, quando foram assentados.

Algumas dessas famílias viveram até seis anos de suas vidas em barracos de lona preta. Outras famílias se constituíram nos acampamentos, nos barracos. Percebemos também que parte das famílias assentada no projeto de assentamento Casa Verde não passou pelos longos anos de barracos, chegando ao assentamento assim que a terra estava sendo desapropriada. As que no assentamento se encontram assentadas no tempo presente chegaram até lá por meio das ações organizadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul em que estavam filiadas, como também pelas ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Hoje são poucas as famílias primárias, aquelas que foram contempladas com o lote de terra, quando da formação do assentamento, que conseguiram permanecer em seus lotes de terra, depois de muita luta e sofrimento. O principal motivo de muitas delas não terem conseguido permanecer na terra estava ligado à falta de liberação de recursos por parte do governo federal nos primeiros anos de assentamento, como

afirmou um dos nossos entrevistados, ao destacar que: “foram jogados em cima da terra e esquecidos pelo governo federal, sem nenhum tipo de assistência e financiamento¹”.

Outro motivo está ligado ao fato de as terras dessa região serem arenosas e com o nível de acidez alto, sendo, conforme os relatos, inviável para a agricultura, diferente de como pensavam os assentados. Para que ela produzisse uma boa lavoura seria necessária a aplicação de grande quantidade de implementos agrícolas, condições que nenhuma família tinha naquele momento. A primeira intenção dessas famílias era trabalhar com a agricultura, sendo essa prática deixada de lado depois da primeira tentativa, em que a colheita foi impossível, visto que algumas plantas nem chegaram a nascer. A alternativa para conseguirem permanecer em seus lotes foi à criação de gado leiteiro e de bezerro de corte para a venda.

Esses dois fatores foram determinantes para que a maioria das famílias que foram contempladas com o lote de terra deixasse os lotes e fosse embora em busca de melhores condições de vida, já que ao chegar nela o governo praticamente lhes abandonou.

Em se tratando da história do tempo presente, nosso recorte temporal inicia-se a partir do final dos anos 1987 até 2015. Esse recorte se deve ao fato de que o assentamento Casa Verde se iniciou a partir de 1987, com a desapropriação da fazenda Santa Virginia pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com este projeto o INCRA assentou 471 famílias, sendo que parte delas veio da gleba Santo Inácio, famílias que já tinham passado longos períodos em barracos de lona.

O surgimento da vila Nova Casa Verde se dá no ano de 1996, e para que possamos entendê-lo é preciso entender as relações que envolvem o surgimento do assentamento e as famílias ali assentadas.

Para a realização da pesquisa, as fontes principais foram as orais, ou seja, entrevistas temáticas, direcionadas a formação do assentamento Casa Verde, assim como ao cotidiano da vila, sendo elas coletadas para a realização dos três capítulos propostos.

No primeiro momento foram coletadas dezessete entrevistas com as famílias assentadas no Projeto de Assentamento Casa Verde. Dentre estas foi também coletada uma com família de ex-assentado para que pudéssemos entender melhor os motivos pelos quais muitas famílias vieram a deixar o assentamento, vendendo as benfeitorias de

¹ENTREVISTA. Valdivino. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê. 21/12/2014.

seus lotes de terra, depois de muitos anos de luta para consegui-lo. Em algumas situações se dirigiram para os centros urbanos de sua origem.

Dessas dezesseis famílias, cinco delas vieram de um processo de longos anos de acampamento, mudando-se por vários municípios até o governo desapropriar as terras para que pudesse assentá-las. As outras onze famílias que foram assentadas no projeto de Casa Verde não passaram pelo mesmo processo de acampamento, sendo incorporadas ao assentamento meses antes da distribuição das terras, mas ambas tiveram que enfrentar a falta de recurso financeiro, a má qualidade da terra para a agricultura, entre outras dificuldades para que conseguissem resistir em seus lotes de terra.

Essas entrevistas nortearam nosso projeto de pesquisa no primeiro capítulo, pois por meio delas pretendemos trazer algumas contribuições importantes do cotidiano daquelas famílias nos barracos de lona preta, e ao estar dentro de seus lotes de terras, relatar as dificuldades enfrentadas por elas para conseguirem permanecerem na terra tão sonhada.

Nos segundo e terceiro capítulos da pesquisa estudamos a formação da vila Nova Casa Verde, seu espaço de socialização, os múltiplos sujeitos que compunham a vila desde sua criação até 2015, sua economia de autossustento e como os indivíduos componentes daquela sociedade percebem a religião em suas vidas, visto que Nova Casa Verde se inicia na década de 1990, a partir da existência do assentamento Casa Verde e é perceptível o número de igrejas evangélicas cada vez mais crescente dentro dessa localidade, estando presente também nesse ambiente a igreja católica. Isso nos chamou a atenção, uma vez que são nove instituições protestantes em um espaço social relativamente pequeno disputando fiéis entre si e a instituição católica.

No tempo presente, grande parte dos moradores tem alguma ligação com o assentamento, alguns possuem terrenos na vila, outros moram nela ou seus filhos acabaram migrando dos sítios para o espaço urbano da vila em busca de melhores oportunidades de trabalho, já que ela vem a cada dia mais se desenvolvendo. Atualmente existe um fluxo de pessoas muito grande, que chega à procura de trabalho, não somente dentro da vila, mas também nas fazendas ao redor ou até mesmo nos assentamentos que surgiram recentemente a sua volta.

Buscamos entender como a Vila é vista pelos seus moradores e suas expectativas para o futuro, bem como quais as relações sociais envolvidas em seu cotidiano que se relacionam com os assentamentos e fazendas a sua volta. Ao buscar estudar o cotidiano, nos centramos nas relações sociais que envolvem este ambiente enquanto espaço social,

cultural e religioso em que as relações sociais existentes muitas vezes são perpassadas pelos laços de amizade e de parentesco.

Para a construção desses capítulos nossas fontes de pesquisa principais foram as entrevistas, apreendidas a partir da história oral, por meio de coleta dos relatos com moradores do bairro, tanto daquelas famílias mais antigas que participaram do crescimento da Vila, quanto daquelas famílias que acabaram de se fixar em seu interior.

Essa metodologia foi escolhida justamente por falta de documentos que recontem a histórias do surgimento do bairro, bem como pela possibilidade de apreender a história das várias famílias que ali chegaram por vários motivos, seja ele em busca de trabalho, fugindo dos grandes centros em busca de sossego, ou até mesmo buscando se fixar próximo a familiares que ali se estabeleceram. Mas, cabe lembrar que os documentos escritos são de grande e valiosa importância e foram utilizados à medida que surgiam durante a nossa pesquisa.

A vila também é constituída por uma grande maioria dos filhos dos assentados que por vários motivos, entre eles: o casamento, a busca por um trabalho no comércio local, o melhor acesso aos estudos, entre outros; deixaram a vida de sitiante visando se estabelecer como morador da vila, uma vez que, como destacam, sua localização proporciona melhor acesso a outros recursos como: hospital, mercado, transporte para cidades maiores, escola, farmácia etc.

Para que tivéssemos êxito com a nossa metodologia de pesquisa, ou seja, a história oral, utilizamos um questionário direcionado, elaborado e revisado antes de partirmos para a pesquisa de campo, evitando, desta forma, fugir do objeto de pesquisa, ao sabermos que nossa memória é seletiva. Ao utilizarmos este instrumento de pesquisa acreditamos ser possível evitar que nossos entrevistados muitas vezes fujam do foco central da pesquisa.

Sobre os lapsos da memória, Alberti (2004) nos distingue dois momentos em que nossa memória poderá se encontrar: a memória ativa e a latente. A memória ativa segundo a autora seria aquela que está a nossa disposição no decorrer do nosso cotidiano. A segunda, a memória latente, seria aquela que precisaria de reconstruções e associações para ser recuperada (ALBERTI, 2004, p. 35-36).

Por meio da memória latente nossos entrevistados tentaram fazer uma reconstrução do passado. Buscar recordar em sua memória os tempos de acampamento em barracos de lona, tentando encontrar fragmentos das lembranças de outrora que marcaram suas vidas foi então um dos objetivos. Da mesma forma também a memória

ativa, tanto quanto a latente, foram utilizadas pelas famílias que compõem a vila Nova Casa Verde ao nos contar suas trajetórias, assim como aquelas famílias que viram surgir por meio do assentamento o nascimento de uma nova comunidade, a vila Nova Casa Verde, sentindo-se parte dela.

As fontes orais nos permitiram compreender situações que geralmente as fontes escritas não conseguiriam captar, como um simples gesto com os braços ao lembrar-se da época de acampamento, ou ainda um olhar de tristeza ao infinito tentando relembrar os momentos difíceis nos barracos de lona preta e até mesmo os momentos engraçados que aconteceram ao longo dos acampamentos. Captar essa essência, esse momento do entrevistado, como se ele estivesse de volta a aquele espaço temporal, acreditamos que também é um ofício do historiador. Desta forma concordamos com Alberti quando afirma que a fascinação de uma entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência (ALBERTI, 2004, p. 18-19).

Essa experiência ficou evidente em nossas entrevistas no assentamento Casa Verde, onde fomos para mais uma das entrevistas com as primeiras famílias do assentamento, ao entrevistarmos um casal e pedirmos para eles nos contarem as dificuldades das épocas que viveram nos barracos de lona preta. Afirmaram eles que foram muitas, principalmente as ligadas à falta de alimentos, momento em que ao relembrares desse período ficaram emocionados, com os olhos cheios de lágrimas, nos passando também, em certa medida, suas experiências ao longo dos anos em acampamentos.

A experiência de ver nos olhos dos nossos entrevistados as feições de alegrias, bem como as de tristeza surgirem nos seus rostos ao relembrares de suas lutas para conseguirem um pedaço de terra, nenhum documento escrito poderá trazer à tona. Não estamos aqui diminuindo a importância dos documentos escritos, mas tentando mostrar o quanto trabalhar com a história oral pode ser gratificante e prazeroso.

Como afirma Alberti (2004), as entrevistas têm valor de documento e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam (ALBERTI, 2004, p.19). Cabe ao pesquisador avaliar essas entrevistas de forma crítica, podendo fazer delas um bom uso. Desta forma, vale salientar o que diz a autora: “a história oral não é a solução para tudo, convém ter claro onde ela pode ser útil e delimitar sobre o que vale a pena perguntar” (ALBERTI, 2004, p. 22). Por isso a importância de se ter em mãos uma ficha questionário para direcionar a pesquisa para que esta ocorra o mais próximo

possível do planejado. Todavia, a inversão das questões pode ainda revelar memórias marcantes e fundamentais para apreendermos a história desta comunidade.

Por meio dessas narrativas tecidas a partir do diálogo com nossos entrevistados buscamos compreender como as histórias de lutas dessas famílias foram construídas ao longo dos anos, em que muitas entraram na luta por um pedaço de terra pelos movimentos de Reforma Agrária, os quais ganharam bastante força a partir dos anos 1980 no Brasil.

Foi por meio de algumas instituições mediadoras como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se acentuou a necessidade de forçar o governo a tomar atitudes urgentes quanto ao problema fundiário no Brasil, tanto que um dos métodos do MST é justamente a ocupação das terras consideradas improdutivas, como uma forma de chamar a atenção do governo para a seriedade que envolve a questão fundiária no Brasil. Destaca-se ainda as ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição ligada a Igreja Católica, que juntamente com outros agentes mediadores passou a defender o direito de acesso a terra àquelas famílias excluídas socialmente. Observa-se que a CPT ganhou grande importância junto aos outros movimentos que lutavam pelo acesso a terra. Segundo Fernandes (2000) em sua obra “A Formação do MST no Brasil”:

Desde 1979, quando começaram as experiências, de luta pela terra, a CPT promoveu a articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o país. Nesses lugares, os sem-terra trocaram experiências e começaram a pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados (FERNANDES, 2000, p. 75).

É possível perceber em várias falas dos nossos entrevistados o quanto importante foram esses movimentos de mediação entre governo e trabalhadores, principalmente a partir da Comissão Pastoral da Terra que, por meio de seus agentes, freiras, padres e bispos, rompeu o isolamento, ou melhor, tentou derrubar os muros que cercavam a instituição, trazendo ajuda aos que lutavam pela terra, não somente a espiritual, mas também com articulações políticas para que esses trabalhadores conseguissem chamar a atenção do governo para a problemática vigente.

Utilizando-se dessas narrativas também será possível dar um significado maior ao movimento que fez surgir à vila Nova Casa Verde naquela localidade a partir de meados do ano de 1996. Movimento este surgido a partir da união dos próprios parceiros² do assentamento Casa Verde, ao qual buscavam um lugar estratégico para poder conseguir vender o que produzissem em seus lotes de terra. A partir das narrativas de seus habitantes buscamos entender como foi (e é) construído o cotidiano daquela sociedade, os costumes, sua cultura e sua religião.

² Dono de uma parcela de terra. Segundo o dicionário de português online Michaelis. <http://michaelis.uol.com.br>.

CAPÍTULO 1

Vida de acampado: histórias e memórias das famílias assentadas no projeto de assentamento Casa Verde – Nova Andradina – MS

Neste capítulo enfocaremos a situação das famílias do Assentamento Casa Verde, em vista do que vivenciaram na época dos barracos de lona preta, nos acampamentos, considerando suas esperanças, aflições, desânimos, companheirismos e persistências, para a conquista um lote de terra depois de um longo e árduo tempo de espera, como ressaltam os relatos.

Muitas vezes acampadas em beira de rodovias, ora em lugares determinados pelo poder público, algumas dessas famílias migraram por muitas cidades e municípios de Mato Grosso do Sul, onde o governo apontava para a promessa de resolver em “breve” a questão da desapropriação de terras voltadas para a finalidade de reforma agrária.

Citaremos os 13 acampamentos espalhados por 12 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, totalizando cerca de 835 famílias reunidas a partir de 1987 na gleba Santo Inácio, localizada no município de Dois Irmãos do Buriti, hoje denominado Assentamento Marcos Freire, pois parte dessas famílias veio para o Projeto de Assentamento Casa Verde, no município de Nova Andradina (REGINA, 1994. p. 112). Vale lembrar que as ações dessas famílias eram mediadas pelos movimentos sociais que surgiram no contexto de luta pela terra no final dos anos de 1979 e início dos anos de 1980, onde passam, segundo Almeida (2006, p. 122), a questionar a situação do monopólio da terra e o poder político no estado de Mato Grosso do Sul, obtendo mais força nesse período e contando com o apoio de agentes como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI). A FETAGRI, a partir de 1985, segundo Almeida (2006, p.159), passa a atuar na sociedade brasileira, tendo como meio de luta o acampamento, resultado da ocupação e da luta de resistência.

Na pesquisa de campo no assentamento Casa Verde em meio às entrevistas com as famílias originárias que ainda permanecem na terra, em que, no dizer de um dos entrevistados, seu Joaquim, “isso que fizemos agora foi mais uma conversa né?”, foi possível perceber o quanto pereceram em barracos de lona na luta pela conquista de um

pedaço de terra. Para muitas delas essa “espera” durou mais de seis anos, conseguindo resistir à fome, à sede e à inexistência de infraestrutura oferecida por parte do governo. Mas, o desejo da terra aparece como um norte para que conseguissem atravessar as dificuldades e permanecer em seus lotes de terra.

Percebemos também que as famílias que mais sofreram, por falta de recursos básicos como alimentação e água potável, “nas cidades de lona”, a espera de seus lotes, foram aquelas que tiveram como agente mediador o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Estas famílias vieram do acampamento da gleba Santo Inácio, onde a exigência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais era a de que permanecessem nos barracos de lona, pois sua ausência significaria o cancelamento de sua inscrição junto a esse órgão. Outras famílias permaneceram na “lona” justamente por falta de um lugar onde construir seu lar.

As famílias que talvez tenham se desgastado menos a espera da desapropriação das terras nos barracos de lona preta talvez sejam aquelas vindas de movimentos que lutavam também pela reforma agrária, como é o caso dos parceiros vindos também com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de vários municípios, mas que chegaram ao acampamento quando as terras já estavam desapropriadas na espera somente da divisão dos lotes ou mesmo no caso da FETAGRI. Seu, Joaquim, de 61 anos, e dona Aparecida, de 58 anos, são exemplos deste caso, pois foram para o assentamento por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da cidade de Ivinhema. Hoje assentado, na Gleba Ipê, seu Joaquim nos relatou, ao se referir ao tempo em que permaneceu acampado, o que vivera na espera da terra, ao observar que:

[...] acampado sem destino não, quando nós acampou aqui, acampamos já, já cortando a fazenda, já trabalhamos ajudando nas picada, distribui os marco que é pra fazer as demarcação dos lote, então assentado (acampado) esperando as terras nós nunca ficou, nós só ficou um seis meses, mas já esperando cortar a nossa terra [...] acampado em barraco de tábua, dois cômodo e era de chão, não tinha nada de luxo³ [...].

A história narrada é diferente da situação de outras famílias apoiadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as quais vieram de longos anos de acampamentos, onde tiveram o acesso ao lote de terra, mas não tinham nenhum recurso com que se manter na terra e sem previsão de ajuda por parte do governo. Nesse caso, a família do

³ ENTREVISTA. Joaquim e Aparecida. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê. 21/12/2014.

senhor Joaquim e de dona Aparecida, entre outras famílias, vieram para a área definitiva que futuramente seria o seu sítio.

Mas mesmo estas famílias que permaneceram por pouco tempo acampadas, se comparadas às outras famílias, também enfrentaram sérias dificuldades para se manterem na terra, conforme relata seu Joaquim, ao observar que uma dessas agruras foi a questão financeira e a dificuldade para sustentar sua família, pois trabalho remunerado não existia, como diz ele “no meio desse cerradão aqui”. Muitos outros pais de família tiveram que deixar suas famílias acampadas e sair à busca de um salário para sustentar seus filhos, empregando-se em fazendas vizinhas, principalmente no corte de cana-de-açúcar na Usina Energética⁴ próxima ao acampamento, hoje assentamento Casa Verde.

Para o senhor Valdivino, de 65 anos, outro parceleiro que teve acesso à terra por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por ser filiado ao mesmo, assim como todos os outros que adentraram à luta por intermédio desse agente mediador, os quais pagavam uma taxa todo mês para continuar filiados no tempo de acampamento, esse processo de conquista da terra foi mais longo, durando cerca de dois anos, segundo ele. Ao relembrar a fala do agente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, destaca que:

[...] vai ter uma área lá na Casa Verde, Nova Andradina, que já tá na mão do INCRA, mais se vocês não entrar lá, vai vim outra turma e vai invadir a área, depois que outra turma entra né? Então vocês pega a vaga de vocês, então ele falo pra nós, o certo é vocês tinha que ir e entra na área, foi então onde nós veio e ficamos dois ano aqui pra pegar o lotinho aí⁵ [...].

Originário da cidade de Mundo Novo – MS, onde trabalhava com a lavoura de café, juntamente com sua família, por meio de arrendamento da terra, seu Valdivino passou dois anos de acampamento indo a cada quinze dias para a sua cidade de origem, Mundo Novo, para cuidar de seu plantio de café, pois não podia abandoná-lo, sendo este o único sustento da família nesses longos dois anos de espera pelo corte dos lotes. É possível perceber em sua fala a pressão imposta pela liderança do sindicato, pois se demorasse a “fincar o barraco no acampamento” poderia correr o risco de ter seu lugar tomado por outras famílias.

⁴ Usina Energética Santa Helena, nesse período em questão recebia a denominação de Usina Energética Xavante. Passando a se chamar definitivamente pelo nome atual em maio de 1992.

⁵ENTREVISTA. Valdivino. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê. 21/12/2014.

Percebe-se, por meio das memórias do senhor Valdivino, que segundo declarou o agente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, eles não teriam ajuda do governo por no mínimo dois anos. Essa fala foi percebida durante nossas conversas com outros assentados. Assim, segundo ele:

[...] naquele tempo aqui não tinha financiamento de INCRA, quando nós veio pra aqui, o INCRA já avisou, 'óia lá é uns dois ano, não tem nada para vocês, quem pode ir vai, quem não pode não vai', naquele tempo ele falou, quem tiver 300 reais (cruzeiro na época)⁶ [...].

Dentre aquelas famílias que vieram por intermédio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as quais fizeram parte de nossas entrevistas, todas elas trouxeram ou possuía em conta poupança, alguma economia, que ao longo do tempo de acampamento foi o que as sustentou. Algumas tinham alguns bens como o gado, que serviam para produzir o leite, mas nas épocas de aperto foram sendo vendidos para que assim obtivessem outros bens de primeira necessidade como arroz, feijão, açúcar etc.

Após um ano e meio de acampamento todas as famílias foram autorizadas pelo INCRA a utilizarem algumas áreas de pastagem para fazerem suas roças, período em que o senhor Valdivino e os outros parceiros conseguiram plantar mandioca e vender para as farinheiras próximas, obtendo uma renda a mais.

O acampamento reunia famílias vindas de todas as regiões do estado de Mato Grosso do Sul, como é o caso do senhor Valdivino, que veio de Mundo Novo e dos senhores Joaquim e Jurandir, cujas famílias são originárias de Ivinhema, entre outras regiões do estado, ou até mesmo famílias brasileiras que se encontravam no Paraguai, os chamados brasiguaios⁷, como é o caso da família do senhor Lírio e dona Jacinta, que deixaram o país vizinho, indo para o acampamento em Mundo Novo - MS.

Essa mescla de famílias vindas de lugares e trajetórias distintas nos remete à pesquisa de L'estoile e Sigaud (2006), quando propuseram estudar as transformações sociais que estavam ocorrendo na Zona da Mata, no estado de Pernambuco, resultado do fechamento de empresas açucareiras e do desemprego, tendo como consequência o surgimento de acampamentos e assentamentos de reforma agrária:

⁶ENTREVISTA. Idem.

⁷ Para uma discussão sobre os Brasiguaios ver BALLER, Leandro. *Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*; e OLIVEIRA, Benícia Couto de (Org.). *Histórias que (RE) Contam Histórias: Análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul do Mato Grosso do Sul*.

[...] diferente era a situação nos acampamentos constituídos por pessoas vindas de fora, como Brejo, Mascatinho, Serra d'água, Minguito, São João e, em momento anterior, o de Cipó. Para eles tinham convergido indivíduos de procedências diversas e trajetórias distintas [...] (L'ESTOILE; SIGAUD, 2006, p.49).

Nesse sentido, nossas pesquisas se assemelham, pois em ambos os casos percebe-se a união de famílias, com histórias de vidas tão distintas, tendo o mesmo objetivo em comum: o desejo de possuírem uma terra para o plantio e o sustento de suas famílias, ou seja, não depender mais de patrões.

Perguntados sobre os motivos de aderirem aos movimentos de luta das instituições e ou movimentos sociais, fossem eles FETAGRI, o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ou o MST, entre outros, em busca de um pedaço de terra, os entrevistados deram praticamente as mesmas respostas, pois tinham se cansado de trabalharem para os outros, o que haviam feito pela vida inteira, e naquele momento desejavam trabalhar em sua própria terra, sem patrões. Outros nos disseram que queriam uma liberdade para cultivar suas próprias lavouras, sem depender de autorização do patrão, pois a terra não era sua, eram donos somente da força de trabalho, explorada a cada dia, e podiam a qualquer momento ficar desempregados, quando sua mão de obra não fosse mais necessária. Percebe-se que os anos 1980 foram um período de significativas transformações sociais no meio rural.

A partir dos anos 1970 começam a se intensificar no Brasil os movimentos sociais, principalmente os ligados à questão agrária. Isso se deve em grande medida às transformações sociais ocorridas no campo, tangentes às formas de produção no meio rural, em que a mão de obra aos poucos começara a ser substituída pela produção mecanizada e dava-se ainda a intensificação do uso de adubos e de defensivos químicos, derivando na denominada “modernização dolorosa” (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Soma-se a isto o processo migratório vivenciado pelo norte e o sul de Mato Grosso, entre outros estados, em que, segundo Menegat (2009), a década de 1970 é tida como um marco para o aumento da migração, principalmente de homens e mulheres vindos da região Sul e Sudeste do Brasil para essa região. Esses migrantes se dirigiam ao estado do então Mato Grosso para trabalharem, em muitos casos, com lavouras mecanizadas.

Essa observação nos remete ainda aos apontamentos de Menegat (2009), ao referir-se às mudanças ocorridas no espaço agrário do sul de Mato Grosso, onde a partir

da década de 1970 ocorre o êxodo campo/cidade, em que aquele proprietário que desenvolvia a agricultura de autoconsumo irá ser praticamente expulso do campo, por não ter as mínimas condições de competir com um grande produtor mecanizado e nem mesmo o desejo para tal seria a questão, pois aquele pequeno produtor irá produzir para seu autossustento, para o consumo de sua família, enquanto o grande produtor mecanizado irá produzir em larga escala pensando na viabilidade do lucro, nos dividendos que o mercado externo lhe proporcionará.

Vejamos como Menegat define essa nova relação vivenciada no meio rural brasileiro nesse período:

Durante a década de 1970, no então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, deu-se a expropriação de pequenos proprietários já instalados, que desenvolviam a agricultura de subsistência. Com a instalação e a expansão do novo explorador, aumentou na região seu poder econômico e político sobre os demais produtores, especialmente os posseiros e os pequenos produtores, que se viram cada vez mais pressionados para deixar a posse de suas terras e acabaram sendo forçados a vender suas propriedades aos novos colonizadores, buscando o Paraguai como alternativa. (2009, p. 36)

Esse pequeno produtor de alimentos, ao não ter condições financeiras para mecanizar sua pequena lavoura e talvez a intenção não fosse mesmo mecanizar a terra viu-se obrigado a vender sua propriedade, passando de dono do seu próprio tempo a empregado, tendo como alternativa trabalhar para aqueles grandes produtores rurais, já que era detentor do conhecimento do manejo rural, ou ainda viu-se na contingência de ter que migrar para as periferias das cidades, sendo obrigado a trabalhar fora de sua área de conhecimento para sustentar sua família, o que lhe causava insatisfação, por estar contrariando seus sonhos que era lidar com a terra.

1.1 De brasiguaios a acampados: memórias e trajetórias de lutas

Uma das alternativas encontradas por esses trabalhadores da terra, expulsos da terra de trabalho, foi a de migrarem para o país vizinho, o Paraguai, pois naquele país o preço da terra tanto para comprar, quanto para o arrendamento, era muito mais barato que no Brasil. Para Oliveira, que pesquisou os motivos e as trajetórias das famílias

brasileiras, que se estabeleceram no país vizinho nesse período, essa região oferecia um solo de alta qualidade para o plantio e terras a baixo preço (2013, p. 95).

Dentre essas famílias que vivenciaram esse processo migratório para o Brasil nesse período, muitas delas viram nos movimentos sociais de reforma agrária, que ganhavam força, uma possibilidade para conquistar um pedaço de terra dentro do seu país de origem, como foi o caso do senhor Lírio e de dona Jacinta, uma das famílias que entrevistamos no assentamento Casa Verde, possuidora de uma história de vida e de acampamento muito interessante, pois também faziam parte das famílias que nos anos de 1980 retornaram do Paraguai. Depois de longos anos no país vizinho voltaram a se estabelecer em seu país de origem, e ao fazerem esse processo migratório de volta, se repatriando novamente, receberam a denominação brasiguaios.

Seu Lírio e Dona Jacinta compunham uma família de migrantes vindos do Sul do Brasil, especificamente de Santa Catarina, adentrando no Paraguai pela fronteira territorial do Mato Grosso do Sul. Lá conseguiram se estabelecer no ano de 1975 e compraram doze alqueires de terras, onde, segundo o entrevistado, a terra produzia de tudo o que se plantasse.

Perguntado sobre o que produzia em terras paraguaias, a resposta veio de imediato e com largos sorrisos nos lábios: “soja, milho, hortelã, a terra produzia de tudo, tinha uma aguada muito boa...vixe...se você vê o sítio lá!”. Depois de ouvirmos essa resposta, percebemos os motivos do largo sorriso nos lábios do casal e o brilho em seus olhos, visto que o grande sonho de todo agricultor é ter acesso a um solo fértil, onde possa conseguir colher o que se planta, em uma terra rica para a agricultura.

Narram os entrevistados que a sua produção era comercializada com os próprios compradores paraguaios, o que lhes rendia um bom dinheiro, e por meio dela conseguiam manter sua família. Segundo Seu Lírio os negócios iam bem até que as firmas brasileiras começaram a se estabelecer na região. Ao refletir sobre essa situação, nos afirma o seguinte:

[...] quando era os paraguaios que comprava era muito bom de vender, negociava que era uma beleza, quando começou as firmas brasileiras a entrar lá dentro, montar silo, secador essas coisas, começou a robalheira, inclusive até um padre montou uma cooperativa lá...pra robá..(risos), mas robava, tá doido (risos)⁸ [...].

⁸ENTREVISTA. Lírio e Jacinta. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 12/12/2014.

Vários motivos influenciaram o senhor Lírio a vender sua terra no Paraguai e ter como destino o retorno ao Brasil, aderindo ao movimento pela reforma agrária, entre eles as condições climáticas que dificultaram a colheita em três anos seguidos, e, como conta ele, ora era chuva demais ou sol em excesso. Como consequência não conseguia pagar o empréstimo que tinha contraído junto ao banco para financiar o plantio de sua lavoura.

O casal deixou o Paraguai em 1986, vindo a entrar no movimento pela reforma agrária, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no acampamento, denominado “Brasil Unido”, na cidade de Eldorado – MS.

Um trajeto parecido de repatriamento fez a família do senhor Messias, de 60 anos, pois de forma semelhante ao senhor Lírio e família, possuía uma propriedade dentro do Paraguai, na cidade de Maracaju, próxima a cidade de Paloma, antes de aderir ao movimento de reforma agrária. Seu Messias, juntamente com a sua família, saiu do Paraguai motivado pelas perdas de sua lavoura, devido às condições climáticas nesse período e veio para o acampamento na cidade de Eldorado, no mesmo acampamento em que se encontrava o senhor Lírio.

Em Eldorado, segundo o senhor Messias, ficaram acampados por quatro anos, momento em que o governador, na época Marcelo Miranda, centralizou todos os acampamentos do estado na mesma localidade: em Dois Irmãos do Buriti, na Gleba Santo Inácio, hoje assentamento Marcos Freire.

Percebe-se que tanto o senhor Messias, quanto o senhor Lírio, resolveram aderir ao movimento de reforma agrária após a situação econômica começar a declinar, devido às más condições das colheitas. No caso do senhor Lírio também havia a situação dos novos compradores brasileiros que colocavam empecilho em seus produtos na hora da negociação de venda. Por meio das falas dos nossos entrevistados, é possível fazer um diálogo com o que afirma Martins (1997), quando narra sobre a constituição das identidades na luta pela terra, pois: “a decisão de entrar na luta pela terra não é tomada da noite para o dia, como uma decisão mágica. É fruto de todo um processo de expropriação/exploração perpassado pela alienação que oculta a eles a sua real condição de expropriados/explorados” (1997, p. 147). Podemos compreender que muitos dos nossos entrevistados resolveram aderir à luta pela terra, fugindo da exploração de sua mão de obra, buscando na luta pela reforma agrária um meio para trabalharem em de seu próprio pedaço de terra.

A situação do senhor Lírio e de seu Messias possuía agravantes transnacionais, uma vez que estavam em terras estrangeiras e tinham a posse da terra, mas não o título definitivo da compra, inviabilizado pelo governo paraguaio.

1.2 Outras memórias e histórias de lutas no tempo do acampamento

Dona Vaneide, de 46 anos, nos relata a trajetória de como chegou até o acampamento, ligada às ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Sete Quedas-MS. Segundo ela, sempre trabalhou na lavoura e vendia tudo que produzia na terra arrendada. Ficou sabendo do acampamento por meio do sindicato, onde o representante, vendo sua dedicação para trabalhar na lavoura, lhe ofereceu uma vaga para o acampamento em Santo Inácio.

Foi possível perceber em sua fala que a atuação do representante do sindicato foi muito significativa para que adentrasse ao processo de luta pela terra, pois ao oferecer a vaga no acampamento, ele lhe fez a seguinte pergunta: “a senhora já pensou em trabalhar em cima de sua própria terra?”. Essa fala foi significativa, visto que seu sonho era trabalhar em seu próprio pedaço de terra, e esse fato marcou o rumo de sua vida, segundo ela, pois observamos o quanto é agradecida a esta pessoa. Perguntada se sempre trabalhou com a lavoura, ela nos responde com entusiasmo a seguinte afirmação:

[...] sempre eu fui trabalhadora rural, nasci trabalhadora rural, desde pequeninha na idade dele aí (se referindo ao seu filho caçula, que estava sentado junto a nós ouvindo a história de vida e luta de sua mãe no acampamento), que eu dirigia os caminhão pro meu pai, eu era um super-homem sabe (risos)⁹[...].

Segundo Dona Vaneide, o acampamento na gleba Santo Inácio foi bastante organizado, pois recebeu assistência de muitos movimentos vigentes naquela época, ligados à questão agrária. Entre esses movimentos estava a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

⁹ ENTREVISTA. Vaneide. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 20/11/2014.

Segundo Regina et alii (1994), a CPT, entidade ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica, tem seu início de atuação em Mato Grosso do Sul, na cidade de Dourados-MS, no ano de 1978. A partir desse período, a CPT acompanhou e assessorou, através de seus agentes, todos os movimentos sociais que surgiam na luta pela terra, ou seja, movimentos que reivindicavam terra para aqueles indivíduos, mas que viviam às margens da sociedade ou até mesmo esquecidos pelo poder público, mas que tinham uma ligação com o meio rural, ou seja, que sabiam da lida do campo, principalmente com a lavoura.

Segundo ainda o autor, que pesquisou a atuação da CPT entre os anos de 1978 e 1992, no estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com a participação de dois agentes da instituição, Mieceslau Kudlavicz e Sebastiana Almire de Jesus, a CPT tinha como objetivo principal “a luta pela terra”, ou seja:

A CPT atuou inicialmente tendo como orientação básica a questão da “luta pela terra”. Isto é, procurou dar todo o apoio e criar condições para que os trabalhadores se organizassem na luta pelo pedaço de terra para trabalhar e sobreviver [...] A luta na terra passa a ser a diretriz da CPT quando os primeiros movimentos dos trabalhadores em Mato Grosso do Sul, começam a alcançar êxito, ou seja, quando do surgimento dos primeiros projetos de assentamentos rurais. (1994, p. 5).

É possível entender, a partir das entrevistas, que a CPT continuou sua atuação até mesmo depois de as famílias já terem sido assentadas em seus lotes de terra no assentamento Casa Verde.

Apesar dessas 835 famílias se encontrarem em situação de pobreza, acampadas em barracos de lona preta, na Gleba Santo Inácio, dona Vaneide nos lembra que aprendeu, por meio dos cursos culinários oferecidos dentro do acampamento, a fazer variados tipos de doce e sabão utilizando a mandioca, a batata doce, ou seja, os produtos agrícolas plantados em volta dos barracos:

[...] até curso eu recebi...aprendi a fazer muita coisa de mandioca sabe...lá acampada, eu aprendi a fazer pão de mandioca, eu aprendi a fazerdoce de mandioca, aprendi a fazer sabão de mandioca, muita coisa assim que vem da mandioca, que vem da abobra, bolo de batata doce, torta de batata doce [...] então aprendi a fazer muita coisa...às vezes falam ‘ha um bando de vagabundo, fica lá de baixo de uma lona’, de jeito nenhum, nós não fomos vagabundos, nós aprendemos a fazer muita coisa sabe? No acampamento¹⁰.

¹⁰ ENTREVISTA. Vaneide. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 20/11/2014.

Esse aprendizado ela aplicou e aplica atualmente em sua terra onde trabalha com a agricultura familiar, passando a fornecer semanalmente alface, couve, cheiro verde, entre outras hortaliças que produz em sua horta para as escolas da cidade, assim como também a escola rural próxima ao seu lote, numa parceria entre o pequeno produtor e o município de Nova Andradina, por meio do projeto Agricultura Familiar. Ela nos recorda que as ajudas na época do acampamento em Santo Inácio foram muitas, principalmente vindas, segundo ela, da pessoa do senhor José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, do qual ela não se lembra da instituição representada por ele naquele período.

Foi possível percebermos em seu relato, no momento em que falava dos cursos que aprendeu ao longo dos acampamentos, um sentimento de revolta, pois como ela mesma afirma, dentro do acampamento não existia “vagabundo”, como pejorativamente muitas vezes se diz, ao contrário, ressaltou, já que fora a partir do acampamento que ela e outras pessoas aprenderam muitas coisas boas, como os cursos culinários enumerados em sua fala.

Em sua narrativa é possível perceber como eram vistos por parcela da sociedade brasileira (e ainda hoje o é) os movimentos sociais que lutavam e lutam pela reforma agrária no Brasil, principalmente o MST.

Segundo Schuwengber (2008), ao analisar o tratamento dispensado ao movimento do MST, por parte de dois meios de comunicação, entre os anos de 1995-2000, em especial pela imprensa sul-mato-grossense: o jornal “o Progresso”, sediado na cidade de Dourados-MS e o “Correio do Estado” com sede em Campo Grande, ao referir-se ao que era veiculado sobre o MST, conclui o seguinte:

A análise dos documentos dos jornais sul-mato-grossense O Progresso e Correio do Estado nos permitiu visualizar a imagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que se tornou recorrente naqueles meios de comunicação: grupo de invasores violentos e perigosos, ameaçadores da ordem (2008, p. 161).

Esse trecho da pesquisa de Schuwengber nos dá uma clara ideia do que costumeiramente é veiculado pela mídia sobre os movimentos sociais ligados à questão agrária, não somente a mídia sul-mato-grossense, mas também a mídia nacional. A partir dessa imagem de “perigosos, violentos e ameaçadores da ordem”, exposta pela

mídia, impressa e televisiva, reproduzindo a visão da elite e defendendo os interesses dos grandes proprietários de terra, parte da sociedade brasileira passa a reproduzir uma fala que representa essa elite rural, ao julgarem esses movimentos sociais, como bem afirmou os jornais, de “ameaçadores da ordem”.

Ao longo da entrevista com dona Vaneide e seguindo o roteiro de perguntas, elaborado para direcionar a pesquisa, perguntamos qual o motivo que a levou a entrar na luta por um pedaço de terra e conseguir manter-se por longos anos no barraco de lona preta até a conquista da terra. Em seu relato, ela nos brinda com a seguinte resposta:

[...] olha foi o interesse de sossegar assim, de ter a própria moradia você entendeu? E de produzir também, de produzir assim, aquele sonho de ... de ter um monte de alimento na minha horta sabe? Bastante fartura, isso aí hoje graças a Deus não tenho o que reclamar, entendeu? Funciona mesmo, se cada brasileiro tivesse um pedaço de terra, não existia fome¹¹[...].

Fica evidente em sua fala o quanto é importante a terra para aqueles que nela nasceram e no meio rural sempre trabalharam. Para dona Vaneide a solução da fome está justamente na terra, onde cada pessoa possa ter seu próprio pedaço de terra, produzindo para o consumo familiar.

Já na concepção do senhor Messias “quem nasceu lavrador sempre será lavrador”, mesmo que se mude para a cidade. Esta vivência é algo que experimentou por dez anos, mas acabou voltando para a lavoura, para a terra. Isto é algo que ele mesmo afirma ao final de sua fala ao enfatizar que para o lavrador: “primeiro é Deus, depois um pedaço de chão”:

[...] olha o cara que nasce lavrador, ele é lavrador pra sempre, mesmo que ele vá pra cidade, eu já tinha experimentado antes, de ir pra cidade cheguei a trabalhar uns dez ano na cidade, mas o sonho da gente ...(silêncio) ... e é o que a gente sabe fazer realmente é trabalhar na lavoura, entendeu? Na lavoura hoje é diferente; na época em 1980 pra cá ...1985 ...o lavrador não conseguiu um estudo bom pra ser um morador na cidade grande, o estudinho era muito fraco não é o suficiente pra trabalhar na cidade e é bem da verdade a gente nasce na lavoura e acaba sendo bom mesmo pra trabalhar na lavoura em outras coisas precisa treinamento, entendeu? O dom da natureza da gente é rural não tem jeito e o que leva a querer um pedaço de terra é por que (silêncio) ...prá dizer bem a verdade, se trabalhar na terra dos outro é meio cruel, porque a lavoura, ela só produz o suficiente pra pagar o seu trabalho, se você trabalhar na terra dos outro você tem que dividir o que você produz, aí na hora que você dividi o que o você produz com o proprietário da terra, aí nesses altura o você não tirou nem seu trabalho mais, é uma conta simples de fazer, agora outra causa de ter sua propriedade, é porque na terra dos outro é, você pode até ter boa vontade de planta um pomal de fruta bonito, mas os

¹¹ENTREVISTA. Vaneide. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 20/11/2014.

dono nunca aceitava porque achava que o você assim com um pomal bonito na sua casa, além do você tá ocupando terra dele a mais, aí agarra na terra dele por causa daquele quintal, isso aí de 1980 pra trás, quem trabalhou de arrendatário sabe e pra cá fico pior ainda, porque com o usucapião da terra aí que não queria ninguém na terra, resultado o fato de não querer ninguém na terra de arrendatário e o camarada não poder comprar seu pedaço de terra acabou indo tudo pra cidade e aí fazer o quê, acabou trabalhando pros fazendeiros a mesma coisa de boia-fria daí...na verdade pro lavrador, primeiro é Deus, depois um pedaço de chão, essa é a verdade¹² [...].

Percebe-se na fala do senhor Messias uma ligação muito forte com a terra e com a ordem divina, motivo que o levou a fazer essa extensa jornada, de acampamento em acampamento, tendo como casa, durante anos, um barraco de lona preta. Essa fala de nosso entrevistado remete-nos aos estudos de Borges (2010), em que pesquisou a formação dos vários assentamentos na região do Pontal do Paranapanema – SP e, conseqüentemente, analisou a luta pela terra nessa região. A fala de um de seus entrevistados, o senhor Valdomiro, possui grande semelhança com a do nosso entrevistado, citada acima, referente aos motivos de entrarem na luta para a conquista de um pedaço de terra. Assim, segundo o senhor Valdomiro:

[...] o que fez com que a gente viesse pra cá foram às dificuldades que cada vez foram aumentando mais. Antes a gente era arrendatário, a gente arrendava terra, trabalhava. Enquanto a gente tinha o direito a arrendar a terra tava tudo bem, mas no decorrer do tempo esse direito acabou pros fracos, os fazendeiros só arrendavam terra pra outros fazendeiros que sub-arrendavam pros fracos. Então a gente tinha que trabalhar de boia-fria. Então a vida de boia-fria é muito sofrida [...] (Apud BORGES, 2010, p. 191-192).

Apesar da distância geográfica que existe entre nossos entrevistados, praticamente ambos possuem a mesma fala em que são retratadas as dificuldades de trabalhar nas terras de terceiros, com arrendamentos, pois com a impossibilidade de arrendar terras, passam a vida trabalhando na condição de boia-fria, vivendo nas periferias das cidades e vivenciando a dura realidade deste trabalho precarizado em terras alheias. Essas dificuldades fizeram com que ambos resolvessem entrar nos movimentos sociais que reivindicavam o acesso à terra, para aqueles que sempre trabalharam com ela e também para quem sempre fora negado este direito.

Para o senhor Ivan, de 54 anos e dona Clarice Eichinger, de 57 anos, o motivo de entrarem na luta por um pedaço de terra era justamente porque utilizavam a terra de

¹²ENTREVISTA. Messias. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 27/11/2014.

seus pais para cultivar a agricultura. Como a terra não era suficiente para o trabalho de todos, passaram a arrendar terras no Paraguai, mas, como afirma dona Clarice, isso era muito ruim, pois seu marido ficava a semana inteira longe da família e seu desejo era trabalhar com a criação de gado. Sem estudo, não tinham condições de migrar para a cidade, então, diz o casal, que o jeito foi correr atrás de um pedaço de terra:

[...] dona Clarice: É porque, aonde é que nem nós plantávamos no sítio do meu pai e no sítio do pai dele (se referindo ao seu esposo Ivan que estava ao lado) e também pouquinho né? E como era pouca terra plantava também lá no Paraguai, mas era uma coisaum arrendamento e era muito ruim porque ele ficava a semana toda lá né? E aí eu ficava com as crianças (no Brasil) e vai ...produzindo né? Porque sem estudo vai pra cidade? Fazer o quê? E foi a luta pra ganha a terra.

Senhor Ivan: Eu gostava de mexer com criação e aqui deu certo (risos) corri atrás de um pedaço de terra.

Dona Clarice: É lá como a terra lá era pra cultura né? (agricultura) Aí plantava (se referindo as terras da cidade de Sete Quedas e do Paraguai onde tinham arrendamento), agora a gente veio pra cá porque queria mexer com gado¹³[...].

Esse casal chegou ao assentamento Casa Verde sabendo das condições adversas quanto ao plantio devido às condições do solo, mesmo porque seu objetivo não era o trabalho com a agricultura, mas sim a criação de gado, como afirmaram anteriormente.

Diferente da maioria dos outros entrevistados do assentamento Casa Verde, a história do senhor Delvito, de 74 anos, é outra, pois segundo ele faz parte de uma família de pioneiros da cidade de Angélica – MS. Nascido, no estado de São Paulo, quando pequeno seu pai Marculino encaminhou-se para o sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, para a região onde se encontra a cidade de Angélica e se instalou na localidade quando ainda a cidade de Angélica não existia e era somente um projeto a ser realizado.

Referindo-se aos migrantes que adentraram o estado, até então Mato Grosso, podemos perceber que as primeiras levas migratórias, principalmente de nordestinos chegaram nessas terras no ano de 1941, com o projeto colonizador do então presidente Getúlio Vargas e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com o objetivo de ocupar a região Sul do estado de Mato Grosso, hoje atual Sul de Mato Grosso do Sul. Segundo Menegat (2009), a segunda leva de migrantes, principalmente

¹³ENTREVISTA. Clarice e Ivan Eichinger. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 15/11/2014.

vinda dos estados do Sul e Sudeste, chegou à região nos anos de 1950 e 1960. Essa afirmação de Menegat possui uma forte coerência com a fala do nosso entrevistado, senhor Delvito, pois segundo a autora:

Um novo impulso colonizador foi retomado nas décadas de 1950 e de 1960, quando o estado recebeu novas frentes de colonização que propiciaram o surgimento de diversas cidades e a abertura de estradas. Durante aquele período, praticou-se especialmente a “agricultura de toco”, objetivando abrir novas áreas, que se destinavam à expansão da agricultura (MENEGAT, 2009, p. 34).

A citação de Menegat nos é oportuna no contexto da história do senhor Delvito, pois ele se declara um dos fundadores da cidade de Angélica. Conforme seu relato, ali já possuíam terras antes da formação da cidade e desenvolviam a agricultura por meio da derrubada da mata para plantar lavoura, principalmente o café. Nessa localidade, segundo nosso entrevistado, viu e participou da formação da então cidade de Angélica - MS.

Seu pai comprou de uma colonizadora da região, na localidade, cerca de 120 alqueires de terras, próximos à Angélica e 12 alqueires onde seria futuramente essa cidade. Essas terras, segundo ele, pertenciam a uma colonizadora de propriedade do senhor Rene Mendes.

Segundo o senhor Delvito, seu pai comprou essas terras, mas o proprietário não lhe concedeu à escritura de imediato. Após vinte anos a família nas terras, sem o registro definitivo. Seu pai, com medo de perdê-las, começou a se dispor aos poucos da propriedade, restando poucas terras para a família plantar lavoura. Como o senhor Delvito já se encontrava casado necessitava de mais terras para sobreviver da lavoura. Foi a partir de então que, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ficou sabendo da existência da desapropriação das terras que formariam o assentamento Casa Verde.

Apesar de sua família ser no passado dona de significativa quantidade de terras, o senhor Delvito não desistiu de continuar trabalhando com a terra e plantando roça, como ele nos afirmou durante nossa conversa, quando perguntado sobre os motivos de aderir ao movimento na luta por um pedaço de terra:

[...] olha igual eu falei pra você, eu toda vida fui apaixonado por lavoura, por roça né? Em busca de terra, nós era em doze irmão, né? E todo mundo mexia com roça [...] e aí aqui pra mim era uma coisa importante, porque eu ter uma área de terra que era minha, eu sabia que eu ia pagar ela né? Mas era chanchã

né? Vinte anos pulei pra cá né? Então o sitio era bastante aí eu ia ter aqui onde eu ia criar meus filhos né? E meu filho também ia se virá aqui, dava pra si virá, então esse foi o objetivo de eu querer a terra né? Onde eu vivesse, aí a gente veio pra cá¹⁴ [...].

Foi possível perceber, no trabalho de campo, a estreita ligação entre homem/terra, pois era somente por meio dela, de sua conquista, que as famílias de acampados, hoje pertencentes ao assentamento Casa Verde, viam a solução dos seus problemas.

O acesso a um lote de terra seria o sonho realizado e o fim incansável dessa busca, onde poderiam, como diz o senhor Delvito, criar seus filhos e seus filhos criarem seus netos. Semelhante às palavras de dona Vaneide, ao afirmar que “se todas as pessoas tivessem um pedaço de terra, não existiria fome no mundo”, talvez as palavras do senhor Messias resumam o quanto a terra tem importância para o lavrador. Perguntado sobre a sua importância nos responde que “a terra é a mãe de todos”, pois ela fornece tudo o que precisamos.

Conforme os relatos, as dificuldades nos acampamentos foram muitas, tanto para aquelas famílias que ficaram anos nos barracos de lona preta, quanto para aquelas que ficaram alguns meses. Sobre essas dificuldades o senhor Delvito, apesar de não permanecer o tempo todo nos barracos, pois ficava um período em Angélica para cuidar de sua lavoura e outro período permanecia nos barracos, nos revelou como era a situação de um acampado em um barraco:

[...] a vida do acampado que não é uma vida fácil, as pessoas que vêm, em busca de um pedaço de terra e acampa e fica acampado, de noite o frio, muito frio, de dia o calor é demais, porque esquenta muito né? E se essas pessoas pudesse sair logo do acampamento e parti para a terra deles né? Então era uma boa, mas acontece que isso não acontece assim né? Não é bem assim, mas é...é ...são todas gente boa, gente que pensa no futuro, o cara entrou aí tá pensando no futuro, foi uma experiência boa né? Defendi bastante, é o pessoal também do acampamento, quando eu ficava ali que tinham algum problema eu falar pro secretário que vinha aqui né? Eu falei vocês têm família? Eles falava tenho, vocês já tentaram ficar alguma vez assim, pousá dentro do barraco? Tira um dia, um sol bem quente, porque a noite oceis posar, é não dentro do barraco não, eu falei faz essa experiência que aí vocês corta a terra mais rápido, pra tira as pessoas do barraco¹⁵[...].

¹⁴ENTREVISTA. Delvito. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba. 15/12/2014.

¹⁵Idem.

Essa experiência de acampamento, como declarou, ocorreu às margens do córrego São Bento que circunda as terras que foram desapropriadas para a constituição do assentamento Casa Verde. Naquele período existiam três acampamentos à espera da desapropriação dessas terras um localizado no núcleo da fazenda, hoje gleba Angico, outro onde se localiza a comunidade Santa Luzia, na gleba Ipê, e o terceiro às margens do rio São Bento, em que o senhor Delvito fazia parte, mas ambos eram ligados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Tendo em vista o fato de que as entrevistas foram feitas em dias e locais diferentes, dona Vaneide e dona Jacinta nos relembram as dificuldades na época de acampamento na gleba Santo Inácio, hoje assentamento Marcos Freire, pois lá o calor era imenso. Segundo elas, muitas pessoas chegavam a passar mal pelo excesso de calor e por ingerir a água quente como consequência do calor extremo.

Para dona Jacinta a alegria foi imensa quando soube que tinham a possibilidade de serem assentados nas terras do município de Nova Andradina - MS, pois, segundo ela, se tivesse que permanecer naquela região teria desistido de lutar por um pedaço de terra, pois o calor prejudicava muito saúde daqueles acampados e durante o dia ninguém permanecia nos barracos devido ao calor intenso. Para se fazer o almoço era preciso começar cedo, no período da manhã, porque ao meio dia era impossível ficar em baixo da lona preta.

Outra dificuldade que ela nos contou era em relação à saúde de seus filhos, que devido ao calor intenso era impossível curar as várias feridas em volta das bocas e narizes, causados por serem de pele muito clara, justamente devido ao excessivo calor. Para ela:

[...] mais sofrimento foi lá na Santo Inácio né? Lá em Aquidauana aquela vez, que lá foi sofrido né? Porque as criança não acostumaram com o calor né? Você tinha que fazer a comida antes das nove horas, senão você não fazia dentro do barraco né? Eles viviam com um bigode assim de ferida no nariz e tudo, levava no médico, é por causa do sol, porque se fosse pra nós pegar terra lá nós ia desisti porque não tinha condições né? Porque eles eram muito brancos, tudo (risos), mas teve muitos momentos de alegria também¹⁶[...].

Ao relembrar das dificuldades enfrentadas nas cidades de lona preta, a primeira lembrança refere-se ao sofrimento dos filhos causado pelo calor intenso, preocupação entendida devido a sua ligação estreita com a área da saúde, como nos confessa.

¹⁶ENTREVISTA. Jacinta. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 12/12/2014.

Segundo ela, desde moça aprendeu a utilizar equipamentos de primeiros socorros e quando entrou para o acampamento na gleba Santo Inácio conseguiu concluir alguns cursos na área da saúde, cursos estes oferecidos pela Comissão Pastoral da Terra. Com este aprendizado passou a fazer uso de seus saberes dentro do acampamento quando alguém assim necessitasse.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por esse povo na caminhada em busca da terra havia momentos também de muita alegria e de muita fé. Observamos serem momentos de fé os relatos de dona Jacinta ao recordar que já ajudou a fundar duas congregações religiosas, uma na gleba Santo Inácio e outra agora no assentamento Casa Verde. É possível depreender que, em suas palavras, é uma senhora “muito religiosa e de muita fé”.

Essas recordações nos remetem às considerações de Martins (1989), quando afirma que diferente da pequena-burguesia intelectualizada que não separa a festa da luta, o povo consegue fazer isso muito bem, pois são nos festejos e momentos de alegria que conseguem força para continuarem sua luta, luta esta contínua, já que para eles sem a festa, a luta não terá sentido.

Nas recordações de dona Vaneide o calor também era algo preocupante no tempo do acampamento, pois por não possuir geladeira chegava a ferver a água para consumir todos os dias para conseguir evitar o surto de diarreia, que segundo ela vitimou muitas crianças naquela localidade. Como afirma, crianças que pela manhã estavam saudáveis à tarde já sofriam o óbito. Em seu relato destaca que existia até um cemitério infantil na localidade, gleba Santo Inácio, que tempos depois foi retirado pelo poder público.

Em uma de suas recordações relembra que na época o leite no acampamento em Santo Inácio, era muito difícil de conseguir o leite; além disso, sua filha dependia do leite também. Em vista desta situação tomou uma atitude inusitada para resolver o problema do leite para sua filha: pediu a José Orcírio Miranda dos Santos, Zeca do PT, que estava em visita ao acampamento, a doação de uma cabrita. Dona Vaneide lhe contou as histórias de dificuldades que aquele lugar lhes impunha e conseguiu realizar o seu desejo, o de ganhar “a cabrita do Zeca do PT”, como ela mesma relata, sorrindo e contente por lembrar aquela época de dificuldades, mas também de superações.

Interessante que ao nos contar sua história de acampamento ela relembra esses momentos como se fosse ontem, ao chamar seus dois filhos, que ali estavam no contexto da entrevista, para ouvir suas memórias. Perguntada sobre as dificuldades desse tempo, assim ela começa a sua narração:

[...] olha o que eu, que eu, olha (risos), uma falta de higiene, aqueles banheiro (risos), aqueles banheiro de plástico (lona preta), aquelas criança morrendo, sabe? De diarreia, muita diarreia, eu recordo de muita gente cagando (risos)...(em seguida aos risos chama seu filho mais velho, Leonardo para ouvir suas recordações), ele tá me perguntando o que me recordo dos tempos de barraco, tô dizendo pra ele que muita gente cagando, muita diarreia sabe? Na molecada [...].

Nesse momento seu filho Elizeu intervém na conversa com um pedido: Mãe conta pra ele da cabrita que você ganhou do Zeca?

Ah! então eu falei da cabrita, que eu tirei leite da cabrita né? Essa cabrita eu ganhei do Zeca sabe? Zeca do PT.... (risos) ele apareceu lá eu falei, contei a história pra ele né? De que o leite lá era difícil e a menina minha era doente, tinha uma diarreia, e a gente fervia a água, mais num tinha geladeira pra você gelar a água, então era aquele, aquela angústia sabe? Você via aquela, aquele monte de cemiterinho assim de criança ,cheio de morte de criança sabe? Uma angústia mesmo naquele lugar fica aquele medo, toda hora que ela começava chorar, já me dava medo, porque a meningite vinha e matava, aí a mulher vinha correndo...olha meu filho acabou de morrer, cê entendeu? Às vezes você via a criança cedo, boa, mamando na mãe, meio dia a criança tava morta, uma mortandade muito séria foi ali [...] mas foi uma coisa muito triste aquilo ali viu? [...] eu..eu olha, eu lembro de uma história muito triste, de uma mãe que passou veneno de piolho na cabeça de duas menina, uma morreu entendeu? Tudo no acampamento, você via coisa muito triste, eu lembro de uma mulher que empurrou a outra dentro do tacho de fazer sabão e queimou...coisa sabe? Você via coisa muito triste também sabe? Nós pra pegar arueira para sobreviver cortava aquelas madeira, a gente atravessava por dentro do rio com a lasca de madeira, você entendeu? Por exemplo você cortava a lasca pro lado de lá, mas aí pra vim atravessava por dentro do rio com aquela lasca, não tinha como, você entendeu? Isso tudo em Santo Inácio, ali a gente sofreu pra caramba lá, o lugar lá era quente hein, quente, tão quente, que você não precisava pensar, nem pensá em esquentar água pra tomar banho, que a água fervia sabe? Você via falar só em doença naquele lugar, diarreia essas coisas, quando foi feito a entrevista pra vim pra cá, meu Deus eu quase fiquei louca, se não viesse?¹⁷ [...].

No decurso de sua fala ouvimos relatos curiosos de intriga, morte, esperança e trabalho, relatos da história cotidiana de um povo, por muitos anos ignorado pelo poder público ao longo das estradas e pelo interior das fazendas do Brasil.

As lembranças de acampamento do senhor Lírio estão voltadas a outro ponto importante, ligado à união e ao companheirismo na época da vida na cidade de lona. Para ele, essa união fez a diferença e sem ela dificilmente teriam chegado onde se encontram hoje.

Ao nos referirmos a memória do senhor Lírio, ligada a um fato importante de sua vida, a união, nos recordamos dos estudos de Bosi (1994), se utilizando de fontes orais, em que fez um importante estudo da formação da sociedade paulista. A matéria prima de suas fontes orais foram as lembranças, conversas e relatos dos/das senhores/as mais

¹⁷ENTREVISTA. Vaneide. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 20/11/2014.

idosos/as que chegaram primeiro àquela região e que deram origem aos bairros paulistas dos dias atuais.

Quanto ao tempo e a memória, Bosi nos chama atenção para as várias etapas da memória divididas por marcos, ponto onde a significação da vida se concentra: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, emprego, festas (BOSI, 1994, p. 415). Para o senhor Lírio o que está em sua memória, guardado como ponto de significação, seu marco memorial é justamente a união das famílias quando estava no acampamento, existindo desta forma um ciclo poderoso quando pensado coletivamente, união – força – poder. Em suas palavras ele diz o seguinte:

[...] assim o que mais marcou pra mim foi a união pela luta até chegar na terra, depois que chegou na terra aqui, aí foi cada um pra si e Deus pra todos, você pode ver que quando nós tava acampado primeiro era uma coisa, todo mundo unido, precisava qualquer coisa dava um grito todo mundo tá pronto né? Nos primeiros anos ainda foi mais unido aqui, tínhamos união, se não tivesse união não tinha conseguido¹⁸[...].

Para o entrevistado essa união fez toda a diferença, gerando aí a força do coletivo e culminando na possibilidade do poder transformador da união coletiva, forçando o poder público brasileiro a começar a tomar iniciativa para resolver o problema ou começar a dar um passo favorável em direção à Reforma Agrária no país.

É interessante notarmos que para dona Edna, de 61 anos, o que mais lhe marcava nos tempos de acampamento eram as amizades, conseguidas e vividas durante essa época, onde todos se ajudavam mutuamente, fosse para a realização das novenas do Natal, ou mesmo quando faziam algum tipo de comida diferente do cotidiano, a qual era repartida entre vizinhos. Para ela essas relações de amizade no acampamento eram como se ocorressem entre irmãos:

[...] as amizade da gente né? Porque vivia tudo que nem irmãos né? Tudo unido ali era um tempinho bem divertido mesmo.

E como era essa relação de amizade? Era assim, era que nem, assim, por exemplo, tinha as novenas do natal, a gente se juntava todos os grupinhos, se um precisava de uma coisa assim a gente, desde uma alimentação, por exemplo, que nem com a finada Nina né? O marido dela chamava Sorama, finado Sorama, já falecido também, então nosso barraquinho era bem pertinho um do outro né? Então nossas crianças era assim, então minha mãe morava lá antes de vim pra cá né? (se referindo onde sua mãe morava, na cidade de Guassú - MS, antes de vir morar no assentamento), trazia frutas

¹⁸ ENTREVISTA. Lírio. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 12/12/2014.

essas coisas, a gente repartia, as coisas que fazia assim, uma repartia pra outra saber? Era tão gostoso assim, aquela relação de amizade mesmo assim¹⁹ [...].

Vê-se que para ambos, tanto para o senhor Lírio, quanto para dona Edna, possivelmente o que tenha ficado marcado em suas memórias foram as relações sociais de amizade. Para o senhor Lírio a amizade estava mais ligada ao poder político, onde a união resultava no poder de reivindicar algo perante o poder público. Já para dona Edna, as relações de amizade permeiam mais o cotidiano entre os barracos de lona preta, as relações de amizade e boa vizinhança entre seus filhos e os filhos dos vizinhos, onde o que separava uma família da outra era a parede de lona do próprio barraco, gerando uma rede de solidariedade, permeada pela ajuda mútua.

Percebe-se que na ausência do poder público, onde o estado é falho, no caso dos acampamentos de reforma agrária, as relações sociais de amizade e de solidariedade unem todo um grupo social. Assim, embora ambos possuam suas características sociais e culturais diferentes, o que os leva a esse grau de “humanização” é a união, “acima de tudo”, conforme as falas, a fim de que se possa unir para conquistar - a terra.

Ao ser indagada sobre as dificuldades enfrentadas durante o acampamento dona Edna nos dá uma resposta no mínimo interessante, mas não estranha às condições sociais a que estavam submetidos muitos brasileiros naquele contexto. Ela nos responde o seguinte:

[...] de barraco até num, assim porque toda vida fui criada assim, família assim pobre né? Então a gente foi criada...eu nasci assim, em baixo, era uma casinha de sapé, então num, num achei assim aquela dificuldade assim, sabe? De, tão estranha assim, certo? Mais dificuldade que achei ali foi a água, por causa que água a gente cavou um pocinho na beira do varjão, quando chovia enchia aquilo tudo de lama, a gente tinha que esgotar aquilo tudo, tinha que ferver aquela água pra poder beber, mais dificuldade que eu achei foi a água²⁰ [...].

Percebemos que a água para o consumo cotidiano era uma das grandes dificuldades vivenciadas por todos os entrevistados, tanto no acampamento em Santo Inácio, como no acampamento em Casa Verde, visto que as famílias que buscavam a conquista de um lote de terra no assentamento Casa Verde vieram para a área

¹⁹ ENTREVISTA. Edna. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba. 20/11/2014.

²⁰ ENTREVISTA. Edna. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba. 20/11/2014.

permanecendo acampadas ainda por mais dois anos até o INCRA fazer o loteamento da então fazenda Santa Virginia.

As dificuldades enfrentadas durante a vida no barraco de lona preta e narradas por dona Clarice e seu esposo Ivan também foram muitas, tanto no acampamento na gleba Santo Inácio, como depois quando foram transferidos para o acampamento Casa Verde a espera do loteamento.

Esses dois anos foram intensos e carregados de dificuldades, não somente para o casal entrevistado, mas para todos que ali se encontravam naquelas condições. Momento em que, segundo o casal, era muito difícil conseguir emprego, pois os proprietários de fazendas próximas tinham medo da imagem que era veiculada nos meios de comunicação sobre os “sem-terra”, de que eram “vagabundos, baderneiros, ladrões” e acabavam não contratando nenhum acampado para fazer algum tipo de serviço.

Consequência derivada justamente do estereótipo criado pela pequena e grande mídia e que parte da sociedade, principalmente os grandes latifundiários, tende a reproduzir sobre esses movimentos sociais de luta pela terra, em que se busca estabelecer a imagem de que dentro desses movimentos só existam “vagabundos, baderneiros, perigosos, ladrões”, dentre outros adjetivos pejorativos.

Segundo dona Clarice, algum tempo depois os fazendeiros começaram a ver que ali no acampamento “morava gente boa e eram pessoas trabalhadoras que queriam trabalhar”, surgindo, a partir de então, muito emprego de boia-fria nas fazendas para a colheita de algodão e de feijão. Mas, a alimentação era precária, segundo ela:

[...] precária, era difícil às condições, financeira, que nem diz o ditado vendia o almoço pra comprar a janta, pra ter uma ideia quando nós íamos colher algodão (boia-fria) sabe qual que era a nossa comida? Abobora madura cozida com leite, teve época da gente ficar sem... seis meses sem comer feijão, porque não tinha como comprar, não tinha dinheiro e a comida, fazia o arroz que tinha pras criança e levava abobora madura e leite, porque graças a Deus o leite tinha né? Abobora, leite, mel (abelha silvestre) e carne (animal silvestre), mandioca com mel, era o doce das crianças²¹[...].

Narra dona Clarice que o leite para suas crianças não faltava, pois quando estava acampada em Santo Inácio trabalhou como professora leiga, podendo economizar uma

²¹ENTREVISTA. Clarice. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 15/11/2014.

boa quantia em dinheiro. Ao vir para o acampamento em Casa Verde pôde comprar uma vaca leiteira, obtendo o leite para o consumo familiar com o animal que comprara.

Conta um dos entrevistados que a carne não faltava em casa, pois era imensa a existência de animal silvestre como anta e queixada, próximos ao acampamento, na área onde seria o assentamento. Nesse período, segundo ele, caçava até seis queixadas por dia para a alimentação da família e de outros acampados. “Por ser bom de mira”, como expõe, era uma espécie de caçador do grupo, pois quando a carne estava acabando vinha algum vizinho lhe alertar para a necessidade de uma nova caçada. Segundo sua esposa:

[...] quando acabava a carne vinham avisar, ô seu Ivan! Porque era só ele, só você mais que caçava? (se referindo ao seu esposo Ivan que estava ao lado), tinha os outro que ia junto mais, num ...sabia ir atrás dos bicho....
Eu caçava sem cachorro pegava a batida dos queixada ia até alcançar o bando, matava cinco, seis e vinha chamar a turma, só que eles fazia tudo também, ia buscar, ia carnear²² [...].

Ao relembrar o tempo de acampamento, vários entrevistados recordaram muitas dificuldades enfrentadas por todos os participantes, mas também algumas histórias engraçadas que propiciaram muitos risos no contexto da confecção da entrevista, como, por exemplo, a que segue:

[...] (risos) vinha vindo um carro, nós achou que era o IBAMA, nós escondemos a capivara dentro do banheiro da escola, é que nós morava numa daquelas salas (risos) (antiga sede da fazenda, após loteamento virou escola da gleba Angico), aí quando o padre chegou falei: ‘padre pegamos a capivara e escondemos, pensamos que era o IBAMA’, ele falou então eu quero um pedaço, pode fritar! Aí ele almoçou com nós²³ [...].

Para a conquista da terra as dificuldades foram imensas para todas as famílias assentadas no projeto Casa Verde. Umas passaram mais tempo que outras nos barracos de lona preta, mas souberam, com sabedoria e criatividade, driblar as dificuldades vividas em meio ao poder do capital, ou seja, em meio ao sistema capitalista.

As entrevistas sugerem que as famílias souberam enxergar através dos movimentos sociais de Reforma Agrária e de outros agentes sociais, o meio possível de forçar as autoridades públicas a tomarem medidas que viabilizassem o direito dos homens e mulheres à terra. Sobre os movimentos sociais Martins (1989) nos diz o seguinte: “hoje, as novas forças sociais que questionam a ordem e o saber estão

²²ENTREVISTA. Idem.

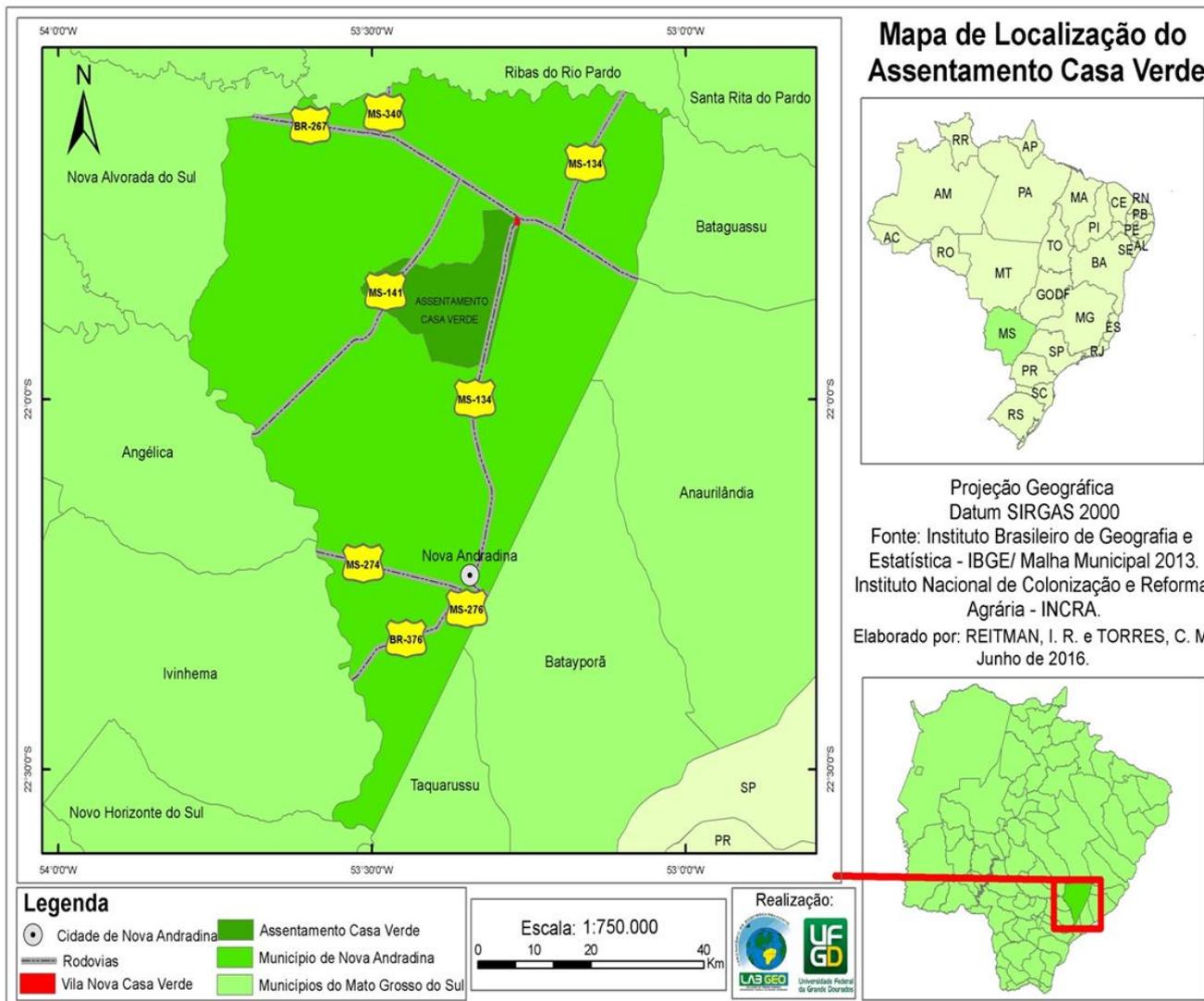
²³ENTREVISTA. Idem.

basicamente nos movimentos sociais e nas organizações populares. São eles e não os partidos de esquerda que constituem o desafio maior à estabilidade política” (MARTINS, 1989, p. 131). Percebe-se que são os movimentos sociais e as organizações populares que se fazem presentes e atuam onde o estado é mais falho. Foi por meio desses movimentos que a população brasileira conseguiu no passado enxergar um futuro de mudanças, e parafraseando Martins talvez pudéssemos dizer que terminava-se o tempo da inocência e iniciava-se o tempo da política.

1.3 Vida de assentados: memórias e histórias da luta pela terra em Nova Andradina, Sul de Mato Grosso do Sul

O Projeto de Assentamento Casa Verde foi criado pela portaria do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) N° 393, 22/12/1987²⁴, contando com uma área de 29.859, 9889 alqueires, com a desapropriação da Fazenda Santa Virginia. A área foi dividida em três glebas: Peroba, Angico e Ipê, com a capacidade de assentar 471 famílias. A imagem a seguir evidencia a localização do assentamento.

²⁴Documento cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Andradina-MS.



As famílias assentadas no projeto de Assentamento Casa Verde estavam ligadas a três agentes mediadores na época: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da Terra e a FETAGRI. Por meio desses agentes mediadores, impulsionadores dos movimentos sociais, foi instituído então o Projeto de Assentamento Casa Verde contando com a inserção de famílias vindas de vários municípios do Estado de Mato Grosso do Sul como: Anaurilândia, Batayporã, Bataguassu, Deodópolis, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Mundo Novo, Maracaju, Nova Andradina, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru, Taquarussu, Três Lagoas e Itaquiraí.

O assentamento é constituído por uma área de cerrado, assim como toda a região do município de Nova Andradina. Conforme os entrevistados, está localizado em um solo arenoso e com muita acidez. Desse modo, para o trabalho com a agricultura é necessário investimento com implementos agrícolas. Este investimento financeiro,

como se depreende dos relatos, nenhuma das famílias que ali foram assentadas tinha condições de aplicar em seus lotes de terra.

Segundo Regina et alii (1994), devido à má fertilidade da terra em que, seria criado o assentamento, o INCRA fez uma triagem das famílias que tivessem condições financeiras de aplicar implementos agrícolas na terra, bem como o conhecimento com o manejo da agricultura:

Devido à qualidade da terra o próprio INCRA, se preocupou na seleção dos candidatos, dando preferência "àqueles que tivessem alguma tradição agropecuária, potencialmente tecnológica e disponibilidade de implementos que incrementem o preparo adequado dos solos" (REGINA, 1994, p. 120).

Da gleba Santo Inácio, hoje assentamento Ministro Marcos Freire, veio para o assentamento Casa Verde um total de 80 famílias, segundo Regina et alii (1994). As outras famílias vieram através de inscrições dos vários Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do estado de Mato Grosso do Sul. Percebe-se que a maioria das famílias que foi assentada no P.A Casa Verde não tinha as mínimas condições de comprar sequer um saco de adubo para a melhora do solo e, desta forma, cultivar a tão sonhada roça.

As condições financeiras eram agravadas principalmente para aquelas famílias que já vinham de um longo período de acampamento, como as que provinham da gleba Santo Inácio.

Durante nossa entrevista com o senhor Delvito, de 74 anos, ele confessou-nos que chegou a ouvir do próprio presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na época, que o assentamento Casa Verde foi um projeto criado justamente para não dar certo. O grupo que compunha as famílias que viriam de Angélica estava na indecisão de vir ou não para o assentamento, justamente pela fragilidade da qualidade das terras da região. Segundo ele, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais disse o seguinte na época:

[...] olha gente, quero dizer pra vocês, que esse assentamento aqui foi feito pra não dar certo, e vocês que vão vim pra cá, vocês vão pra lá né? Porque vocês querem ir pra lá, porque quando for no dia de amanhã não existe alguma conversa fiada, nenhum deles, que vai dizer que vocês são vagabundo e abandonaram tudo e foram embora, né? Então vocês têm que parar e pensar nisso aí²⁵[...].

²⁵ENTREVISTA. Delvito. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba. 15/12/2014.

Essa fala do coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é bem coerente com a denúncia da situação dos projetos de assentamento do INCRA nessa região de Mato Grosso do Sul, visto que uma grande maioria deles está localizada em áreas de terras arenosas e com elevado índice de acidez.

Se observarmos a qualidade da terra onde foram implantados os assentamentos rurais para atender as 835 famílias da Santo Inácio, como exemplo temos o Monjolinho (Dois Irmãos do Buriti), o próprio Marcos Freire (Dois Irmãos do Buriti), o Casa Verde (Nova Andradina) e o Taquaral (Corumbá); talvez seja o projeto de assentamento Taquaral o mais inadequado destes quatro e isto se dá justamente pelas condições da fertilidade do solo para a implementação da agricultura como plantio de arroz, feijão e milho, como sonhavam as famílias. Sobre parte das terras consideradas boas para a agricultura no assentamento Taquaral, Menegat (2009) afirma que:

Os indicadores apresentados no diagnóstico RIMA demonstram que mesmo nas áreas do Taquaral consideradas com aptidão regular para o desenvolvimento de atividades agrícolas, encontravam-se limitações, desde a deficiência e/ou excesso de águas, o impedimento à mecanização até a suscetibilidade à erosão. Por isso a orientação do RIMA para o manejo de solo com um nível tecnológico médio, aconselhando que as práticas agrícolas fossem realizadas à base de tração animal (MENEGAT, 2009, p. 139).

O fato desses quatro projetos de assentamento apresentarem terras irregulares ou inadequadas ao plantio de alimentos contrasta com a finalidade da Reforma Agrária, que defende que a base econômica das pequenas propriedades deve ser o cultivo agrícola (MENEGAT, 2009). Ao perguntarmos para o senhor Delvito se ele tinha alguma ideia do porque o coordenador do Sindicato ter dito aquelas palavras, ele nos responde o seguinte:

Por que será que ele disse que este era um assentamento para não dar certo? Porque na época a pressão no governo era muito, tinha saído lá hoje que é Novo Horizonte do Sul, e Novo Horizonte foi um assentamento que saiu muita guerra, muita briga, muito sangue ali né? Ali foi difícil, aqui foi um assentamento que não teve essas coisas né? Foi tudo um pessoal mais civilizado que entrou aqui dentro né?²⁶ [...].

Percebe-se que a preocupação do governo era resolver o problema que tinha em suas mãos de se livrar da pressão por desapropriações de terras para fins de Reforma

²⁶ ENTREVISTA. Delvito. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba. 15/12/2014.

Agrária, independente se as terras seriam adequadas ou não à agricultura de autoconsumo.

Foi o que aconteceu com muitas das famílias que receberam lote no assentamento Casa Verde. Ao perceberem a inadequação da terra para agricultura uma grande maioria vendeu o direito de posse de seu sítio logo no primeiro ano de assentamento. No tempo presente, restam poucos daqueles parceleiros originários que enfrentaram anos a vida de acampamento na lona preta para receber seu lote de terra.

Dos parceleiros primários que ainda permanecem na terra, em sua maioria contam aqueles que foram incorporados ao projeto quando o assentamento já estava sendo viabilizado, à espera para dividirem os lotes. Essas famílias não enfrentaram longos anos em acampamentos como àquelas que vieram da gleba Santo Inácio.

Numa amostra de dezesseis entrevistas que fizemos no assentamento Casa Verde, conseguimos encontrar somente três famílias daquelas 80 que vieram da gleba Santo Inácio em sua terra até os dias atuais. Estas permaneceram justamente porque tinham guardado algum recurso financeiro ou porque possuíam alguns bens que foram se dispondo ao longo dos anos para conseguirem ficar em seus lotes.

Aquelas famílias que não tinham as mínimas condições financeiras para dar início à vida no assentamento não conseguiram permanecer na terra. A liberação de recursos financeiros por parte do governo federal no primeiro ano de assentamento não foi viabilizada para nenhuma dessas famílias.

O único meio de sobrevivência foi derrubar o mato, muitas vezes de machado e foice, para produzir o carvão vegetal. Esta atividade, como narram os entrevistados, foi o que fez muitas dessas famílias permanecerem nos primeiros anos de assentamento. Após isso, acabaram vendendo seus lotes e indo embora para suas terras de origem ou mudando-se para as cidades mais próximas.

Na entrevista, o senhor Delvito nos afirmou que chegou a plantar arroz, colhendo uma boa safra, no primeiro plantio, mas logo depois plantou o milho e o algodão não “vingando nenhuma das roças”. Destaca que também tentou plantar outros tipos de alimento na esperança de que dessem resultado, não tendo êxito.

Ele nos conta que em uma de suas idas do assentamento para a cidade de Nova Andradina, de carona, e durante o trajeto, entre uma conversa e outra, confessa que em uma dessas caronas o motorista que o levava o fez pensar o que ele poderia estar produzindo em seu lote que pudesse dar certo. Assim, ele nos relata como foi sua conversa:

[...] um dia eu vou daqui pra cidade, peguei uma carona com um cara, aí vou conversando com ele e ele falou você mora aí no assentamento? Falei moro, moro aqui no assentamento, ele falou o que você planta? Falei rapaz eu plantei arroz, o arroz não veio bem, plantei milho não deu, não sai milho. Ele falou não, aqui não sai milho mesmo não, né? Aí falei plantei algodão também, não virou nada, feijão, o feijão deu um pouquinho, mas muito pouquinho né? E comecei explicando pra ele, aí ele falou pra mim assim é, vamos fazer um negócio? Você vai prestando atenção né? Daqui pra Nova (Nova Andradina), quantos carros vai passar de ceriajê (cereais) e quantos carro vai passar que não vai ter ceriajê, que é de outras coisa e aí da pro você pensar e vê o que produz aqui. E aí a gente foi vendo, que ceriajê não passava, só passava carro de leite né? E caminhão de frigorífico, esses tipos de coisa assim, aí quanto chegamos na cidade ele falou, você parou e pensou e viu o que que passou? Eu falei vi, ele falou então é o que produz lá é isso aí é carne, é leite né? E vocês que mexe com roça vocês têm que mudar o sistema, senão vocês não sobreviverá²⁷[...].

Essa troca de ideias fez com que o senhor Delvito repensasse as formas de produção em seu lote, sendo obrigado a deixar de lado aquele sonho de produzir a agricultura em seu lote, algo que aprendeu a fazer desde criança com sua família, buscando e encontrando alternativas que fizessem a terra produzir e gerar renda para a sobrevivência. Percebe-se que ao final de sua viagem ele encontra a resposta de que o que faria para seu lote produzir não era o que ele almejava. Mas era a alternativa encontrada para que pudesse sobreviver na terra, que era a criação de gado leiteiro. Desse modo, ele narra que passou a sobreviver da venda do leite ou mesmo da venda de alguns bezerros que conseguira criar.

Muitas famílias não tiveram a mesma percepção que o senhor Delvito, ou seja, perceber que ali, naquelas terras, a lavoura assim como almejavam, não seria possível, a menos que tivessem recursos financeiros próprios ou financiamento que os amparasse para mecanizar e adubar a terra, possibilitando a fertilização do solo. E isso custaria muito dinheiro, o que ficava inviável para esses assentados.

A ajuda do governo federal com o financiamento veio, mas chegou muito tarde e quando os assentados obtiveram esses recursos também o disponibilizado era pouco e não dava para “se fazer quase nada dentro do lote de terra”.

Sobre as dificuldades no assentamento, o senhor Messias nos contou como foi a luta para permanecer em seu lote, enquanto muitos venderam e foram embora. Como ele mesmo afirma a ajuda do governo somente chegou aos assentados após um ano de assentamento, dificultando ainda mais a permanência na terra a aquelas famílias que não tinham sequer como se alimentar, muito menos fazer algum investimento, fossem no

²⁷ENTREVISTA. Delvito. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 15/12/2014.

desmatamento do lote, na construção de uma casa ou mesmo para comprar uma vaca leiteira. As famílias possuíam a terra, mas não possuíam recurso financeiro para ampará-los em seu trabalho no lote, mesmo existindo linhas de créditos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, segundo o senhor Messias:

[...] a gente tinha uma área de terra, mas não tinha direito a crédito, porém tinha a lei lá do crédito PRONAF, entendeu? Isso chegou nas nossas mãos além é...demorou muito, e além de demorar chegou aos pouquinho, entendeu? Não dava pra fazer quase nada, mas chegou, chegou também de vagar, mas foi chegando.

Quanto tempo demorou a chegar a ajuda através do financiamento do programa do governo? Rapaz essa demora a gente não marcou, a gente sabe que demorou, mas eu acho que em torno de um ano, logo no começo veio um dinheirinho, mas dinheirinho simbólico, era um dinheirinho simbólico e outra coisa, quando nós foi pra propriedade, também acabou a cesta básica²⁸[...].

Essa fala do senhor Messias nos faz refletir sobre o quanto o governo federal deixou a desejar logo no início do assentamento, com a falta de incentivo aos assentados no momento em que mais necessitavam. Observamos que as famílias que ali se encontravam, muitas delas vinham de um longo período de acampamento, sobrevivendo como podiam, e àquelas que possuíam algum bem material, o vendiam nos momentos difíceis.

Quando finalmente chegaram à conquista da terra tiveram que enfrentar outros obstáculos, como a falta de subsídios para conseguirem permanecer na área em que foram assentados. Foi justamente nos primeiros anos de assentamento que muitos desses assentados, não tendo alternativa de sobrevivência, resolveram vender seus lotes e ir embora com suas famílias. Como afirma o senhor Messias, anteriormente, quando foram para os lotes de terra o governo cortou as cestas básicas que mantinham muitas famílias, ficando estas à mercê de sua própria sorte em um pedaço de terra, no meio do cerrado, sem poder plantar o que desejavam e sem poder colher.

Como dito anteriormente, o meio de sobrevivência de muitas famílias nesse período foi a produção do carvão vegetal, inclusive da família do senhor Messias, visto que a tentativa da produção da mandioca tinha fracassado, pois mesmo plantando um alqueire de terra, como o fez a família do nosso entrevistado, a quantidade que produziu não era o suficiente sequer para cobrir os gastos com a colheita. Destaca-se também a

²⁸ENTREVISTA. Messias. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 27/11/2014.

existência de um outro agravante que era o valor da mandioca para as farinhas, muito baixo como afirma ele:

[...] outra dificuldade na época, que se você quisesse plantar um mandiocal e vender a mandioca, alguns que plantou que nem meu irmão chegou a plantar um alqueire e meio perdeu, o preço era tão baixo que não pagava pra arrancar, aí ele nem arrancou e soltou o gado dentro, então essas coisas é meio difícil... e até mesmo o carvão, logo no comecinho pro você vende carvão era difícil também né? O pessoal não tinha costume e também não tinha esse negócio de comprador de carvão foi aparecendo depois e aí através do carvão, o pessoal foi fazendo o carvãozinho, abrindo o lote, a autoridade passou a acreditar mais, passou a dar um financiamentinho, eu falo tudinho, porque era tudo, tudo muito curto. O lavrador com a família inteira numa área de mata que o cara ganhou, ainda morando na lona, mesmo com a propriedade sendo adquirida, tinha que continuar morando na lona, não tinha como fazer casa, é o INCRA na época não dava casa, dava só a terra, e o gasto de uma família é muito grande, o cara fazer um carvãozinho, o carvãozinho era muito barato, sofrimento pra todos, entendeu?²⁹ [...].

Observamos que mesmo dentro do lote muitas famílias não possuíam sequer condições de construir uma casa, permanecendo ainda no barraco de lona preta. Para o senhor Messias a dificuldade se agravou ainda mais, justamente por a terra não ser fértil para a agricultura, impossibilitando-lhes que plantassem o arroz, a mandioca, o milho, o feijão, entre outros produtos necessários à alimentação da família.

A única alternativa encontrada pelos assentados, como narram vários entrevistados, foi a pecuária, ou seja, criar gado leiteiro e bezerro de corte para venda, mesmo assim em péssimas condições, como nos diz:

[...] a dificuldade que a terra não era produtiva né? No caso da nossa daqui do assentamento Casa Verde, não era produtiva, até hoje o único jeito que a gente achou nessa terra aqui foi semear pasto, braquiária e tirar leite, porém o leite judiou muito da gente na área, o preço muito baixo entendeu? Sem condições de fazer um curral pra tirar leite, eu tirava de baixo da chuva, então a dificuldade foi basicamente essa. O cerrado aqui, quem tentou plantar mandioca, tentou não teve comércio na época, tentaram fazer uma farinha aí dentro, não deu certo também, farinha cooperativa, alguns tentou plantar hectare de maracujá não deu certo, a bicharada não deixa formar. E o milho, arroz e feijão produzem? Não, não produz mesmo, é se você corrigir a terra, se você corrigir a terra que sai um preço muito alto, se você acertar a época e plantar o milho, o arroz se você plantar uma hectare até dá um arroz muito bom, só que você não pode, os papagaios e maracanã vem de nuvem, vem de nuvem e comem tudo, então essas coisas vêm aparecendo depois que a gente tá tentando sobreviver foi só, só quebrando a cara e teve que mudar mesmo só pra braquiária, plantio da braquiária e criar o gado leiteiro...solução só apontou pra um caminho criar gado leiteiro, apontou pra

²⁹ENTREVISTA. Messias. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 27/11/2014.

esse caminho é o que tá dando certo até hoje e eu creio que vai continuar dando³⁰ [...].

Algumas alternativas para produzir outros tipos de lavoura foram feitas no assentamento Casa Verde e, como diz o senhor Messias, a própria plantação de mandioca e o objetivo da construção de uma farinha dentro do assentamento por meio de cooperativa não contribuíram para que pudessem sobreviver, pelo preço do produto na época e pela quantidade de mandioca que era produzida. Destaca ainda a tentativa também de produzir o maracujá, “não vingando”, justamente por outro agravante relacionado ao meio ambiente do cerrado, onde as aves procuram esse tipo de planta para se alimentar.

Ao ser indagado se produziu o arroz, feijão e o milho em seu lote, a resposta foi negativa, e observou que produziria se houvesse a correção do solo, através de fertilizante, o que custaria um alto preço para esses assentados. Encontra-se aí no caminho o mesmo empecilho, semelhante ao que aconteceu com a produção do maracujá: aves do cerrado como a maracanã, típicas do cerrado brasileiro, chegam em bandos e atacam as plantações para se alimentar.

Muitas famílias não conseguiram resistir à falta de recursos e de infraestrutura no começo do assentamento, somados a infertilidade da terra sem adubos fertilizantes para a agricultura.

Depois de longos anos nos barracos de lona preta, enfrentando chuva e sol, muitos desses recursos, como a própria alimentação familiar, a água e a luz elétrica poderiam ter chegado nos primeiros anos da existência do assentamento, proporcionando a permanência de muitas famílias em seu tão sonhado lote de terra e uma vida digna a esses assentados. Recursos que poderiam ter chegado se o governo federal tivesse dado mais atenção à questão agrária, pois não bastava contemplar inúmeras famílias com um lote de terra, mas também dar as condições necessárias para que pudessem permanecer nela.

Dentre uma dessas famílias que venderam seus lotes e foram embora em busca de melhorias encontra-se a do senhor Vicente, de 75 anos, ex-assentado, que por falta de condições financeiras e de instalação da infraestrutura para o assentamento Casa Verde, por parte do INCRA, viu-se obrigado a vender seu pedaço de terra e ir embora com sua família para a cidade, após os primeiros três anos na terra, voltando a se fixar na cidade

³⁰ENTREVISTA. Idem.

de Dourados-MS, onde todo esse processo de acampamento e assentamento havia começado na vida de sua família.

Apesar de ter vendido seu lote de terra, o senhor Vicente não abandonou o sonho de produzir algum tipo de alimento em terras férteis para a agricultura, como as terras da cidade onde mora atualmente. Como ele mesmo nos contou, em sua entrevista, tem grande vontade de adquirir um pedaço de terra em Dourados para trabalhar com horticultura, e afirma que apesar de sua idade avançada ainda conseguiria fazer muita coisa. Essa declaração do senhor Vicente nos remete a outras falas, como a do senhor Messias, ao afirmar que “quem nasce lavrador, sempre será lavrador”. Mesmo tendo deixado seu lote de terra e ter ido para a cidade não deixou de sonhar em um dia ainda trabalhar com sua lavoura, em uma terra fértil para a agricultura.

Parece-nos que esse “ser lavrador”, o sujeito da roça, está impregnado na alma do indivíduo, que pode até deixar a roça e ir embora para a cidade, mas a roça não o deixa, está arraigada em seu ser, em seu interior, dentro de sua alma.

Com o dinheiro da venda das benfeitorias do lote na época, seu Vicente conseguiu comprar uma data de terras em um bairro da periferia da cidade de Dourados e vive da aposentadoria que recebe do governo.

Perguntado sobre os motivos de ter vendido a terra no assentamento Casa Verde, ele nos responde o seguinte:

Porque o senhor resolveu vender o seu lote de terra e ir embora para a cidade? Ah eu achei melhor que, nós íamos comprar uma casa né? E na cidade ia, que nem aqui nós já conhecia né? Dourados, a terra melhor e tinha muito serviço também né? E eu trabalhando direto, sairia melhor de que ficar lá, sem poder plantar nada, porque não dava nada, não podia fazer lucro, futuro nenhum, então achei melhor vim pra cá, pra Dourados³¹.

Percebe-se que o objetivo era trabalhar com a lavoura, mas ao não conseguir produzir sem uma boa mecanização, muitos assentados desistiram desse sonho, vendendo seus lotes e voltando para suas terras de origem. De início, a criação de gado não chamou a atenção para muitos assentados, visto que a grande maioria deles tinha uma história de vida em comum, pois seus pais eram e foram lavradores, eles nasceram lavradores, e o que aprenderam durante suas vidas foi trabalhar na lavoura. Então, nos parece que, continuar na terra, em que seus sonhos e objetivos não se concluíssem seria ir contra seus preceitos, contra o que lhes fora ensinado durante sua vida. Trabalhar com

³¹ENTREVISTA. Vicente. Dourados-MS. 30/01/2015.

a pecuária seria estar indo contra o ser lavrador para aqueles homens e mulheres, em que seu maior prazer é o de sentirem a terra sob seus pés: sentir o cheiro da terra removida em suas mãos, lhes fazendo se sentir vivos, seres únicos.

Seu Vicente ao ser interrogado sobre o significado da terra nos responde que ela representa tudo, significa fartura:

[...] ah significa muita coisa né? É significa fartura né? Uma terra boa você faz fartura né? Numa terra boa, agora terra fraca você num faz nada, você trabalhar a vida toda e num faz fartura, a terra boa dá gosto, você pode fazer um financiamento pra tocar lavoura né? E a terra fraca você vai fazer o quê? Você faz o financiamento depois não pode pagar, né?³² [...].

Como ele mesmo afirma: um lavrador com terras boas em suas mãos consegue produzir muito, dando gosto. Por meio do acesso à terra se conseguiria um financiamento para melhorar sua produção, diferente do que aconteceu no assentamento Casa Verde, quando chegou a assistência do governo por meio de financiamentos, em que os assentados tinham outro problema: o de saber se iriam conseguir o empréstimo na data prevista, visto a má qualidade da terra para a agricultura, como afirma a fala a seguir:

[...] só que as terras que nós pegamos foi fraca, não dava nada né? E a gente não aguentava, agente era fraco não aguentava fazer a terra, porque tinha que mecanizar tudo, e por adubo, por tudo, e limpar a terra, porque esse raizeiro que tinha nessas terra do campo, tinha que juntar aquele raizeiro pra poder plantar, nós não tinha condições né? Então foi por isso que a gente saiu de lá³³[...].

A ajuda de custo por meio de financiamento do governo federal, assim como afirmou o senhor Messias, demorou a vir. O senhor Vicente também nos afirma que demorou a chegar e veio aos poucos, mas enquanto essa ajuda não chegava o meio de sobrevivência de sua família, assim como de outras, foi a produção de carvão. Sobre a ajuda do governo o senhor Vicente nos diz:

[...] demorou um pouco mas veio né? Só que a gente tinha medo também (fala incompreensível) de depois não pagar né? A terra num, num produzia [...] é lá no lote nós tirava a madeira, cortava a madeira e tirava a lenha né? E fazia o carvão, nosso programa lá no lote, nossa ajuda era isso ai, nós cortava

³² Idem.

³³ Ibidem.

a lenha fazia o carvão e entregava, como é que chama? Que comprador dali mesmo né?³⁴ [...].

Como já destacado em outro momento, além de enfrentarem a falta de recursos financeiros para que conseguissem se manter na terra de trabalho, essas famílias também enfrentaram outra dificuldade em seus lotes que foi a falta de água potável, visto que em nenhum dos lotes o governo providenciou poço artesiano que pudesse abastecer aquelas famílias. A água chegava às casa dos assentados como podiam, carregada de carroça com tração animal, de bicicleta ou mesmo de trator para aquelas poucas famílias que o possuíam.

Na maioria das vezes a água era carregada em baldes de metal, colocados na cabeça, percorrendo um longo caminho até um poço caseiro mais próximo, geralmente cavado em algum lote com o nível do solo mais baixo em relação às outras áreas, facilitando assim o acesso ao lençol freático.

Para dona Lourdes, de 61 anos, as dificuldades para permanecer no assentamento foram muitas. O meio de sobrevivência da família nos primeiros tempos, como já expressei, também foi a produção do carvão vegetal, momento em que toda a família trabalhava. Afirma que presenciou muitos parceiros vendendo suas benfeitorias e partindo do assentamento porque não tinham condições de pagar maquinário para desmatar o lote ou mesmo pelas condições do acesso à área, já que na época não existia estrada, e, conforme nos conta, era somente uma picada, por onde passavam para chegar a suas terras. Dona Lourdes percorria uma longa caminhada para trazer a água para os afazeres domésticos, ficando muitas vezes o dia inteiro à beira do córrego que margeia o assentamento para conseguir lavar roupa. Em suas palavras nos diz o seguinte:

[...] olha eu lavava roupa, fio de Deus, com um monte de criança pequena, eu sai daqui com um monte de roupa, ia lá naquele corquinho do asfalto, lá em baixo, saía daqui cedo e as vezes chegava aqui de noite, as vezes chegava lá o tempo formava pra chuva, fazer o que? Tinha que pegar aquele monte de roupa molhada e vim, chegava aqui com a língua de fora de cansada, olha foi sofrido³⁵ [...].

³⁴Idem.

³⁵ENTREVISTA. Lourdes. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba. 22/11/2014.

Como ressaltado anteriormente, a falta de água foi um problema enfrentado por todos do assentamento Casa Verde. Algumas famílias se empenharam em perfurar poço caseiro, investindo alguma economia que possuíam. E contando também com a sorte de ter acesso a um lote em que o nível do solo era mais baixo em relação aos outros, possibilitando encontrar o lençol freático mais raso, não necessitando cavar muito fundo. Mas mesmo essas famílias enfrentaram muitas dificuldades para conseguir perfurar seus poços caseiros, como é o caso do senhor Messias, que junto com sua família conseguiu perfurar um poço chegando aos cinquenta metros de profundidade.

Perguntado sobre as condições de vida no início do assentamento, nos afirma que eram péssimas. Segundo ele, estavam bem porque possuíam um lote de terra, mas os recursos eram escassos, os sítios não possuíam estradas, demorando alguns meses para o governo conseguir abri-las e não tinham acesso à água, como afirma em sua fala:

[...] as condições de vida no início não foram boa não, só que a gente tava bem, a gente tinha um pedaço de chão, mas as condições eram péssimas, a gente pegou em mata, não tinha estrada por um período, um período aí de uns seis a oito mês não tinha estrada, e não tinha água, as água muito funda, eu por exemplo mais meu irmão, nos empenhamos em fazer um poço e fizemos, deu com 50 metro, aí dentro de cinco minuto a gente tinham um barde d'água na mão, descia a corda rolando e voltava tinha um barde de água na mão, era difícil, mas era possível³⁶ [...].

Além do senhor Messias outras famílias também conseguiram abrir poços caseiros em seus lotes, outras se juntaram em grupos de áreas vizinhas para poder enfrentar e resolver o problema da água em suas casas.

Uma dessas famílias foi a do senhor Adão, parceleiro vindo da cidade de Ivinhema já diretamente para seu lote de terra. Como afirmou ele, o Sindicato não exigiu que a sua família lhe acompanhasse, então vinha alguns dias para as reuniões e quando foi contemplado com a terra, utilizou do dinheiro da venda de um gado que possuía para investir o dinheiro na perfuração de um poço caseiro antes de se instalar no assentamento com a família. Então, como ele nos afirma:

[...] agora não posso falar, que eu não consegui furar um poço, eu tinha umas vaquinha lá, eu vendi. Um poço caipirão com 57 metros era difícil mas deu água (risos). Quando eu mudei pra dentro do lote eu já tinha um poço furado,

³⁶ENTREVISTA. Messias. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 27/11/2014.

eu arrumei um poceiro lá em Ivinhema mesmo e aí nós vinha furar o poço aqui, foi difícil porque foi fundo demais³⁷[...].

A maioria das famílias ali assentadas não tinha condições financeiras para perfurar um poço caseiro como o senhor Messias e o senhor Adão. Outras não o faziam justamente porque tinham a noção do nível do solo em que seu lote se encontrava, podendo a profundidade do poço passar dos sessenta metros, causando um risco para a sua segurança e de todos os envolvidos na perfuração.

Essa força de vontade, essa garra para se manterem na terra, enfrentando essas dificuldades, não se esquecendo dos tempos de acampamento enfrentado por muitas delas, nos faz refletir sobre uma fala que muitos dos nossos entrevistados nos disseram, pois sempre viveram na dificuldade e na pobreza.

A situação enfrentada por essas famílias do assentamento Casa Verde parece-nos mais uma de muitas outras que passaram por suas vidas. Apesar de todas as intempéries da vida parece que a cada dia as famílias se reinventavam de todas as formas, em um cenário em que pobreza e dificuldade eram sua plateia mais atenta. A garra dessas famílias nos remete aos estudos de Martins, em sua obra “Caminhada no chão da noite”, ao afirmar que: “quando procuram resgatar os chamados sinais de esperança, quase sempre anunciam as práticas autodefensivas, os procedimentos ingênuos de sobrevivência, dos que não se deixam abater pela força do inimigo” (1989, p.11). Essas práticas autodefensivas são justamente explicativas da sabedoria do povo brasileiro de se reinventar a cada dia, em meio a um sistema construído para oprimi-los e excluí-los.

Diante da falta d'água em seus lotes, alguns vizinhos de lotes se reuniram para perfurar o poço por conta própria, como foi o caso de alguns parceiros do grupo Ipê, que passando por grandes dificuldades sem água para o consumo cotidiano, se juntaram na busca de solucionar o problema. Do contrário, assim como uma grande maioria dos assentados teriam que continuar caminhando longos quilômetros para o acesso a um balde de água.

Conforme nos relata o senhor Antônio, de 66 anos, no começo do assentamento as dificuldades foram imensas, pois segundo ele o governo deu a terra, mas não possibilitou nenhuma condição de permanência “em cima da mesma”. Para ele:

[...] se o governo tivesse ajudado na hora certa que nós chegamos e uma orientação certa, rapaz olha ninguém tinha sofrido aqui tanto, mas o negócio

³⁷ ENTREVISTA. Adão. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê. 21/12/2014.

é que não teve ajuda nenhuma, pônhou nós aqui e largou nós aqui, olha rapaz não sei bem certo não, mas passa de dez anos que nós fiquemos aqui sem ajuda³⁸[...].

Essa fala do senhor Antônio nos remete ao que foi dito antes, que aquelas famílias que não tinham bens que pudessem se desfazer nas horas que necessitassem, raramente conseguiram permanecer na terra. A ajuda do governo para muitas famílias infelizmente quando chegou já era tarde demais. A família do senhor Antônio antes de se juntar com outros vizinhos para abrir o poço comunitário tinha que fazer a peregrinação em busca de água, utilizando-se de carroça de tração animal. Como ressaltou este entrevistado, essa foi uma das grandes dificuldades enfrentadas pela família, na medida em que nunca haviam morado em lugar com “tanta falta de água”, e segundo ele:

[...] as dificuldades de água também, nós nunca tinha morado num lugar difícil de água, aqui foi um lugar que nós sofremos, tinha dia que a gente tinha que dividir água, é para tomar banho, porque era pouquinha a água, tinha que dividir, então para nós foi muito duro isso aí [...] Eu tinha uma carroça, um carrinho, esse de pneu né? E uma mula, então o menino meu buscava água daqui uns cinco quilômetros mais ou menos pra baixo, num tambor de duzentos litros, então, e aquela água tinha que tomar banho, cozinhar e tinha que beber tudo daquela água, não foi fácil não, no começo aqui³⁹ [...].

As dificuldades enfrentadas pela família do senhor Antônio e outros parceiros foram inúmeras como a falta de água, recursos financeiros para abrir o lote, entre outras, mas teve uma, em especial, que ele fez questão de nos contar e, no momento em que nos contava, foi motivo de muitos risos, por sua parte, lembrando aqueles tempos difíceis e de futuros incertos. Assim ele começa a contar sua história:

[...] teve um dia que faltou até fosso (fósforo), agora você vê, aí eu fui no vizinho arrumar fosso, chego lá, a comadre, que hoje somos compadre, a mulher pegou, ela falou assim, eu só tenho uma caixa, num tá cheia só tem um pouco, aí eu falei assim, mas eu tenho a caixa, ela foi e dividimos os palito, ela pegou os palitinho e me deu pra mim trazer, agora você vê com situação, não era fácil de conseguir⁴⁰ [...].

³⁸ENTREVISTA. Antônio. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê. 20/12/2014.

³⁹ENTREVISTA. Idem.

⁴⁰ENTREVISTA. Idem.

Essa história é lembrada por ambos, tanto pelo senhor Antônio, quanto pela família de sua comadre Aparecida, ao falar-nos das dificuldades enfrentadas na terra conquistada. Percebe-se que essa relação de vizinhança fez superar muitas dificuldades que iam aparecendo no início do assentamento, pois ao precisar de fósforo para acender o fogo, como não possuía nenhum lugar perto que pudesse comprar, seu Antônio recorreu ao vizinho, que mesmo possuindo também poucos palitos de fósforo lhe cedeu alguns para que pudesse levar para sua casa.

A relação de amizade e de companheirismo desses parceiros fez toda a diferença para que muitos deles continuassem na terra e não desanimassem ao longo dos anos, como seu Antônio mesmo nos disse que após conquistarem seus lotes foram esquecidos ali, sem recurso ou ajuda alguma por parte do governo.

Para o senhor Valdivino, de 65 anos, essa união fez toda a diferença, assim como para o senhor Antônio, senhor Joaquim e sua esposa, dona Aparecida, pois sendo vizinhos de lote se uniram para solucionar o problema da água, perfurando um poço.

No início, o poço era caseiro, chegando à profundidade de 80 metros para alcançar o lençol freático e supria as necessidades das três famílias. Para o senhor Valdivino, mesmo com o poço, as dificuldades era imensas, pois tinham que puxar a água manualmente, ficando muitas vezes toda a família até tarde da noite puxando água, o que permanece em suas recordações:

[...] nós sofremos aqui, não tinha água, a gente puxava água no poço ali no seu Joaquim (vizinho do lote em frente), fizemos um pocinho ali e só, deu 85 né, é 78 metros nós puxava no saril aquela água pra dá pro gado, pra beber, ia nós, o Joaquim e o seu Tonin (vizinho do lote ao lado), ai um puxava um pouco cansava, sua parte dividia com outro de novo até onze horas, meia noite puxando água, no outro dia estava trabalhando pra abrir o sitio né? Aí por fim arrumaram um motorzinho a gasolina pnhou lá e nós encanamos a água, o Tonin encanou e puxava a água naquele motorzinho, mais nós sofremos mais de ano, né? Tirando água no saril, os meninos tudo pequeno, dava de noite não tinha televisão, não tinha nada, todo mundo ia pra lá puxar água⁴¹[...].

Observemos que apesar das dificuldades encontradas pelas três famílias em se puxar a água manualmente até tarde da noite, o poço caseiro se tornou um espaço de sociabilidade também, como afirmou o senhor Valdivino. Como não possuíam televisão, evidentemente por falta de energia elétrica, as famílias se juntavam à beira do

⁴¹ENTREVISTA. Valdivino. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê. 21/12/2014.

poço para ajudar a puxar água. O poço passou a ser um lugar de sociabilidade, unindo essas três famílias na busca de um bem em comum: a água.

As proximidades do poço passavam a ser um lugar em que fatos do cotidiano eram compartilhados, prosas, histórias, sonhos e esperanças eram contados. Essa cotidianidade, ou seja, o ser social vivido por nossos parceiros, nos remete aos estudos de Martins (2008) em “A sociabilidade do homem simples”, ao qual afirma que: “o novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais” (2008, p.52). São nessas relações sociais, vividas no cotidiano, em que, por meio delas e entre os múltiplos sujeitos, se constrói o “herói da vida”, o homem comum, com seus afazeres simples, fazendo a diferença na sua simplicidade e construindo um espaço para o surgimento de novos elementos que constituem os movimentos sociais. Há de se pensar que os movimentos sociais surgem em prol de um bem em comum a determinado grupo social.

Sobre a constituição dos movimentos sociais podemos destacar os estudos de Scheren-Warren no artigo intitulado “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”, em que ela afirma que a sociedade civil é um exemplo da representação dos movimentos sociais, que passam a se organizarem em prol dos interesses coletivos.

Quanto à relação social vivenciada pelos assentados pode-se entendê-las como sendo um espaço das mobilizações de base local, termo evidenciado por Warren, ao se referir ao sentimento de pertencimento àquele determinado grupo, “reafirmação e consolidação de um determinado grupo na afirmação de políticas públicas” (SCHEREN-WARREN, 2006, p. 10).

Pensando na mobilização de base local pode-se destacar a história da construção desse poço caseiro que também é lembrada e contada pelo casal Joaquim e dona Aparecida, em que narram ter o poço servido àquelas três famílias por mais de três anos, momento em que passou a funcionar o poço artesiano comunitário.

Como o senhor Joaquim nos relata, após um ano que tinha perfurado o poço caseiro em seu lote vários poços artesanais foram perfurados no assentamento Casa Verde, com recursos do INCRA, mas ficando mais de cinco anos parados sem funcionar, o que causou destruição dos canos de metal pela ferrugem e inutilização. E quando finalmente conseguiram fazê-lo funcionar a durabilidade foi curta. Ao contar as dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas ele nos assinala o seguinte:

[...] a maior dificuldade que nós passamos aqui dentro do lote foi a água, a profundidade do poço, difícil, o INCRA não teve agilidade em poço porque, cada que veio pra cá, pra se virá, não foi definida a ajuda do Incra de primeira mão, aqui o povo veio à deriva assim sem a garantia de que ia ter uma estrutura, e as estradas foi dificultosa para nós também demorou pra ser realizada ... e o poço foi, perfurado, o poço já com quais um ano, depois que fez o poço, e depois ficou mais uns quatro ano sem funcionar, quando funcionou, o poço estava com cinco anos parado, já estava praticamente corroído, aí a durabilidade foi pouca, nós depois que usou ele três anos né? Com três anos de uso ele estourou e nós tivemos que fazer um, foi onde eu estava falando pra você, que nós fomos buscar lá na fundação pra vê se eles faziam, aí eles falou com dois anos (risos) eles podiam vir. Aí foi que nós juntamos um grupo né? Do pessoal, aí nós fizemos um poço⁴²[...].

Segundo ele, quando o poço oferecido pelo INCRA teve problemas, foram reivindicar outro junto ao órgão responsável pela perfuração dos poços artesianos, ouvindo dos representantes que somente abririam outro no local, após dois anos.

Foi a partir daí que surgiu a iniciativa de vinte e três famílias de parceiros do grupo Ipê de se organizarem para buscar ajuda junto à prefeitura municipal de Nova Andradina, a fim de solucionar o problema. Diferente da iniciativa da perfuração do primeiro poço caseiro no lote do senhor Joaquim que juntou três famílias vizinhas, desta vez o grupo ganhou mais parceiros, somando vinte e três famílias, pressionando o poder público e levando-o a solucionar o problema da falta de água em seus lotes.

Esta parceria gerou resultado, pois o grupo teve o apoio da prefeitura municipal de Nova Andradina, ao contribuir com uma ajuda de custo no valor de dois mil reais na época. Como afirma o senhor Joaquim, para perfurar outro poço artesiano o custo era de onze mil reais e já tinham conseguido dois mil, o restante do pagamento foi dividido entre as famílias do grupo. Perguntado sobre como funcionou esse grupo de parceiros na luta para a conquista da água, nos relembra que:

Esse grupo funcionou de que forma para reivindicar um novo poço? Foi assim, aí a gente foi...através do...até teve uma ajuda da prefeitura de dois mil reais na época, e o poço custava onze mil e oitocentos, aí o prefeito na época ajudou com dois mil e nós entramos com nove e oitocentos pra pagar. Aí era na época que foi participado desse poço foi vinte três que fez a perfuração dele, foi dividido em vinte três, na época deu quatrocentos e vinte e seis reais para cada um, é e foi duro pra pagar ainda (risos), quatrocentos e vinte e seis reais na época pra tirar desse povo era dinheiro, e pior que tinha uns que era

⁴²ENTREVISTA. Joaquim e aparecida. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê. 21/12/2014.

mais difícil ainda, teve uns que ficaram quase dois anos pra pagar esse quatrocentos e vinte e seis reais⁴³[...].

Percebe-se que na ausência das ações do governo ou na falha deste, as famílias se uniram para solucionar um problema de extrema urgência que era a falta de água em suas casas. Segundo o senhor Joaquim, neste sistema de parceria para perfurar o poço artesiano com dinheiro do próprio bolso somente dois grupos puderam participar. Outras ajudas também chegaram por parte de entidades, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), ao qual chegou a perfurar outros poços artesanais no assentamento.

Apesar de todas as agruras enfrentadas pelas famílias nos primeiros anos de assentamento, como a falta de água e a carência de incentivo governamental, há algumas que conseguiram sobreviver aos primeiros anos nos lotes de terra e se encontram nele até os dias atuais. Não se pode deixar de perceber que a intenção de trabalhar com a agricultura no assentamento não foi abandonada totalmente, pois os assentados produzem alimentos como abóbora, quiabo, alface, maxixe, entre outros alimentos para o autoconsumo familiar, tendo como meio de renda principal a criação de gado leiteiro ou de bezerro de corte para a venda.

Para as famílias que enfrentaram dificuldades para permanecer em seus lotes de terra no assentamento Casa Verde, em vista da falta de recursos financeiros, parece-nos que de alguma forma acabou dando certo, mas é evidente que tiveram que se adaptar às condições do solo e ao que ele poderia proporcionar a cada família.

1.4 Somos os “com terra”: memórias de discriminação sobre os “sem-terra” do assentamento Casa Verde

Este item surgiu da necessidade de narrarmos as histórias de discriminação sofridas pelos parceiros do assentamento Casa Verde, por parte da população local de Nova Andradina nos primeiros anos de assentamento, uma vez que todas as famílias do assentamento eram identificadas como sendo “sem-terra”.

⁴³ENTREVISTA. Idem.

Com o afloramento dos vários movimentos sociais que passaram a reclamar o acesso à terra para aquelas famílias que não as possuíam, a partir dos anos de 1980, em todo o Brasil foram surgindo instituições de apoio a esses movimentos como: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, FETAGRI, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a CPT e o Partido dos Trabalhadores (PT) que apoiavam a causa da reforma agrária, entre outras. Nesse período também irá surgir o MST que, como afirma Fernandes (2000), teve sua gestação e nascimento no período de 1979-1985, momento em que se consolidou e se territorializou de 1985 até nossos dias (FERNANDES, 2000, p. 15).

No Estado de Mato Grosso do Sul, o MST teve sua gênese no ano de 1984, com a ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema, tendo como principal articuladora desse processo a CPT, segundo Fernandes (2000, p. 150). Nesse período ele começa a ter visibilidade no âmbito nacional por meio dos vários veículos de notícias do estado, na maioria das vezes de forma negativa, pois uma de suas práticas tem como base a ocupação de terras consideradas improdutivas, nesse aspecto se diferenciando dos demais movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária.

Segundo Schwengber (2008, p. 74), o MST nasce em Mato Grosso do Sul com o lema “Terra para quem trabalha nela”, semelhante ao que ocorria em vários estados brasileiros. Nesse momento, as elites agrárias do país e detentoras do monopólio de grandes extensões de terras no estado se amedrontam e começam a se organizar iminente a uma futura ameaça do Movimento em ocupar as suas propriedades rurais, buscando marginalizar o MST e seus líderes. A União Democrática Ruralista (UDR) é fruto dessa ideologia conservadora e o seu surgimento a partir de 1985 tem por propósito a união dos latifundiários em defesa da propriedade privada e com intuito de combater o movimento pela Reforma Agrária no país.

Para Schwengber que estudou a repercussão do MST na imprensa Sul-mato-grossense de 1995-2000, já nos primeiros anos do movimento:

Diante da oposição da UDR, que procurava enfraquecer a luta dos sem-terra perante a sociedade, principalmente a partir de propaganda negativa nos meios de comunicação, o MST mudou seu lema para “Ocupar, Resistir, Produzir”, criado no seu II Congresso Nacional, em 1990, caracterizando o segundo momento de sua luta (SCHWENGBER, 2008, p. 74).

Com essa postura de oposição ao MST, a UDR buscava por diversos meios demonizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim como seus métodos para conquistar a terra por meio das ocupações e acampamentos, que se organizaram como meio de forçar o governo a desapropriar terras para a Reforma Agrária, já que os métodos por meios diplomáticos não davam os resultados esperados.

Essa demonização do MST através dos meios de comunicação do país fez com que parte da sociedade - e não somente a do estado de Mato Grosso do Sul, mas também do Brasil - passasse a reproduzir as ideologias das elites rurais dominantes, caracterizando seus participantes como: “baderneiros, comunistas, vândalos, ladrão, perigosos”, etc.

Há de se pensar também, sob outro viés, pois parte da sociedade brasileira entre as décadas de 1980 e 1990 era bem mais sensível ao movimento de Reforma Agrária que no tempo presente. Segundo Chaves (2000) que fez um estudo relevante sobre “A marcha nacional dos sem-terra”, realizada no ano de 1997, com a marcha:

O MST ganha visibilidade pública, e com ela expressão política, através da multiplicidade de ações que realiza. É através das ações coletivas, geralmente de forte impacto simbólico, que o MST constitui-se como sujeito político. É nela também que se expressa e realiza a identidade de sem-terra. Nesse sentido, as ações coletivas do MST no espaço público são condição de sua constituição e existência social (CHAVES, 2000, p. 24).

A partir desse viés qualquer manifestação feita para reivindicar o acesso à terra, ou seja, a Reforma Agrária, os seus participantes, para esta parcela da sociedade, eram vistos como sendo sujeitos “baderneiros” que compunham o MST, enquanto instituição. É preciso observar que no mesmo período também existiram outros agentes sociais que passaram a buscar o acesso à terra por meio da reivindicação da bandeira da Reforma Agrária, como o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Em nossas entrevistas no assentamento Casa Verde, pudemos perceber que todas as famílias entrevistadas eram ligadas a CPT e aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Não encontramos nenhuma família de assentados dentro do assentamento Casa Verde que fosse proveniente do MST.

Ao longo das entrevistas, alguns de nossos entrevistados nos relataram que ao chegarem ao município em que conquistaram seus lotes de terras foram nos primeiros

anos de assentamento alvos de discriminação por parte da população local quando se dirigiam até os comércios locais para realizarem suas compras.

Como afirmaram, crédito no comércio local e trabalho nas fazendas próximas foram algo muito difícil de conquistar nos primeiros anos, pois eram vistos como “os sem-terra” e constantemente ao adentrarem as lojas comerciais eram seguidos de perto por seguranças do comércio que os observavam.

Esse fato se deve talvez a grande repercussão que o MST ganhou desde seu surgimento, por parte dos meios de comunicação, devido aos métodos utilizados para pressionar o governo a cumprir os acordos quanto às desapropriações de terras para fins da Reforma Agrária. O método de ocupação das terras consideradas improdutivas foi bastante criticado pelos governos federal e estadual, somando-se aos interesses das elites agrárias. A partir do uso desses métodos de ocupação para a conquista da terra, entre outras ações e reivindicações, o MST passou a receber várias representações, principalmente pejorativas, na mídia nacional.

Dentre essas representações Schwengber (2008) nos aponta algumas, alertando que na maior parte dessas representações o enfoque da luta pela terra se dava como um aspecto negativo ao movimento. Assim, a autora afirma:

Podemos visualizar algumas representações sociais do MST na imprensa: caracterizado como invasor, não respeitador do direito de propriedade privada. Já o aspecto legal da luta do movimento, que é reivindicar os imóveis rurais que não cumprem sua função social – cuja desapropriação para reforma agrária está prevista na Constituição – foi raramente mencionado (SCHWENGBER, 2008, p. 92-93).

Percebe-se então que o objetivo da grande mídia, impressa e televisiva, era o de colocar o MST na ilegalidade, caracterizando-o para a sociedade como um movimento que tinha como meta principal “pregar o terror” por onde quer que passasse. Dessa forma aqueles indivíduos que faziam parte de qualquer movimento social ligado à questão da Reforma Agrária e, principalmente, aquelas famílias que participavam dos acampamentos, eram vistas por parte significativa da sociedade de forma negativa, com seus propósitos distorcidos pela imprensa, a qual, em nosso entender, estava (e continua a estar) a serviço não de trazer a notícia a fim de esclarecer a sociedade dos fatos que estavam ocorrendo na sociedade, mas de representar e reproduzir o discurso da elite, para o qual esteve (e continua até o tempo presente) a serviço.

Considerando essa visão que os indivíduos tinham do MST, dona Clarice, de 57 anos e o senhor Ivan, de 54 anos, nos contam como foi difícil nos primeiros anos de assentamento para conseguirem um trabalho nas fazendas próximas ao assentamento Casa Verde:

[...] não queriam levar o pessoal daqui pra trabalhar, mas aí...teve um de Batayporã seu Alfredo ele tinha muito algodão plantado lá na Primavera (fazenda) daí ele vinha buscar o pessoal aqui, nós ia lá na fazenda Primavera colher algodão, nossa salvação foi isso porque ninguém conhecia nós né? O pessoal que chegou. Aí era difícil de... [...] depois que o pessoal de fora aí das fazendas descobriu que o pessoal aqui era trabalhador aí não faltava gente buscando pessoal pra trabalhar⁴⁴ [...].

Apesar de essas famílias terem conquistado seu pedaço de terra, para parte da sociedade local eram vistas como sendo “os sem-terra”, numa referência pejorativa ao MST. Homens e mulheres, como narram, que quando iam ao comércio local eram alvos de cochichos e olhares suspeitos. Segundo Schwengber: “constamos que nesta categoria de valores (os legais), os aspectos negativos foram maioria. As representações recorrentes sobre o MST nos dois jornais foram a de invasor e saqueador” (SCHWENGBER, 2008, p. 96).

Essa visão dos assentados foi o que dificultou a conquista de créditos no comércio local, na cidade de Nova Andradina, pois segundo o senhor Messias, de 60 anos, “ninguém dava créditos para os “sem-terra”, como eram identificados”. Para conseguirem comprar alguma mercadoria tinha que ser a “dinheiro vivo”, do contrário “passavam fome, porque ninguém vendia”. Segundo, ele:

[...] ninguém dava crédito, você só comprava à vista era muito difícil, o primeiro ano aqui em Nova Andradina, município nosso aqui, primeiro ano nosso aqui era os sem-terra, nós já tínhamos pegado a propriedade, mas como nós não tínhamos condições de tocar ainda né? Eram chamados de sem-terra [...] E os comerciantes viam aquilo ali, pra eles vender e confiar na pessoa era muito difícil, porque não sabiam se iam receber⁴⁵ [...].

As dificuldades para as famílias assentadas já começavam pelo próprio reconhecimento dado por uma grande parcela da sociedade local, e como afirma o senhor Messias: eram chamadas de “sem-terra”, palavras que traziam um grande peso

⁴⁴ENTREVISTA. Clarice e Ivan Eichinger. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 15/11/2014.

⁴⁵ENTREVISTA. Messias. Assentamento Casa Verde, gleba Angico. 27/11/2014.

negativo, para uma parcela da sociedade nova andradinense. Como afirma Schwengber: “força negativa que as concepções ideológicas do MST produziam no imaginário social e são legitimadas na imprensa” (2008, p.131). Tais impressões eram disseminadas pelos meios de comunicação em Mato Grosso do Sul, representantes fiéis das elites fundiárias do estado.

Um exemplo dessa manipulação e ocultação das condições reais vividas pelos sem-terra nos meios de comunicação do estado do Mato Grosso do Sul foi apresentado por Schwengber, ao narrar o momento em que o jornal “O Progresso” veiculou, no ano de 1999, uma suposta denúncia, publicada na revista “Isto É” de uma cartilha que seria utilizada em um curso para treinamento de guerrilha oferecido pelo MST na cidade de Sidrolândia-MS. Em junho daquele ano o repórter do mesmo jornal teve a oportunidade de entrevistar José Rainha, um dos líderes do MST naquele período, que esteve na cidade de Dourados-MS, onde o jornal é sediado. Sobre esta entrevista e a opinião tendenciosa do repórter a autora nos diz o seguinte:

O texto destinou um parágrafo para a resposta de José Rainha, dizendo apenas que ele desmentiu a notícia divulgada com exclusividade por O Progresso e alegou que a denúncia de Corrêa visava impedir a organização do MST (SANTOS, 1999 b). O restante da matéria de quase meia página foi utilizada para afirmações do próprio repórter de que guerrilheiros haviam, sim, treinados militantes sem-terra de vários países e que os ensinamentos dos cursos resultaram, logo em seguida, na ocupação de várias fazendas no Brasil, pelo MST (SCHWENGBER, 2008, p. 131).

Esse tipo de reportagem nos mostra o quanto tendenciosa e distorcida pode ser uma notícia e, mais que isto, ao partir da opinião tendenciosa de quem a está produzindo, ou seja, um veículo de informação que tem o dever de trazer as informações ao público de forma explícita e com seriedade. Nesse caso, o jornal não está somente introduzindo sua opinião como se fosse um portador da verdade absoluta e expert no assunto, mas tentando desqualificar um movimento social de extrema importância para a história do Brasil, com suas ideologias e valores.

Sobre o uso de jornais como fonte de pesquisa De Luca (2005) nos alerta para a importância de termos consciência do papel desempenhado por esse meio de comunicação, pois sempre será difícil sabermos que influências ocultas exercem num dado momento sobre determinado órgão de informação, qual o papel desempenhado por ele e o tipo de pressão exercida sobre determinado governo (2005, p. 116). Em outro momento De Luca destaca as pesquisas de Capelato e Prado em um jornal republicano

nos editoriais entre os anos 1927-1937, apontando para a atuação do jornal “O matutino” como porta-voz dos interesses da classe dominante paulista (in PINSKY, 2005, p.118).

Assim, os jornais analisados por Schwengber trazem reportagens a respeito dessa conjuntura de luta pela terra e pela Reforma Agrária, veiculadas cada vez mais nos meios de comunicação do estado e do país, de um modo geral, ao tentarem colocar o MST como sendo o “bicho-papão” da história dos movimentos sociais que defendem a luta pela Reforma Agrária no país. Com essa prática, tais jornais ajudaram a disseminar a repulsa contra qualquer sujeito que participasse desses movimentos gerando em torno desses indivíduos: o medo, a desconfiança e o desprezo.

Como sujeito participante do movimento de reforma agrária que lutou para conseguir seu pedaço de terra, o senhor Valdivino, de 65 anos, nos narrou como foram difíceis os primeiros anos no assentamento Casa Verde, pois apesar das dificuldades por falta de recurso financeiro e subsídios oferecidos pelo governo, ainda enfrentavam rejeições por parte da sociedade local, pois eram os “sem-terra”. Perguntado se enfrentaram preconceito por parte da população local quando vieram para o assentamento, ele nos responde o seguinte:

[...] rapaz quando nós chegamos aqui e iam fazer compra na Nova Andradina ali, você chegava naqueles mercados assim, o cabra falava: vocês cuidam que esses são os sem-terra, eles botavam os capangas, de certo tava com medo de você roubar?...Aí foi fazendo compra, todo mundo fazendo comprar, pagando a dinherinho, dinherinho, dinherinho sabe? E foi indo⁴⁶[...].

Apesar da vida difícil nos primeiros anos de assentamento e não tendo crédito no comércio local, ser um sujeito “sem-terra”, assim como eram chamados, e ter participado do movimento de luta pelo acesso à terra é motivo de muito orgulho por parte de seu Valdivino, pois foi a partir da participação no movimento de luta pela terra que viu a possibilidade do acesso a um pedaço de terra.

Segundo Seu Valdivino que, como narra, “sempre trabalhou na lavoura no município onde morava”, Mundo Novo - MS, lá possuía conta no Banco do Brasil como agricultor, e então, já instalado no município de Nova Andradina – MS, pede transferência de sua conta para este município, tendo acesso ao talão de cheque,

⁴⁶ENTREVISTA. Valdivino. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê. 21/12/2014.

passando a partir daí a facilitar as compras na cidade e começando a ganhar credibilidade no comércio local. Segundo ele:

[...] às vezes tinha o dinheiro no bolso mas comecei comprar nos caixa ali e pagar em cheque, os cabras olhava, olhava assim, meu cheque bom cinco estrela, o cabra pegava, e daquele tempo pra cá nós fomos pegando conhecimento, e hoje oh na Nova Andradina você comprar o que você quer né? Ninguém deu prejuízo né? A cidade vê que esse assentamento ajudou foi muito Nova Andradina né? Então mas naquele tempo foi difícil rapaz, rapaz meus irmão, minha mãe, meu pai, volta rapaz para cá, vai ficar aí sofrendo aí⁴⁷ [...].

Percebe-se, na fala do senhor Valdivino, que a instalação do assentamento Casa Verde foi e continua sendo importante economicamente para o município de Nova Andradina, uma vez que os assentados geram grande renda para os cofres do município, com a venda do leite, de gado, compras no comércio etc.

Uma história parecida com a do senhor Valdivino é a do senhor Delvito, de 74 anos, e de sua família. Ao ser pequeno produtor no município de Angélica – MS, ele nos contou sua experiência, e percebemos que mesmo estando assentado, a identidade de “sem-terra” continua a designar sua imagem para a sociedade que o cerca, ao entender que ele não deixou de ser “sem-terra”. Em suas palavras:

[...] quando você vem pro acampamento a primeira coisa você é o sem-terra, nem depois que você ganha terra no assentamento, continua sendo sem-terra (risos) num é assim? A impressão é que aquele pessoal vai assaltar, vai roubar gado pra poder sobreviver, vai fazer isso, vai fazer aquilo? Mas não é isso, o cara passa necessidade, porque ele sai procurar serviço para trabalhar, o fazendeiro tem serviço ele não dá porque o cara tá acampado dentro de uma terra, ele fala assim, já tá dentro da terra do meu vizinho né? Não vou dá emprego. Então aquele tipo de sociedade ali já começa a deixar o cara sem rumo, sem emprego. Hoje se você quer trabalhar graças a Deus existe a destilaria que dá emprego, mas a rejeição é grande⁴⁸[...].

Conforme o senhor Delvito, o sentimento de desprezo fora vivido por ele de forma intensa, pois como afirma era pequeno produtor no município de Angélica, trazendo por várias vezes caminhões de feijão que produzia em sua propriedade em Angélica para entregar nos supermercados de Nova Andradina. No momento em que passou a ser um assentado do assentamento Casa Verde, e identificado como tal, o

⁴⁷ENTREVISTA. Valdivino. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê. 21/12/2014.

⁴⁸ENTREVISTA. Delvito. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba. 15/12/2014.

comércio da cidade passa a não aceitar suas compras a crédito, e mesmo possuindo cheque, o comércio continuava a lhe negar crédito. Assim ele nos narra sua história:

[...] uma coisa que mim marcou muito foi no natal, passei em Nova Andradina para poder... passei em Nova Andradina para poder comprar...é...essas coisas do natal, e eu passei em Nova Andradina isso marcou muito, quando eu cheguei no comércio, aí no comércio aonde aquele central que tem ali, eu vendia ali feijão de caminhão fechado, vinha de Angélica eu trazia, eu trazia um para ali né? Vinha nesse caminhão carregado, um descia ali outro descia naquela máquina Vera Cruz, descarregava nesses dois lugares e eles... (nesse momento a conversa é interrompida pela chegada da filha e netos do senhor Delvito), aí quando entrei no mercado e fui fazer compra ele falou o senhor mora onde? Falei no assentamento Casa Verde, aí ele falou assim pra mim é, vai comprar à vista, dinheiro? Eu falei no cheque. Seu cheque é dá onde? Falei de Angélica, ele falou então não posso ajudar, não (após essa fala nosso entrevistado ficou em silêncio a relembrar o acontecido).

Isso por que o senhor já tinha vendido caminhões de feijão para ele? Sim já vendia pra ele, ele falou não posso vender.

E qual foi à justificativa para ele não vender para o senhor? Aí eu falei pra ele, mas qual é o problema? Ele falou assim, porque agora, aí não dá pra gente consultar o cheque, não posso ajudar.

Tudo bem! Aí tinha um outro mercado Tanji, hoje é em frente aquela farmácia ali, onde era o mercado Real, então ali era o Tanji, aquele mercado era o Tanji, aí eu fui lá no seu Henrique, veio me cumprimentar o filho dele e o gerente e ele falou: Não nós vende sim pode comprar, pode pegar. Fizemos a compra, na hora que fui pra poder dá o cheque, aí já era o filho dele né? Ele falou assim: Não, não posso, se fosse a dinheiro, mas cheque não posso pegar cheque. Até hoje marcou esse negócio, porque tive que deixar a compra lá, porque ele não confiou na gente, né?⁴⁹ [...].

Por meio da narração das lembranças do senhor Delvito fica evidente a constituição das ideologias que ao longo dos anos foram sendo criadas através dos vários meios de comunicação contra os movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária. Segundo, Schwengber, os meios de comunicação buscavam “impedir a organização da classe trabalhadora, tirando dela a legitimidade de sua luta e atribuindo a ela outros interesses” (2008, p. 106).

Com o passar dos anos a sociedade local passou a perceber que no assentamento não existiam mais os “sem-terra” e sim os “com-terra”, ou seja, na interpretação dos entrevistados passaram a ser vistos como famílias que estavam assentadas em seus próprios lotes de terra, e as quais, com muitas dificuldades, tinham conquistado um lugar onde pudessem trabalhar e produzir para si mesmas, gerando renda para o município e para o comércio local. Nesse sentido, pode-se dizer que os assentados cumprem a função social da terra que é a de fazer com que as famílias possam viver

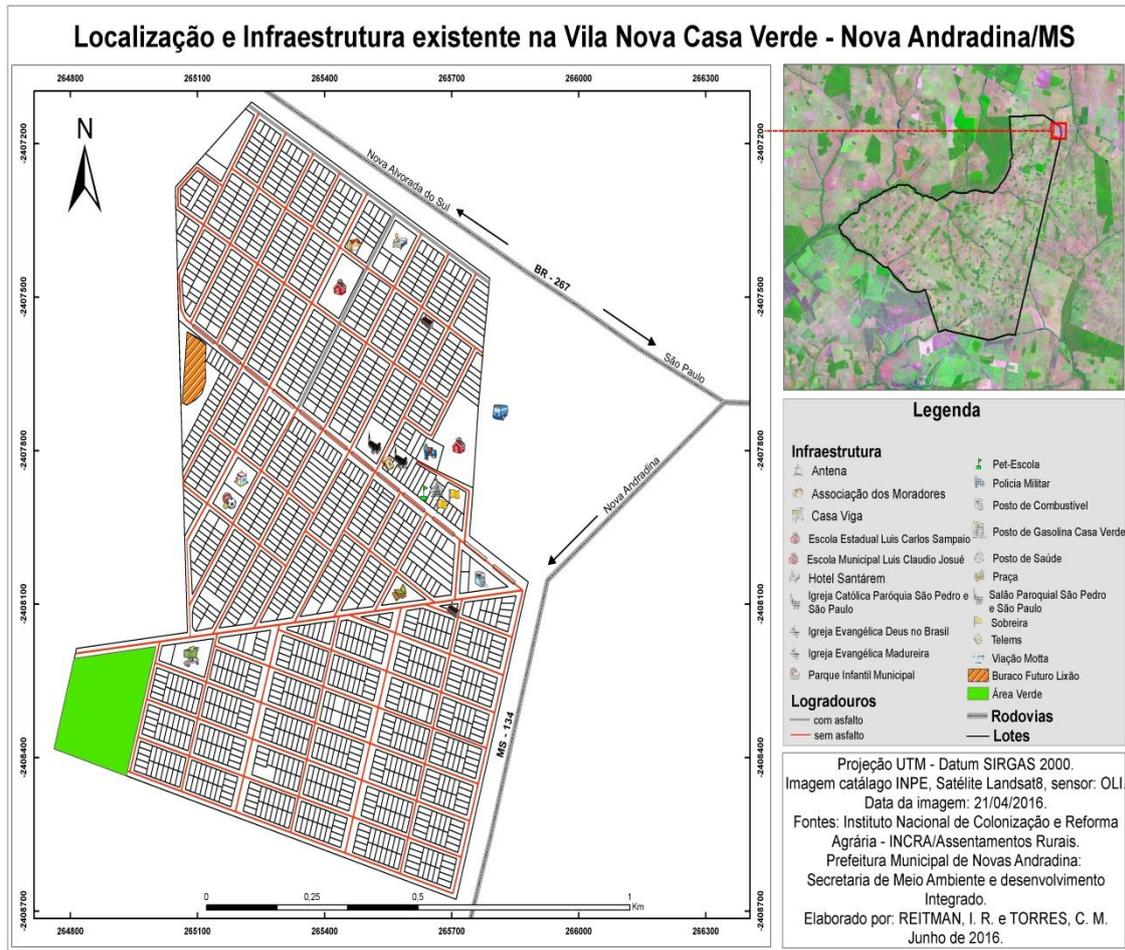
⁴⁹ENTREVISTA. Delvito. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba. 15/12/2014.

dignamente e, muito mais do que produzir bens, possam viver em sua própria terra, ter liberdade e uma vida digna.

No segundo capítulo trabalharemos o surgimento da vila Nova Casa Verde, povoado que surgiu a partir das necessidades e saberes dos moradores do assentamento Casa Verde, pois almejavam construir um local onde pudessem vender os alimentos que conseguissem produzir em seus lotes de terra. Mas também buscaremos apreender a vila em sua interioridade e espaço social, um local onde o meio urbano e rural se encontram e evidenciam a complexidade do lugar.

CAPÍTULO 2

A construção de Nova Casa Verde: olhares e vivências...



O projeto original idealizado pelo INCRA para o surgimento da vila Nova Casa Verde não era para ser na localidade onde ela se encontra no tempo presente, ou seja, no entroncamento entre as rodovias MS 134 e BR 267. Para a compreensão de sua localização, a seguir, tentaremos mapear o lugar a seguir.

À direita, seguindo a BR 267 chega-se à cidade de Bataguassu e aos estados de São Paulo e Paraná; à esquerda, segue-se sentido à cidade de Nova Alvorada do Sul e à

capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Saindo da BR 267 e entrando na rodovia MS134, sentido Sul, encontra-se a cidade de Nova Andradina.

Quando foi institucionalizado o Assentamento Casa Verde, em 1987, o INCRA reservou uma área dentro do assentamento em terras denominadas hoje como gleba Angico para a formação da feira do produtor e para a ocupação das próprias famílias assentadas. O objetivo era construir primeiramente uma feira do produtor para que as famílias passassem a comercializar os alimentos que produzissem em seus lotes. Porém, devido à distância entre a rodovia MS 134 que dá acesso à estrada vicinal e tendo de percorrer mais de 7 Km em estrada precária e sem asfalto para chegar ao local onde seria implantada a feira do produtor na gleba Angico, muitos parceiros não viram esta ação de forma positiva, pois a distância dificultaria o acesso de pessoas que se interessassem em comprar seus alimentos.

Entretanto analisando o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de 1985⁵⁰, é possível perceber que ele previa a criação de programas habitacionais específicos, considerando as especificidades de cada região e fatores como clima e a matéria-prima disponível, além das técnicas de construção. No entanto, o PNRA não dispõe sobre o local específico do estabelecimento de núcleos habitacionais ou urbanos dentro das áreas de Reforma Agrária.

A única ressalva que se percebe quando da análise do PNRA é para que as formas de associativismo e organização grupal sempre respeitem os valores, tradições e os interesses da população local.

Então, percebendo que se a feira fosse implantada nesta localidade não conseguiria bons resultados e podendo a partir dela surgir um povoado, os assentados da gleba Ipê cogitaram a possibilidade de mudança de localidade. Entretanto o mesmo PNRA observa que:

Quanto às vias de transporte, será dada prioridade à construção, melhoramento e conservação de estradas vicinais e sua integração com a malha rodoviária, visando a maior flexibilidade e menores custos no acesso às áreas de exploração e no escoamento da produção (1985, p. 39).

⁵⁰ I Plano Nacional de Reforma Agrária. Acesso em www.Portalantigo.incra.gov.br/index.

A construção e cascalhamento de algumas das estradas vicinais que ligavam a MS 134 ao núcleo da gleba Angico não foi o suficiente para que os assentados da gleba Ipê concordassem em manter a ideia da construção da feira do produtor naquela localidade. Outra problemática também foi a de que após algum tempo de usos dessas estradas elas ficariam praticamente intransitáveis, visto que em épocas de chuva raramente algum motorista se arriscaria a transitá-las por correr o risco de ficar atolado na lama, agravando ainda mais o fator distância, que como já dissemos, seria mais de sete quilômetros até chegar à feira.

Pensando nesse problema os assentados da gleba Ipê se mobilizaram para que a feira fosse construída em uma localidade de fácil acesso. O lugar sugerido foi no entroncamento entre a rodovia MS 134 e a BR 267. Esta última liga o estado de Mato Grosso do Sul aos estados do Paraná e de São Paulo, uma importante rodovia federal de grande tráfego de veículos que adentram ao Mato Grosso do Sul, assim como dele saem.

Para o senhor Otávio, morador em Nova Casa Verde, a formação dessa localidade é um fato interessante, pois segundo ele:

[...] isso que é um fato interessante, a cidade não era pra ser aqui, a cidade era pra ser lá no Angico, no centro, no meio, aquela gleba no meio (gleba Angico), da 7 Km e meio da onde era o lugar pra ser a cidade para o asfalto, mas aqui na Casa Verde, no assentamento Ipê, então tinha os idealista, sabe como é que é? Que era seu Elmo não sei o sobre nome dele, é Dilson Casarotto, Luis Claudio Josué que tem o nome no colégio né? Aquele lá de baixo também, esqueço o nome dele, era um grupo de homem mais antigo né? Que chegou aqui, que pegou os lotes [...]

[...] lá em baixo o INCRA deixou 100 hectares pra fazer a cidade e o INCRA deixa lá e tal, e lá o INCRA começou, já fez um barracão, puxou um telefone, puxou orelhão pra lá, o INCRA foi começando formar, fez barracão industrial, aí fez um colégio, o município já que o assentamento não tinha nada pra cá, o assentamento fez um colégio muito bom, não sei se você conhece aquele colégio, na época não existia colégio aqui por volta, nem na cidade existia um colégio bem organizado igual aquele né? Aí a igreja de Nova Andradina já veio ali e fez uma capela bem arrumada tal, e começou formar assim né? mais um pouco [...].

Pelo fato de o INCRA já ter reservado um espaço na gleba Angico para um futuro espaço urbano, os assentados da gleba Ipê ao perceberem o difícil caminho que seria percorrido para chegar até ela, começaram a requerer junto ao órgão competente, no caso o INCRA, a mudança deste espaço para outra localidade, onde ela se encontra nos dias atuais.

[...] o povo daqui não aceitou, aí foram em cima do INCRA: não, nós temos que trazer a cidade aqui pra beira da BR, mas esses lotes aqui já tinha dono, era de dois donos [...] como eu estava falando para você, a cidade começou pequenininha, por organização desses homens, entende como é que é? E começaram a ir atrás do INCRA, olha nós tem que fazer a cidade ali na beira da BR, que é um cruzamento, é estrada federal, a rodoviária tal, tal, tal⁵¹...[...].

Entretanto, a mobilização por parte dos parceleiros da gleba Ipê para a mudança da localidade da área enfrentou grande oposição dos parceleiros das duas outras glebas: Angico e Peroba, que não viam isto como algo positivo para seus interesses, visto que a intenção era que surgisse um povoado centralizado entre as duas glebas, pela proximidade dos assentamentos, e que fosse na gleba Angico, entre a gleba Peroba e a gleba Ipê, beneficiando desta forma todas as glebas.

Quanto a essa resistência dos assentados da gleba Peroba e Angico, em não aceitar a nova sugestão da localidade da feira do produtor, o senhor José Garcia nos narra o seguinte:

[...] tinha lá na gleba Angico que tinha demarcado e hoje virou alguns lotes e chácara lá que foi distribuída pelo INCRA, fizeram a medição...mas a princípio a área urbana era pra ser lá na gleba Angico. A princípio teve resistência, teve questionamento do pessoal que morava no Angico e que morava na gleba Peroba, mas depois que surgiu à Casa Verde (vila Nova Casa Verde) a maioria do pessoal de lá aderiu aqui, até muitos de lá têm seus lote aqui, casa aqui na Casa Verde e conscientizaram também que aqui era o melhor lugar pra área urbana devido ao entroncamento e às rodovias⁵² [...].

A área que estava reservada para a construção da feira do produtor e do povoado na gleba Angico, por não cumprir o propósito inicial, foi destinada, por meio do INCRA, para a constituição de mais lotes de terra. Desta área resta somente uma parte que não foi utilizada para os lotes, sendo reservada para a edificação da escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bonin⁵³.

⁵¹ENTREVISTA. Otávio Batista de Souza. Vila Nova Casa Verde. 19/05/2015.

⁵²ENTREVISTA. José Garcia. Vila Nova Casa Verde. 03/08/2013.

⁵³ A escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bonin foi fundada através do Decreto de nº 042/89 de 06 de novembro de 1989, com o nome de ERMPG – Escola Rural Municipal de Primeiro Grau Machado de Assis, Extensão Ministro Marcos Freire. Na administração do Prefeito Municipal Luiz Carlos Ortega foi revogada a Lei de criação de extensões nas escolas-pólo, através do Decreto nº. 042/97 de 21 de agosto de 1997. A criação desta unidade escolar se deu de acordo com o Decreto nº. 043/97, de 21 de agosto de 1997, passando a ser identificada como (ERMPEPG) – Escola Rural Municipal de Pré-Escolar e Primeiro Grau Ministro Marcos Freire. No ano de 1999 através do Decreto nº. 141/99, de 04 de fevereiro de 1999 que dispõe sobre a alteração da denominação das Escolas da Rede Municipal de Ensino, passou a ser denominada Escola Municipal Ministro Marcos Freire.

Resolvido o impasse em relação à localidade inicia-se a construção de Nova Casa Verde a partir do ano de 1996, em uma área de 10 hectares, terras estas pertencente ao assentamento Casa Verde, mas que não fora loteada pelo INCRA, localizada atrás do terminal rodoviário da viação Motta Ltda.

Em relação à limpeza da área para a constituição da vila, em vista da resistência do INCRA e dos parceiros das glebas Peroba e Angico em aceitá-la, são interessantes as observações do senhor José Garcia, em entrevista:

[...] isto foi quando nós tivemos aquela resistência do INCRA quando nós reivindicava que a área urbana fosse pra cá...pra Nova Casa Verde...ou pra Casa Verde, que Nova Casa Verde fomos nós que colocamos o nome depois né? E tinha uma resistência também dos colegas assentados do Peroba e Angico, aí nós resolvemos fazer uma reunião...e fazer uma arrecadação de dinheiro para fazer uma invasão com máquina pra derrubar tudo (vegetação) no sábado a noite, que o INCRA...quando o INCRA ficasse sabendo...porque no sábado o INCRA estava fechado né? E ninguém vai ligar pra residência de funcionário nenhum e quando o INCRA acordou na segunda feira, estava tudo no chão e nós já estávamos loteando né? O lote e aí não deu muito trabalho pro INCRA conscientizar e aí fazer o loteamento...pra máquina derrubar nós arrecadamos de cada um, vinte reais na época, porque esses vinte reais já garantia o lote aqui⁵⁴ [...].

Com a resistência por parte de alguns assentados das glebas Peroba e Angico para não mudar a localidade da área urbana foi feita uma reunião entre os assentados das três glebas para votarem a favor ou contra a mudança da localidade, ganhando a maioria dos votos em favor da mudança.

Outra resistência enfrentada pelos assentados em favor da mudança da localidade do núcleo urbano deu-se em vista das ações do INCRA que insistia em não aceitar essa ideia. Percebendo que o órgão não iria aceitar a referida mudança, os assentados interessados em possuírem “data” no futuro núcleo urbano se reuniram no final de semana para colocar suas ideias em prática, derrubando o mato e limpando os terrenos para a construção das primeiras residências, pois sabiam que por ser um final de semana, os funcionários do INCRA dificilmente iriam até o local para se opor à limpeza dos terrenos e corte das “datas”. E assim, na semana seguinte, quando passassem a ter

No ano de 2012, no governo do prefeito José Gilberto Garcia, através do Decreto n°. 1.192, de 12 de julho de 2012, altera-se o Decreto n°. 141 de 04 de fevereiro de 1999, mudando o nome desta unidade escolar para Escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bonin, após o assassinato deste no exercício de sua profissão, por um estudante da escola ao qual estava diretor.

⁵⁴ENTREVISTA. Idem. Vila Nova Casa Verde. 03/08/2013.

conhecimento do fato, os assentados já teriam posto em práticas suas ideias e as primeiras residências já teriam começado a ser construídas na nova localidade.

Cabe ressaltar que esta área já tinha sido reservada pelo INCRA com a finalidade de existir ali um futuro povoado, mas o espaço de 10 hectares era pequeno se comparado à área oficial reservada pelo governo na gleba Angico que era de 100 hectares, conforme nos afirmou o senhor Otávio em uma de suas falas já citada.

A afirmativa sobre a data da construção das primeiras residências em Nova Casa Verde e a forma de organização das famílias que consta na entrevista do senhor José Garcia também foi observada no relato de outro morador da vila, o senhor Elmo Gaedke:

[...] a vila aqui começou a sua atividade em 1996, eu morava no sítio, eu vim fixar residência aqui em 1999/2000 mais ou menos, não lembro [...] as primeiras brigas, eu mais aquele, o falecido é Dilson Casarotto, que era o vereador aqui depois, ah o início, os dois brigão aqui era nós dois, fizemos muitas viagens para Campo Grande, até Brasília, mas o início aqui se deu em 1996, foi feita a primeira abertura, derrubada, essa arezinha aqui que era, era uma, a princípio era só 10 hectares que o INCRA deixou para formar um tipo de uma vila ou uma feira né? Essa derrubada dessa mata se deu em 1996, onde começou a se edificar as primeiras residências aqui⁵⁵ [...].

Sobre as falas de nossos entrevistados, percebemos “que o grupo (coletivo) é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso o seu passado” (BOSI, 1994, p. 414). No caso desta pesquisa, é possível perceber que esse grupo consistia na união de várias famílias buscando construir um local onde pudessem vender seus produtos agrícolas advindos de seus lotes de terra. Percebemos também que esta localidade significaria mais que um simples local de venda de produtos agrícolas, pois seria um local onde as aquelas famílias de assentados, se assim quisessem, construir sua moradia na área próxima à feira do produtor sendo contempladas, cada uma delas, com uma “data”.

Em outro momento, Bosi nos chama a atenção para nossa memória, “pois é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência” (BOSI, 1994, p. 414). É por meio das memórias e lembranças de nossos entrevistados que podemos se não reconstruir, ao menos nos aproximar do passado de uma determinada sociedade ou grupo social.

⁵⁵ENTREVISTA. Elmo Gaedke. Vila Nova Casa Verde. 05/05/2015.

É o caso do senhor Elmo e do senhor José que nos contam como foi o surgimento de Nova Casa Verde por presenciarem e viverem aquele determinado momento histórico, entre outros de nossos entrevistados que também narraram suas participações e lembranças do início desse grupo.

Após a utilização dos 10 hectares de terras reservados pelo INCRA as famílias reivindicaram mais dois lotes de terra do próprio assentamento Casa Verde, que já haviam sido doados quando do loteamento, para a expansão da vila e os quais seriam destinados às famílias interessadas.

O INCRA então passou a negociar o que havia sido edificado nessas terras, pagando as benfeitorias feitas para os parceiros que já estavam instalados nos lotes ou oferecendo outro lote de terra em troca, como afirma o senhor Otávio, de 73 anos:

[...] aí o INCRA foi obrigado a partir pra negociação com os donos do sitio aqui, um queria a troca que era de 20 alqueire e eles deram 25 alqueire lá no Angico pra ele, aí um aceitou o outro não aceitou, falou que queria dinheiro, aí o INCRA se enfezou acabou não dando o lote pra ele, entende como é que é? Porque ele bateu com o pé na frente, o INCRA desapropriou o lote e pagou só o valor, só daquela área lá que ele roçou de foice lá e fez o barraco⁵⁶ [...].

É possível perceber a mesma afirmativa em relação aos dois lotes de terras nas entrevistas do senhor Otávio e do senhor Elmo. Este último observa que, na época, ele participava da associação de moradores da gleba Ipê e juntamente com outros membros da associação chegaram a recolher mais de cinco mil assinaturas, entre os já moradores da vila e os moradores do assentamento Casa Verde, pedindo providências ao INCRA para a desapropriação de mais dois lotes, com a finalidade de repartirem mais datas aos interessados em morarem em Nova Casa Verde. Segundo ele:

[...] nós entramos com o processo lá no INCRA, requerimentos, para o INCRA desapropriar dois sítios aqui emendados né? Nós levamos mais de cinco mil requerimentos, uma cópia na superintendência em Campo Grande e outra no ministério do INCRA lá em Brasília, mais de cinco mil requerimentos, daí o INCRA desapropriou esses dois sítios anexos aqui para ampliar a área⁵⁷ [...].

⁵⁶ENTREVISTA. Otávio Batista de Souza. Vila Nova Casa Verde. 19/05/2015.

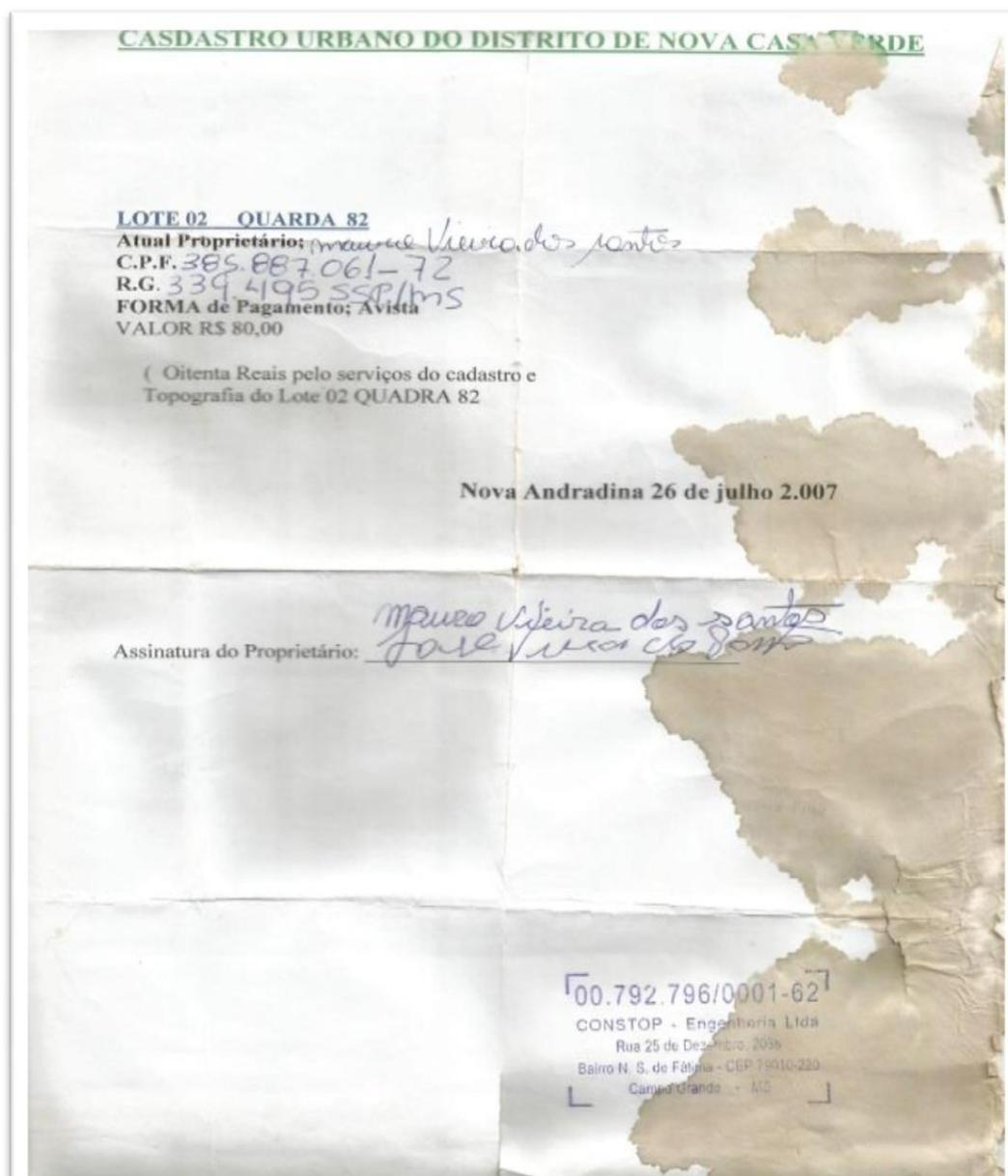
⁵⁷ENTREVISTA. Elmo Gaedke. Vila Nova Casa Verde. 05/05/2015.

Nos primeiros anos do surgimento da vila, qualquer família que fizesse parte do assentamento Casa Verde e tivesse interesse em possuir uma “data” naquela localidade tinha direito a ela e pagaria somente uma taxa no valor de 60,00 (sessenta) reais para a instalação do hidrômetro de água, visto que cada lote possui o tamanho de 12 x 30 de tamanho. Após alguns anos essa taxa subiu para 80,00 (oitenta) reais como mostra o documento na próxima página.

É pertinente salientar que o projeto de doar as datas de terra na vila Nova Casa Verde para qualquer família do assentamento Casa Verde ou aos seus filhos que se interessassem em possuí-la foi pensado pelo próprio grupo idealizador do povoado naquela localidade, diferente do que acontecera em relação ao projeto da feira do produtor, pois este fora idealizado pelo órgão do governo federal, INCRA, na gleba Angico onde seria um local somente para a venda de produtos agrícolas advindos dos lotes dos assentados.

Narram os entrevistados que, devido à falta de interesse por “datas” em Nova Casa Verde por parte de muitas famílias assentadas, foi possível dar oportunidades a famílias vindas de outras regiões com o desejo de se fixar no núcleo urbano recém-instalado. O processo de “doação” dos terrenos foi o mesmo para todas as famílias, ou seja, só pagavam a taxa para a instalação do hidrômetro de água na “data”.

Todas as famílias que adquiriam um terreno em Nova Casa Verde pagavam a taxa de instalação do hidrômetro, recebiam da associação dos moradores um recibo como único comprovante de que a partir daquele momento passavam a ser proprietários de determinado terreno, como mostra o documento a seguir, cedido gentilmente por uma das famílias moradoras de Nova Casa Verde à nossa pesquisa.



Fonte: Arquivo pessoal do senhor Ivanil e senhora Cleuza Rosati. Nova Andradina, 26/05/2007.

Ainda no tempo desta pesquisa este tipo de contrato é comum. O proprietário que está vendendo seu terreno faz um contrato em cartório passando os direitos do terreno à pessoa interessada e, junto com o contrato, o comprador adquire o recibo daquele que foi o primeiro proprietário da data.

Segundo Jordana, de 30 anos, moradora e professora⁵⁸ em Nova Casa Verde, isso acontece devido à falta de legalização dos terrenos, pois segundo afirma nenhum morador tem a escritura oficial, possuindo somente um contrato de compra e venda ou o chamado “contrato de gaveta”.

⁵⁸Professora na Vila Nova Casa Verde, escola Municipal Luis Claudio Josué.

[...] aqui nós não temos uma legalização de terrenos, como aqui não é um município, os terrenos não são legalizados, eles não têm escritura, então não tem como você registrar uma empresa direitinho num terreno que não é legal [...] pelo que a gente sabe, ela ainda não é distrito, porque ninguém tem escritura aqui, pelo jeito ainda tá em processo de implantação, mas ninguém tem o documento do seu próprio terreno, tem só contrato de compra e venda⁵⁹ [...].

A falta de legalização dos terrenos em Nova Casa Verde tem dificultado a instalação de algumas empresas no local, como afirmou a entrevistada, pois a maioria dessas empresas depende de financiamentos para montar suas indústrias, o que interfere negativamente no desenvolvimento do núcleo urbano de Nova Casa Verde.

É interessante ressaltar que durante as entrevistas, quando perguntados se existia algum grupo ou pessoa que desde o início lutou pela existência de Nova Casa Verde naquela localidade, os mesmos nomes se repetem como: o senhor Dilson Casarotto, o senhor Elmo Gaedke e o senhor José Garcia, entre outros, sendo que o senhor Dilson Cassaroto é mencionado por todos os entrevistados, até mesmo em conversas informais com moradores de Nova Casa Verde. Percebe-se com isso, segundo os relatos, que ele foi uma pessoa de grande importância para a localidade.

O nosso objetivo não é o de estudar biografias, mas compreendê-las como “[...] o melhor meio de mostrar os laços entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida [...]” (in PINSKY, 2005, p. 215). Desta maneira, ao nos remetermos ao senhor Dilson Casarotto estamos fazendo referência à história local, uma vez que, desde o surgimento daquela localidade, como constam nas entrevistas, ao fixar residência na localidade no ano de 1996 ele passou a reivindicar recursos junto aos órgãos públicos do município de Nova Andradina para a melhoria de Nova Casa Verde. Ao ter conquistado popularidade junto aos moradores locais, ele foi o primeiro e único vereador eleito por Nova Casa Verde. Exerceu seu primeiro mandato em 2000, sendo reeleito em 2004. Em 2004 foi vítima de câncer, vindo a falecer quando iniciaria o seu segundo mandato.

Conforme Pinsky, a escrita da história decorre de “uma construção, resultante de quem a escreve, do seu tempo e espaço, marcado por instituições e grupos” (in PINSKY, 2005, p.216). Percebemos que as pessoas, ao se constituírem por meio de instituições ou de modo grupal, as quais construíram a vila ou estavam presentes naquele momento, hoje têm em suas memórias àquelas que consideram ter sido importantes para a construção e realização do projeto que se tornaria realidade um dia.

⁵⁹ENTREVISTA. Jordana Cristina. Vila Nova Casa Verde. 12/06/2015.

No entender dos entrevistados, a vila proporcionou melhorias às suas famílias, como, por exemplo, a qualidade de vida aos moradores do núcleo urbano. Deste modo, estas pessoas comuns, escreveram ou ajudaram a escrever, de alguma forma, a história dessa localidade, marcando suas ações na memória dos moradores, pois os mais antigos desta localidade reconhecem e propagam seus feitos. Por isto, se faz importante para a pesquisa ouvir aquela determinada sociedade, ouvir cada pessoa independente da idade ou classe social.

Assim, dar valor às histórias orais é investigar um processo, neste caso, o de criação da vila, ou seja, são as “histórias dentro de Histórias” (in PINSKY, 2005, p. 155), em que ao ouvirmos em particular cada história, suas lembranças e perspectivas, talvez possamos fazer ecoar – dizemos ecoar, na medida em que as vozes já existem - vozes daqueles que raramente são ouvidos. Então, podemos afirmar que estas pessoas são testemunhas da história deste estudo em construção.

Segundo os entrevistados, Dilson Casarotto marcou o tempo e o espaço da vila, pois ao atuar como político foi um grande líder comunitário para esta população, se destacando com muita representatividade e idealizando este espaço: “[...] então tinha os idealista, sabe como é que é? Que era seu Elmo não sei o sobre nome dele, e o Dilson Casarotto, Luis Claudio Josué⁶⁰[...]”. Este morador nomeia os que idealizaram a vila, pois para ele estes sim escreveram a história daquele espaço.

Ao compreender este espaço como local para viver, após muitas lutas face ao INCRA, Dilson Casarotto, juntamente aos demais, solicitando a desapropriação de dois lotes do assentamento Casa Verde para poder doar às famílias que ali estavam chegando “[...] ele entrou com o INCRA e foi cortando aqui as datas e foi dando pra quem tinha sítio, cada pessoa que tinha um sítio ganhava um terreno⁶¹ [...]”. O que se constata a partir dos relatos é que foram os próprios assentados que deram início à vila, desmatando, medindo os lotes e cortando as datas, e após isto, distribuindo aos futuros donos “[...] se fala que até ele abriu ruas aí de enxada, né? A gente vê falar⁶² [...]”. O desejo de se instalar e ver o sonho se realizar era tanto que os futuros moradores da vila usaram até mesmo enxadas para desmatar e limpar os futuros lotes, assim como enxadões para abrir valetas, a fim de dar início à rede de água.

⁶⁰ENTREVISTA. Otávio Batista de Souza. Vila Nova Casa Verde. 19/05/2015.

⁶¹ENTREVISTA. Cleuza aparecida da Rocha Rosati. Vila Nova Casa Verde. 06/05/2015.

⁶²ENTREVISTA. Ana Maria Alves da Silva. Vila Nova Casa Verde. 05/05/2015.

De início, para receber estes lotes foi estabelecida uma norma oral: primeiramente recebia quem já tinha sítio naquela localidade, por fazer parte da comunidade do assentamento Casa Verde. Entendemos que se dava este direito aos moradores do assentamento porque para a maioria a vila foi idealizada pelos próprios assentados. Conforme Elza: “[...] o que eu sabia é que cada pessoa que tivesse um sítio tinha direito num terreno na vila né?⁶³ [...]”. Mas, com o tempo, a distribuição foi feita a outras famílias que não tinham sítio naquela localidade também.

Vale ressaltar novamente que o ato de doar terrenos a cada família de assentados que tivesse interesse em possuí-los não partiu do órgão do governo, INCRA, mas sim do próprio grupo que deu início à construção da vila. Não havendo mais interesse por parte dos assentados nos terrenos da vila passou-se doar para as famílias que viessem de outra localidade interessadas em possuir estes terrenos.

Cabia à associação dos moradores da vila doar o terreno à família interessada e ficava a cargo da família contemplada somente pagar a taxa de instalação do hidrômetro na data adquirida.

A água era primordial e os moradores da vila deram prioridade a ela, pois quando passavam a ocupar os terrenos já davam um jeito de instalar o hidrômetro e distribuir os canos. Talvez isto se explique também pelo fato de muitas famílias terem vivido a escassez da água quando do assentamento. Este serviço custava aos moradores de Nova Casa Verde R\$ 60,00 (sessenta reais), semelhante ao que ocorria nos lotes do assentamento Casa Verde, pois algumas famílias se uniram para resolver o problema da falta de água, perfurando poços caseiros com recursos próprios.

Na referência a esta questão, os entrevistados destacam a presença de Casarotto como aquele que: “[...] trabalhava de noite, de dia encanando mangueira o serviço da comunidade só era ele mesmo, quando comprava uma casa (data) sessenta real pagava num “cavaletinho” de água (hidrômetro), ele ia lá e encanava a água, até de noite ele trabalhava⁶⁴[...]”. Todos sabemos que a água é necessária para todos os seres vivos, principalmente para os seres humanos.

Os parceiros do assentamento Casa Verde pensaram também na constituição de uma unidade escolar, onde filhas e filhos de moradores pudessem estudar e se formar por meio de conteúdos sistematizados. Como se depreende das entrevistas é possível entender que sabiam da necessidade do estudo e da falta que o mesmo faz para

⁶³ENTREVISTA. Elza Luzia Breve Oliveira. Vila Nova Casa Verde. 13/05/2015.

⁶⁴ENTREVISTA. Aparecido Rodrigues dos Santos. Vila Nova Casa Verde. 07/05/2015.

conquistar um futuro melhor, alcançando uma profissão digna para o sustento da família.

Então, para a construção da escola foi cedida à área que era destinada a construção da feira, já que esta localidade não foi aceita para a edificação da mesma dentro do assentamento. Sobre este ponto narra Jordana que: “[...] tinha um lugar destinado ao núcleo urbano, lugar onde os produtores pudessem vender os seus produtos né? E esse lugar era lá na região do Angico (gleba Angico), onde hoje é a escola (Escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bonin)⁶⁵ [...]”.

Tendo em vista esse cenário, gerou-se um impasse para a instalação do núcleo urbano da vila, pois uns queriam no Angico (gleba Angico) e outros queriam que fosse para perto das duas rodovias mencionadas no início do capítulo.

[...] aquele lugar lá era todo reservado para um núcleo urbano, no entanto houve uma rivalidade, uma disputa, pra que ela viesse pra cá por conta dessa localização, da fácil acesso as duas rodovias, já que lá fica, acho que oito a nove quilômetros muito afastado do asfalto, então houve umas disputas entre o próprio seu José Garcia, o Dilson Casarotto, aí são os nomes que surgem né?” Disputando onde seria esse núcleo urbano⁶⁶ [...].

Os idealizadores da vila tiveram uma visão plausível em relação à facilidade para o escoamento da produção, o deslocamento dos moradores, o acesso à saúde, etc, uma visão mais ampla da localidade em relação às estradas que ligam a vila a outros centros urbanos, a exemplo de Nova Andradina, localizada a 57 Km da vila. Desse modo, visto a existência de rodovias ligando cidades e estados, então a constituição da Vila nessa localidade seria melhor para a locomoção e também para o futuro comércio.

Ao narrar a respeito dessa questão o senhor João Luís explicita que: “[...] seu Dilson (e o grupo de assentados que idealizaram a vila naquela localidade), tiveram a visão que a aqui seria melhor localizado pra se criar um município né? Pelas rodovias, tudo né? Aí então ele conversou com a gente, discutiu sobre esse assunto e aí ele falou: vamos puxar a criação do distrito de uma vila para cá⁶⁷ [...]”.

A luta foi grande para dar início à vila, pois alguns não acreditavam que isto seria possível. Houve até mesmo “deboches”, como expõem os entrevistados, por parte de

⁶⁵ENTREVISTA. Jordana Cristina Barbosa Alves. Vila Nova Casa Verde. 12/05/2015.

⁶⁶ENTREVISTA. Idem.

⁶⁷ENTREVISTA. João Luís Saltor Dan. Vila Nova Casa Verde. 14/05/2015.

alguns desacreditados quando Casarotto mencionava que naquela localidade seria construída uma vila, que mais tarde poderia até mesmo se tornar uma cidade.

Maria Aparecida expõe que: “[...] acho que no segundo mandato dele, quando ele falava que isso aqui ia se tornar uma vila, o pessoal sorria dele, e ele falava que ia provar que isso aqui ia se tornar uma cidade...ele batalhou muito por isso aqui⁶⁸ [...]”.

Constata-se que Cassaroto foi de suma importância para a vila, mas não devemos nos esquecer de que aquela comunidade também foi construída por outras pessoas comuns, ao levarem as primeiras casas, os prédios comerciais, a Igreja, a escola, etc, passando a acreditar que ali seria um bom lugar para criar seus filhos e apostando no seu desenvolvimento⁶⁹.

2.1 Os sujeitos e o cotidiano: (re) construindo um espaço social

Como já destacado, primeiramente a formação de Nova Casa Verde se deve aos próprios parceleiros do assentamento Casa Verde, visto que as primeiras datas foram oferecidas àquelas famílias que tinham sido contempladas com um lote de terra no assentamento Casa Verde. Depois abriu-se exceção a famílias vindas de outras localidades que ali interessavam fixar residência na vila, ou até mesmo para parentes e amigos das famílias dos assentados.

É interessante notar que este espaço, enquanto um espaço social foi sendo construído pelos filhos dos assentados, uma vez que para seus pais não lhes interessava o meio urbano, preferindo continuar no meio rural. A partir desta iniciativa, seus filhos foram migrando do meio rural, do sítio, e fixando residência em Nova Casa Verde, como expõe Jordana: “[...] primeiro foram os filhos dos produtores rurais que vieram pra cá e a partir daí atraiu gente de várias outras regiões né? Pela localidade, por conta da BR 267 e a MS 134⁷⁰ [...]”.

⁶⁸ENTREVISTA. Maria Aparecida Mota. Vila Nova Casa Verde. 20/05/2015.

⁶⁹Segundo o superintendente (subprefeitura) de Nova Casa Verde, João Luís Saltor Dan, nos dias atuais Nova Casa Verde conta com cerca de 4.000 habitantes somente no núcleo urbano. Contando com a população da região, entre as fazendas e assentamentos, chega-se a um número de 12.500 pessoas.

⁷⁰ENTREVISTA. Jordana Cristina Barbosa Alves. Vila Nova Casa Verde. 12/05/2015.

Dentre nossos entrevistados boa parte deles é oriunda de filhos de sitiantes do assentamento Casa Verde, que resolveram construir sua residência na vila. Este é o caso de Jordana, de 30 anos, filha de assentados da gleba Ipê, que após sair do assentamento para a cidade de Nova Andradina em busca de estudo, ao concluir o curso de licenciatura em História acabou retornando para Casa Verde, mas não se fixou no meio rural, preferindo construir sua residência no núcleo urbano de Nova Casa Verde.

Alguns fatores foram importantes para que isso tenha ocorrido, como afirma Jordana:

[...] surgiu pela necessidade das pessoas, pela distância da cidade (Nova Andradina), tanto com questões de compra né? De supermercado, quanto várias outras questões, filhos dos produtores rurais vieram morar aqui, então foi...tem vários motivos que fizeram essa lugar aqui crescer⁷¹ [...].

Percebe-se que a preferência dos filhos dos assentados pela moradia na vila ocorreu em várias situações, como, por exemplo, a partir do casamento, pois preferiam a vila justamente pelo fácil acesso ao comércio, como também pelo acesso a outros recursos como o estudo, a saúde, o transporte etc.

Vemos que a inversão campo/meio urbano no caso de Nova Casa Verde se deve à busca de melhores recursos que atendessem suas necessidades imediatas, pois: “a maneira pela qual os homens produzem os seus meios de subsistência depende, antes do mais, da natureza dos meios de subsistência que encontram prontos e que necessitam reproduzir” (CANDIDO, 1964, p. 24).

Podemos então pensar, como foi apresentado antes por Jordana, em um espaço construído para atender às necessidades mais urgente dos moradores do assentamento Casa Verde, uma vez que a cidade de Nova Andradina encontra-se, conforme os entrevistados, muito distante, podendo assim a vila vir a suprir as necessidades imediatas como mercado, farmácia, transporte, saúde, entre outros.

Em outro momento, Antonio Candido, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, menciona que: “as necessidades básicas não apenas dão lugar a reações culturais, mas estas originam novos tipos de comportamento, como resultado de um comportamento anterior” (Idem, p. 24). Vemos que foi a partir da busca em satisfazer às necessidades básicas e de solucioná-las que surgiu este povoado, formado inicialmente por sitiantes e filhos destes, criando um novo meio social para atender aos seus anseios.

⁷¹ENTREVISTA. Idem.

Por ser um local que foi inicialmente idealizado pelos próprios assentados, percebe-se em Nova Casa Verde que boa parte dos moradores tem algum grau de parentesco entre si. Entende-se então que as relações sociais e cotidianas são perpassadas pelo grau de parentesco entre seus pares.

Para Rosa Cristina, de 42 anos, secretária escolar, as relações sociais entre os moradores da localidade são vivenciadas por fortes laços de parentesco:

[...] eu vou te falar a partir do que eu observo muito no meu serviço e nas pessoas que convivo, primeiro que existe uma relação muito forte, quase todos aqui são meio parentes, eu já percebi isso ou é uma tia que é casada com um primo, até aqui você vai encontrar parente de terceiro, quarto, quinto grau⁷² [...].

Essa relação de parentesco, segundo a entrevistada, pode até facilitar as relações sociais cotidianas entre os moradores, pois:

[...] eles são muito unidos, eu percebo isso, eles são unidos, se unem mesmo, quando tem que fazer alguma coisa eles fazem, quando têm que fazer festas eles fazem, não sei é por causa desse grau de parentesco é que fica tudo meio entrelaçado, como a vila é pequena eles casam entre eles né? Difícil casar com um de fora, eles são bem unidos, quando entram pra fazer alguma coisa, vai todos juntos mesmo⁷³ [...].

Podemos relacionar as práticas sociais com o senso comum, entendendo que ele “é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas, porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social”. (MARTINS, 2008, p. 54). A partir desse senso comum compartilhado que se dá, seja por meio da união para fazer uma festa ou para limpar a igreja, criam-se os laços sociais de amizade, podendo também ser bem mais que isso ao propiciar a emergência do espaço político.

É importante salientar também que desde seu surgimento, em 1996, Nova Casa Verde vem recebendo inúmeras famílias advindas de outras regiões do país. Conversando com a população local, percebemos que parte dessas pessoas é composta de famílias migrantes da região sul e sudeste, principalmente do estado do Paraná.

⁷²ENTREVISTA. Rosa Cristina Ribeiro. Secretária da escola Luis Claudio Josué. Vila Nova Casa Verde. 05/05/2015.

⁷³ENTREVISTA. Idem.

Ao caminharmos pelas ruas da vila não é difícil identificarmos um misto de comportamento e cultura diferentes como: um jovem ou até mesmo um adulto utilizando algum objeto de marcas famosas, como: Oakley, JhonJhon, Lacoste, D & G, Bout's, enquanto se observa no mesmo espaço pessoas trajando chapéu de palha, bota de couro e cinto com fivelas grandes; uma característica que se observa no meio rural.

Observa-se aí uma influência muito forte do meio rural dentro do urbano, visto que a Nova Casa Verde depende do meio rural para a sobrevivência de sua economia, assunto que será trabalhado no próximo capítulo.

Em relação à definição de Nova Casa Verde ser urbana ou não esta é uma questão muito complexa, visto as definições de urbano feitas por estudiosos da área. Segundo Sandra Lencione, em seu artigo: "Observações sobre o Conceito de Cidade e Urbano", a autora afirma que: "segundo as interpretações que se tem e os parâmetros que se adota podemos nos referir ao conceito de urbano de diferentes maneiras" (2008, p. 11). No mesmo artigo ela observa dois conceitos divergentes sobre o urbano, um elaborado por Tavares (1972) e Melo (1984), no qual afirmam que a sociedade urbana somente passará a existir com a industrialização a partir de 1930 no Brasil, ligando dessa forma o conceito de urbano com a sociedade industrial capitalista.

Para Lencione, Martins (1979) traz outro conceito de urbano divergente ao destacado pelos autores acima, no qual firma que o início da sociedade urbana paulista está vinculado à produção cafeeira a partir de 1870, gerando a acumulação de capital, e em consequência dá-se o surgimento das indústrias, levando a constituição do urbano. Para Martins, o conceito proposto por Maria Conceição Tavares (1972) e por João Manoel Cardoso de Melo (1984) não levam em consideração: "as dimensões do urbano, tornando impossível compreender o que ele é em si mesmo e, assim, tornando extremamente difícil a compreensão de que o urbano é um lugar de enfrentamentos e confrontações, uma unidade de contradições" (Martins, 1999, p. 10, Apud. Lencione, 2008, p. 10).

Assim, segundo a autora em outro momento de seu artigo, não se pode reduzir a compreensão de urbano como se fosse um subproduto da industrialização, mas sim entendê-lo como: "um produto de determinadas relações sociais e de determinados condicionantes próprios do complexo cafeeiro. Desloca-se, assim, a relação industrialização e urbano. Afrouxa-se essa relação face às particularidades da sociedade brasileira" (2008, p. 12).

Dessa forma, entendemos que o conceito de urbano não é algo estático, mas resultado de um processo histórico, conforme determinada sociedade e suas contradições.

Em outro artigo que discute o conceito de urbano, intitulado “Rural e Urbano: Tentando entender as responsabilidades legais e definições” de autoria do geógrafo Alex Ferreira Garcia (2010), o autor parte da compreensão das responsabilidades de cada setor para delimitar o que é urbano e o que é rural. Assim, segundo ele: “encontrou-se um rural sendo a exceção do urbano, estando este rural sobre responsabilidades da União, frente a um urbano que se encontra sobre responsabilidade da esfera municipal, frente à delimitação, manutenção e cobrança de imposto”. (2010, p. 1)

Em outro momento de sua discussão o autor ressalta que, o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, considera: como estando em uma área rural os domicílios que estão “situados na área externa ao perímetro urbano de um distrito” (2010, p. 2). Mais adiante em sua discussão seguindo ainda os dados do IBGE de 2010, ele chama a atenção para o fato de que:

Em 1938, através do Decreto-Lei 311, ficou estabelecido que as cidades (sedes de municípios) e as vilas (sedes de distritos) são urbanas e que o restante do território é rural. Desde então cabe às prefeituras definir, através de lei, os perímetros urbanos tanto de umas quanto de outras. Não há qualquer restrição, havendo mesmo municípios que são inteiramente urbanos (IBGE 2010- c Apud GARCIA, 2010, p. 5).

Podemos então entender que Nova Casa Verde pode ser considerada uma área urbana conforme os apontamentos de Garcia, mas também não podemos deixar de levar em consideração que ela também tem a sua dimensão rural, pois faz parte do assentamento de reforma agrária Casa Verde e está próxima de outros três assentamentos de reforma agrária: Teijim, São João e Aldeia, contando também com as inúmeras fazendas a sua volta.

Podemos, dessa forma, pensar nas palavras de Martins (1999), citadas logo acima, quando afirma que o urbano é um lugar de contradições, de enfrentamentos e de confrontações, em que o rural, no caso da Vila Nova Casa Verde, está imerso em seu interior, visto a dependência da localidade em relação ao meio rural que a cerca.

Como afirma Candido (1964), a vida caipira está aos poucos se incorporando aos núcleos urbanos. E observa ainda que ao se estudar a vida caipira não se pode mais

pensar em um universo fechado, mas em um conjunto de vida que está inserido dentro de um estado e de um país (1964, p. 216). A partir dessa premissa apresentada percebe-se que nos anos de 1960, ambos, tanto o meio urbano como o rural sofrem influência um do outro.

No ano de 2015 o Projeto de Lei N° 010 de 2 julho, que autoriza a conceder o direito real de uso, de natureza não onerosa, à Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO), de dois lotes em Nova Casa Verde, pediu a imediata regularização dos documentos que concede à Vila o título de Distrito. Até o ano de 2016, a situação ainda não havia sido regularizada, com a documentação junto ao cartório, como solicita o Artigo 4° do projeto de Lei:

O Município de Nova Andradina fica obrigado a tão logo regularizar o registro do loteamento do Distrito de Nova Casa Verde junto ao Cartório de Registro de Imóveis local, realizar a doação dos lotes supracitados á agência beneficiada inicialmente com a concessão de direito real de uso dos referidos lotes (Projeto de Lei n° 010 de 2 de julho de 2015).

Este documento evidencia novamente as observações feitas no item anterior, pois, por não possuir uma documentação regularizada junto ao cartório de imóveis, tornando a vila um Distrito oficialmente, fica impossível por parte dos moradores e mesmo para qualquer empresa comprar e financiar imóveis na localidade.

As primeiras residências e lojas comerciais a existirem em Nova Casa Verde se concentraram às margens da BR 267, à esquerda ligando à cidade de Nova Alvorada do Sul e à direita ligando à cidade de Bataguassu, saindo para o estado de São Paulo e do Paraná.

Isso ocorreu porque primeiro foi ocupada uma área de 10 hectares que o INCRA havia reservado ao repartir os lotes do assentamento Casa Verde. Ocupada esta área foi exigido do INCRA, por parte dos moradores, mais dois lotes para incorporar à área urbana, que foram os lotes de número 78 e 79 do assentamento Casa Verde.

As imagens a seguir mostram algumas ruas e avenidas, bem como casas comerciais em Nova Casa Verde, no início da década de 2000.



Foto 1 - Arquivo familiar de Vera Lucia Menezes de Souza, início de 2001.



Foto 2 – Avenida Dilson Casarotto. Arquivo familiar de Vera Lucia Menezes de Souza, início de 2001.

Na foto número um se observa uma das ruas de Nova Casa Verde no início de 2001. Neste cenário, pôde-se perceber que as casas começavam a serem construídas, mas ainda eram poucas e distantes umas das outras.

Na foto dois observa-se a Avenida Dilson Casarotto no mesmo período. Ao lado direito observa-se ao fundo o prédio do mercado Ivaí, que permanece até o tempo presente: ao seu lado podemos observar um terreno vazio, terreno este pertencente à Igreja Católica que está ao fundo, não aparecendo na foto. Neste local no ano de 2015 foi construída a praça central da vila em frente à Igreja Católica.



Foto 3 – Avenida Mato Grosso. Arquivo familiar de Vera Lucia Menezes de Souza, início de 2001.



Foto 4 – Avenida Dilson Casarotto. Arquivo familiar de Vera Lucia Menezes de Souza, início de 2001.

Na foto três podemos visualizar a Avenida Mato Grosso, no início do ano de 2001, e ao fundo, no lado esquerdo, em amarelo temos o prédio onde funciona o mercado Mega Rancho.

Na imagem quatro temos outra visão da Avenida Dilson Casarotto. Ao lado direito podemos observar a loja comercial de material de construção Sobreira, que permanece até os dias atuais.

Perguntado aos moradores da vila se eles se lembravam dos primeiros comércios que existiram dentro de Nova Casa Verde, o senhor Otávio, de 73 anos, afirmou o seguinte:

[...] tinha, tinha o João (Mercado São João), tinha Casa Marques, quando eu cheguei né? Tinha o Cuiabano ali, entendeu? E só, e ali beirando o colégio ali, e aí foi feito o colégio naquela época né? [...] Aí já ponharam os butequinho ali, tudo butequinho, mas não tinha mercado, mercado era só o João, o Casa Marques e o Cuiabano que era uma mercearia né? Mercearia e lanchonete⁷⁴ [...].

Já Ivanês, de 31 anos, ao recordar sobre as primeiras edificações, observou que: “[...] ah tem o mercado São João, panificadora Água na Boca, foi uma que até trabalhei lá, tem a farmácia...esqueci o nome, mas o pessoal falava farmácia do Adilson⁷⁵ [...]”.

As recordações do senhor Aparecido também são interessantes ao destacar que: “[...] a vila aqui tinha só o mercado do João ali, estava fazendo aquele Hotel, o Hotel Santarén, não tinha pra cá, aí depois que veio o seu Marques, veio o mercado Ivaí, depois veio mercado Mega Rancho⁷⁶ [...]”.

O entrevistado Sandro, de 37 anos, também recorda que no ano em que chegou à vila, no início dos anos 2000, os comércios que existiam ali eram poucos e concentravam-se próximos à rodovia; as residências eram poucas e distantes umas das outras, mas também já se encontrava em meio as poucas casas a edificação da Igreja:

[...] olha quando eu cheguei aqui os comércios que existia era só aqui a parte da frente, tinha os comércios aqui na parte da frente, a que tem o asfalto ali, os comércios era tudo aqui, não tinha comércio do outro lado de lá, na onde tem a outra avenida que desce lá que é a Avenida da Igreja (Avenida Dilson Casarotto), os comércios era tudo aqui na frente, não existia aquela parte de lá da vila, só existia uma casinha ou outra, era pouco mesmo, lá tinha a Igreja, umas casinha ou outra⁷⁷ [...].

⁷⁴ENTREVISTA. Otávio Batista de Souza. Vila Nova Casa Verde. 19/05/2015.

⁷⁵ENTREVISTA. Ivanês Silva Ferreira. Vila Nova Casa Verde. 06/05/2015.

⁷⁶ENTREVISTA. AparecidoRodrigues dos Santos. Vila Nova Casa Verde. 07/05/2015.

⁷⁷ENTREVISTA. Sandro Aparecido dos Santos. Vila Nova Casa Verde. 09/05/2015.

Hoje, a única parte da vila que possui asfalto é onde surgiram os primeiros comércios, e é esta parte que é considerada pelos moradores como a frente do núcleo urbano de Nova Casa Verde, como mostram as fotos a seguir.



Foto 5 – Avenida Manoel da Costa Lima. Autoria de Claudomiro Morales Torres, 2015.



Foto 6 – BR-267. Autoria de Claudomiro Morales Torres, 2015.

É importante ressaltar que antes de existir a vila naquele local já havia dois estabelecimentos comerciais: o posto de abastecimento de gasolina Casa Verde, na época de propriedade do senhor Antonio Di Benedetto e que permanece nesta localidade há mais de quarenta anos. Atualmente, a propriedade já não é a do mesmo dono, que acabou mudando-se da região. O segundo estabelecimento foi a Viação Motta Ltda., instalada logo depois do posto de propriedade do senhor Pedro Cassimiro Motta, que possui sede na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo. Antes de construir o prédio da viação no local onde ela se encontra hoje, segundo o senhor Divino, de 58 anos, funcionário da empresa desde aquela época, ela funcionava em um local próximo da vila, em uma baixada próxima a um córrego, no sentido Nova Alvorada do Sul.

A Viação Motta Ltda. foi construída somente no ano de 1982. Segundo nosso entrevistado:

[...] antes de eles venderem aqui (fazenda Santa Virginia), o velho (Pedro Cassimiro Motta) requereu esta área aqui da Teijim (sobrenome do ex-proprietário das fazendas onde se encontram hoje o assentamento Casa Verde e o assentamento 17 de Abril, mais conhecido como Teijim), esta aqui foi a Teijim que doou pra Motta. Naquela época o japonês ganhou uns troquinho, mas quando a Motta pegou isso aqui, pra trás era tudo mato.

Quando eu passava aqui ou vinha pra socorrer carro isso aqui era tudo mato, eu vinha de Prudente (Presidente Prudente – SP), tirar férias do mecânico e tudo e lá tinha alojamento (se referindo ao primeiro lugar onde funcionou o posto da viação Motta). Esta garage aqui foi feita em 1982, quando ela foi

feita aqui, antes eu já trabalhava na Motta, então o primeiro morador daqui, foi o seu Antonio do posto Casa Verde, depois em 1982 fez a garagem, aí eu mudei pra cá. Aí depois que eu vim pra cá, o primeiro morador a cá aqui foi eu (lugar onde se encontra a vila Nova Casa Verde) [...] ⁷⁸.

Podemos, a partir dessa narrativa do senhor Divino, fazer uma relação com os apontamentos de Bosi, ao afirmar que: “o vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância” (1994, p. 82). A afirmativa da autora possui importante significado ao nos fazer lembrar que, por vários momentos, o entrevistado nos indagava se sua história estava nos ajudando, ou se sua narrativa nos interessou. Estava sempre preocupado com o que dizer ou mesmo se as suas memórias estavam corretas.

Como afirmado na entrevista acima, o senhor Divino já trabalhava nesta localidade desde antes de 1982, quando já prestava serviço para a viação Motta, como mecânico de ônibus. Depois que foi construído o prédio da empresa, ele resolveu mudar-se da cidade de Presidente Prudente – SP com a família para esta localidade, onde hoje é a vila. Se referindo a essa época ele nos brinda com a seguinte narrativa: “isso aqui naquela época, isso foi um paraíso para nós né? Era um sossego, e naquela época tinha muito ônibus da Motta, muitos horários né? E hoje diminuiu né?” ⁷⁹.

E sua narrativa se prolongou ao relembrar das benfeitorias que a empresa proporcionou naquele lugar, como a construção do jardim que existia em frente às casas, em que o gramado percorria todo o pátio até chegar à beira da rodovia. Relembra que existia também o parque infantil, onde as crianças brincavam até às onze horas da noite quando a lua estava clara, enquanto os adultos sentavam-se na grama para prostrar e observá-las.

Então, conforme este relato, a empresa construiu toda uma infraestrutura para receber seus funcionários, desde casas para as famílias, posto de saúde, caixa d'água, uma capela, que recebeu o nome de São Pedro, um parque com brinquedos para as crianças filhas dos funcionários e também uma escola primária, a qual será abordada no próximo item.

⁷⁸ ENTREVISTA. Divino Teixeira do Nascimento. Vila Nova Casa Verde. 27/02/2016.

⁷⁹ Idem.

As edificações narradas são passíveis de serem visualizadas em algumas fotos, expostas a seguir, algumas cedidas pelos entrevistados durante a pesquisa de campo, outras fotografadas pelo próprio pesquisador.

Arquivo familiar do senhor Divino Teixeira do Nascimento.



Foto 7: Crianças, sendo todas filhas dos funcionários da Viação Motta Ltda., frente ao ônibus da empresa, 1996. Pátio da empresa em Nova Casa Verde.

Autoria de Claudomiro Morales Torres.



Foto 8: Ao fundo mecânica e caixa d'água da Viação Motta Ltda., 2015. Nova Casa Verde.

Autoria de Claudomiro Morales Torres.



Foto 9: Casa construída pela Viação Motta Ltda., para seus funcionários, 2015. Nova Casa Verde .



Foto 10: MS-134. Viação Motta Ltda., 2001.

A Vila Nova Casa Verde, no tempo da pesquisa, possuía um comércio variado e edificações públicas e privadas, sendo estas: 12 lojas de roupas, calçados e presentes em geral; 2 hotéis, sendo que grande parte dos hóspedes são viajantes que por ali passam; 18 bares e 10 lanchonete, onde servem bebidas em geral e salgados; 5 mercados que atendem além de clientes da vila, os moradores dos assentamentos e fazendas; 9 estabelecimentos de serviços para carros em geral, contando entre mecânica, auto elétrica, funilaria e pintura; 3 restaurantes, incluindo a recém construída Gabrielly lanchonete e churrascaria, localizada ao lado da vila na rodovia MS 134, que também é ponto de parada e embarque de passageiros de outras empresas, além da Viação Motta Ltda.

A Vila possui também 3 panificadoras e confeitaria; 2 revendedores de gás de cozinha; 6 salões de beleza, realizando serviços como corte e pintura de cabelos feminino/masculino, pedicure e manicure; 3 farmácias e drogarias; 3 mecânica de motos; 3 lojas de materiais para construções; 4 lojas de produtos agropecuários e veterinária; 2 escritórios de venda bovinos; 2 madeireiras, com venda de madeiras para construção de cercas em geral; 2 lojas de reparos de parabólicas e acessórios em geral; 9 igrejas evangélicas de várias denominações; 1 posto de molas para caminhões; 1 comércio de sucatas; 1 centro particular de fisioterapia; 1 posto de correio; 1 loja de decoração de festas em geral; 1 loja de venda de móveis domésticos como: cama,

guarda-roupas, armário etc; 1 sorveteria; 1 serv-festas com bebidas em geral; 1 consultório odontológico particular; 1 loja de consertos de bicicletas; 1 distribuidora de alimentos; 1 lava a jato, lavagem de carros; 1 loja de vendas de artesanatos; 1 serralheria que funciona na varanda da casa do proprietário, sem instalações adequadas; 1 salão de costura e reparos de roupas em geral; 1 loja de consertos de computadores; 1 loja de óptica e 1 papelaria.

Foi possível identificar também dois terrenos em que foram construídas quitinetes para alugar, sendo que no ano de 2016 algumas estavam ocupadas.

Além dos comércios já citado existe também correspondentes bancários, como os do: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco. A vila possui um posto de gasolina que no momento da pesquisa encontra-se desativado, servindo somente como um ponto de lavagem de carros.

Outros dois postos de gasolina, o posto Casa Verde já citado acima e o posto Pena Branca 1, localizado a 2 Km da vila, encontram-se em funcionamento e estão à margem da BR 267, sentido à cidade de Bataguassu.

Há também a capela de velório comunitária que atende afora os moradores da Vila e as comunidades próximas. É interessante registrar que Nova Casa Verde não possui um cemitério próprio, nem mesmo dentro dos assentamentos, tendo que fazer o transporte dos falecidos para serem enterrados na cidade de Nova Andradina. Os moradores que professam o catolicismo contam com a paróquia São Pedro e São Paulo que está localizada no centro de Nova Casa Verde. A paróquia incorpora um vasto território, chegando a atender parte do município da cidade de Bataguassu até a divisa com o município de Nova Alvorada do Sul.

Como a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL), que é a empresa responsável pelo abastecimento de água potável no estado, ainda não atua dentro de Nova Casa Verde, ela possui uma rede de abastecimento comunitária, em que os usuários pagam somente uma taxa pela destruição da água, ficando o posto de cobrança pelo abastecimento, localizado dentro da vila, encarregado de receber as tarifas.

Durante o levantamento dos comércios que estão em funcionamento dentro de Nova Casa Verde, foi possível identificar que ela possui um gabinete do Poder Legislativo de Nova Andradina, criado com a portaria nº 37/2014, que deve atender aos interesses da comunidade, através do vereador Edson Tolotti Machado, que reside no assentamento Teijim e de seus assessores: Osmar e Valdecir.

A vila possui também um posto de saúde que atende diariamente ao núcleo urbano de Nova Casa Verde e região. O atendimento é realizado por um médico clínico geral e cirurgião, assim, como também possui um médico que veio de Cuba através do “Programa mais médicos” do governo federal, o qual atende no período matutino e vespertino. Ainda na área da saúde, ela conta com um dentista. Em casos mais graves, os pacientes são encaminhados para o hospital da cidade de Nova Andradina.

A localidade conta também com um campo de futebol, onde ocorrem campeonatos entre times da própria vila, assim como com times das localidades vizinhas, incluindo a participação do time da sede do município, Nova Andradina.

Os moradores têm uma estação de rádio comunitária com frequência em FM 104.9, onde é possível ouvir uma programação variada, desde a de cunho religioso, geralmente aos finais de semana, aos programas musicais que geralmente são mesclados entre o sertanejo e o popular. Como afirmou o locutor Nascimento, a programação é bem variada, desde a música popular brasileira ao sertanejo raiz, ou seja, a música de viola no dizer popular.

A comunidade também participa durante toda a programação da rádio pedindo músicas, sendo que raramente pedem alguma música internacional preferindo as músicas sertanejas, como afirmou o radialista.

Segundo Ana Maria, de 49 anos, por ser uma estação de rádio comunitária ela: “[...] tem programas sertanejos, popular e evangélico né? Fornece os jornais informativos né? Ela é eclética né? Atende bem à comunidade com avisos, com recados, noticiário, propaganda né? Ela tem boa aceitação⁸⁰ [...]”.

Em junho de 2013, Nova Casa Verde, depois de muitas reivindicações por parte de seus moradores junto ao poder público, passou a contar com sua primeira torre de telefonia móvel, contemplando toda a sua região.

⁸⁰ENTREVISTA. Ana Maria Alves da Silva. Ex- proprietária da estação de radio FM 104.9. Vila Nova Casa Verde. 05/05/2015.

2.2 A Educação em Nova Casa Verde: algumas considerações

A primeira escola a ser construída na localidade, segundo o senhor Divino, de 57 anos, foi a escola primária da Viação Motta, que recebeu o nome de Josefina Ribeiro da Silva em homenagem à esposa de um funcionário da empresa que trabalhava na localidade.

A escola atendia a todos os filhos dos funcionários da empresa, além de atender também às crianças das fazendas vizinhas e dos assentamentos, sendo que a professora se deslocava de Nova Andradina para atender às crianças na localidade. Segundo nosso entrevistado, a viação trazia essas crianças para estudar sem cobrar nada, somente teriam que possuir as carteirinhas de estudante. Relembrando essa época, ele nos afirma o seguinte:

[...] aí a primeira escolinha que surgiu aqui foi da Motta, que ai tinha o nome dela, como que é o nome dela (momento em que, com muita dificuldade nosso entrevistado tenta relembrar o passado pedindo ajuda a sua esposa Maday)? Josefina, que deu o nome da mulher do rapaz que tocava o restaurante lá em baixo, que era o Vitor, deu o nome dela. A minha menina Alessandra, não sei se você conhece ela? Ela se formou aí, se formou não, tirou o quarto ano aqui [...]
[...] tinha a média de uns vinte e cinco alunos, a viação Motta trazia de graça, tinha os da viação Motta e das fazendas vizinhas que a Motta trazia de graça e levava de graça, aí só tinha carteirinha que eles eram estudante [...]⁸¹.

Durante a entrevista, o narrador teve vários momentos em que não conseguia, de forma imediata, relembrar alguns detalhes do passado, como o nome da escola da viação Motta, buscando auxílio ao fio da memória por meio de sua esposa Maday, que contribuía no rememorar das histórias. Nesse sentido podemos nos utilizar das considerações de Bosi, em que nos chama a atenção para os lapsos da memória e sua função social, pois para ela: “uma lembrança é como um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia” (1994, p. 81). No entanto, consideramos que relembrar o passado não é algo fácil e dado, levando-se em conta a experiência de vida de um determinado indivíduo, sua idade e o cansaço mental ou físico imposto pelo tempo e o trabalho no decorrer de sua jornada. Suas memórias são reativadas quando tal assunto é posto em prática num

⁸¹ ENTREVISTA. Divino Teixeira do Nascimento. Vila Nova Casa Verde. 27/02/2016.

contexto geral, sendo que os detalhes seriam como se fossem minúsculas partículas que aos poucos se agregariam formando um determinado corpo.

Segundo o senhor Divino a escola da viação Motta funcionou até o ano de 1998, quando os alunos foram transferidos para um barracão construído dentro da vila, onde ficaram por dois anos, segundo o entrevistado, até que no ano de 2000 foi construída a escola Municipal Luis Claudio Josué.

A seguir são apresentadas algumas imagens que retratam o cotidiano e a existência da primeira escola de Nova Casa Verde. A foto de número onze retrata uma festa realizada na escola Josefina Ribeiro da Silva, no de 1995. Nela estão presentes os dois filhos do senhor Divino e sua esposa Maday, juntamente com sua professora de nome Creuza. Já a foto de número doze apresenta as condições em que nos dias atuais se encontra o prédio onde funcionou a escola Josefina Ribeiro da Silva.

Arquivo familiar do senhor Divino Teixeira do Nascimento.



Foto 11: Festa na escola Josefina Ribeiro da Silva, da Viação Motta em Nova Casa Verde. Professora Creuza e os dois filhos do senhor Divino, 1995.

Autoria de Claudomiro Morales Torres.



Foto 12: Primeira escola de Nova Casa Verde, construída em 1982, pela empresa Viação Motta Ltda., localizada atrás do terminal rodoviário da empresa. Hoje se encontra abandonada, 2016.

Atualmente, Nova Casa Verde possui duas escolas sendo uma Municipal e outra Estadual, além de um Centro de Educação Infantil.

A Escola Municipal Luis Claudio Josué⁸² Pólo conta a hoje com matrícula de mil cento e onze alunos do ensino fundamental I e II, além do ensino noturno com o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ela objetiva, conforme proposto pela Prefeitura Municipal, atender toda a região, envolvendo as fazendas e os assentamentos. Possui um ônibus escolar que transporta os alunos dos três períodos e um total de 87 funcionários entre merendeiras, professores, coordenadores, motorista e pessoal da limpeza. Observemos a tabela abaixo em que constam os nomes de todos os funcionários desta escola Luis Claudio Josué. Por meio dos dados fornecidos por esta tabela é possível perceber que uma boa parte de seus funcionários como os professores, motoristas e as auxiliares de serviço básico (ASB), possui vínculo muito forte com os assentamentos e com a vila, já que alguns moram nos assentamentos ou possuem parentes que ainda permanecem lá e outros já moraram e acabaram mudando-se para a vila.

1 – Liane	Professora e assentada do P.A ⁸³ Teijin.
2 – Sonia	Professora e assentada do P.A Teijin.
3 - Simone	Professora e ex-esposa de assentado no P.A Teijin, atualmente reside em Nova Casa Verde.
4 – Joari	Professor, reside em Nova Andradina.
5 - Jordana	Professora, filha de assentados do P.A Casa Verde, nora de assentados e esposa de produtor rural, reside em Nova Casa Verde.
6 - Valdete	Professora e reside de Nova Casa Verde.
7 - Jurandir	Professor e assentado do P.A Casa Verde.
8 - Nilzete	Professora, reside em Nova Andradina.
9 - Ana M.	Professora, Diretora, ex-moradora de Nova Casa Verde, reside atualmente em Nova Andradina.
10 – Luís	Professor, Coordenador, reside em Nova Andradina.

⁸² Criada através do Decreto N°. 242/2000 de 25 de julho de 2000.

⁸³ Projeto de Assentamento.

11 – Marcia G.	Professora, Coordenadora, reside em Nova Andradina.
12 - Solange	Professora, Coordenadora, reside em Nova Andradina.
13 – Rosa C.	Secretaria, residente na Fazenda Santa Inês, frente à Nova Casa Verde.
14 - Antonio	Vigia assentado no P.A Teijin.
15 - Cleuza	ASB, filha de assentados do P.A Casa Verde, reside em Nova Casa Verde.
16 - Cristiane	ASB, assentada no P.A Casa Verde.
17 - Elenice	ASB, assentada no P.A Teijin.
18 – Eliane G.	ASB, filha e nora de assentados do P.A Teijin.
19 – Elza	ASB, filha de assentados no P.A Casa Verde, reside em Nova Casa Verde.
20 - Ivanês	ASB, filha de assentados no P.A Casa Verde, reside Nova Casa Verde.
21 - Ivone	ASB, filha de assentados no P.A Casa Verde, reside em Nova Casa Verde.
22 - Luciana	ASB, reside em Nova Casa Verde.
23 – Maria J.S.S.	ASB, assentado no P.A Casa Verde.
24- Marileide	ASB, reside em Nova Casa Verde.
25 – Neli	ASB, ex-assentada do P.A Casa Verde, reside em Nova Casa Verde.
26 – Rosangela M.	ASB, filha de assentados e residente no P.A Teijin.
27 - Sirlei	ASB, assentada no P.A Teijin.
28 - Maria J.	Merendeira, reside em Nova Casa Verde – encontra-se atualmente de licença médica.
29 - Maria de F.	Agente Administrativa, reside em Nova Casa Verde, Teijin.
30 - Adriana	Professora, reside em Nova Andradina.
31 - Cláudia	Professora, reside em Nova Andradina.
32 – Erica	Professora, reside em Nova Andradina.
33 - Hamilton	Professor, reside em Nova Andradina.
34 - Luciana P.	Professora, Diretora, reside em área rural próxima Nova Andradina.
35 - Maria de	Professora, reside em Nova Andradina.

A.G.	
36 - Silmara	Professora, reside em Nova Andradina.
37 - Amarildo	Professor e filho de assentados do P.A Casa Verde.
38 – Vera	Professora, reside em Nova Casa Verde e irmã de assentado do P.A Teijin.
39 - Lucimara	ASB, filha e nora de produtores rurais, reside em Nova Casa Verde.
40 - Jessica	ASB, assentada no P.A Teijin.
41 - Lindinalva	ASB e irmã de produtor rural e reside em Nova Casa Verde.
42 - Marly	ASB, esposa de produtor rural e reside em Nova Casa Verde.
43 - Edvaldo	Vigia e ex-produtor rural.
44 - Maday	ASB, reside em Nova Casa Verde, atualmente encontra-se de Laudo Médico.
45 - Marlene	ASB, reside em Nova Casa Verde, atualmente encontra-se de Laudo Médico.
46 – Soeli	ASB, assentada no P.A Teijin.
47 – Batista S.	Vigia e assentado no P.A Teijin.
48 - Edson	Motorista, reside no P.A Teijin.
49 - Edmar	Motorista, filho de professor e assentado do P.A Casa Verde, reside em Nova Casa Verde.
50 - Alisson	Motorista, reside em Nova Casa Verde.
51 - Reginaldo	Motorista, filho de assentados do P.A Casa Verde, reside em Nova Casa Verde.
52 – Alan F.	Motorista, morador em Nova Casa Verde durante a semana e finais de semana vem para Nova Andradina.
53 – Sidnei	Motorista (terceirizado na empresa Picoli) mora em fazenda durante a semana, final de semana vai para Nova Casa Verde onde possui familiares.
54– Francisco L.	Motorista, reside em Nova Casa Verde.
55 - Itacir	Motorista, assentado no P.A Teijin e reside em Nova Casa Verde.
56 - José Ap.	Motorista e assentado no P.A Teijin.
57 – Marcelo	Motorista, reside em Nova Casa Verde.

F.	
58 - Nodier	Motorista, assentado no P.A Casa Verde.
59 - Wanderley	Motorista, filho de assentado do P.A Casa Verde, reside em Nova Casa Verde.
60 – Enoque D.	Motorista (Empresa terceirizada Picoli), reside no P.A Teijin.
61 – Ângela S.	Motorista (Empresa terceirizada Picoli), reside em Nova Casa Verde.
62 – Valdecir H.	Motorista (Empresa terceirizada Picoli), reside em Nova Casa Verde.
63 - Givaldo	Motorista (Empresa terceirizada Picoli), reside em Nova casa Verde.
64 - Ezequiel	Motorista (Empresa terceirizada Picoli), reside oficialmente em Nova Casa Verde, mas durante a semana fica na fazenda para transportar os alunos.
65 - Valdecir	Motorista (Empresa terceirizada Picoli), reside oficialmente em Nova Casa Verde, mas durante a semana fica na fazenda para transportar os alunos.
66 - Sérgio	Motorista (Empresa terceirizada Picoli), reside oficialmente em Nova Casa Verde, mas durante a semana fica na fazenda para transportar os alunos.
67 - Rodrigo	Motorista (Empresa terceirizada Picoli), reside oficialmente em Nova Casa Verde, mas durante a semana fica na fazenda para transportar os alunos.
68 - Adélia	Professora, reside em Nova Andradina.
69 – Adriana S.	Professora, reside em Nova Andradina.
70 - Regina	Professora, reside em Nova Andradina.
71 – Elaine V.	Professora e reside em Nova Casa Verde
72 - Galmerete	Professora, reside no P.A Teijin.
73 - Janete	Professora, reside em Nova Andradina.
74 - Luciano	Professor, reside em Nova Andradina.
75 - Maria Ap. S.	Professora, reside em Nova Andradina.
76 - Marluce	Professora, reside em Nova Andradina.

77 - Patrícia	Professora, reside em Nova Andradina.
78 - Silvia	Professora, reside em Nova Casa Verde.
79 - Sueli R.	Professora, reside em Nova Andradina.
80 – Thais F.	Professora, reside em Nova Andradina.
81 - Ana L.	Professora, reside em Nova Andradina.
82 - Ana F.	Professora, reside em Nova Andradina.
83 – Iria	Filha e esposa de produtor rural do P.A Teijin, reside em Nova Casa Verde.
84 - Antônia	Professora, Coordenadora, reside em Nova Andradina.
85 - Geane	Professora, reside em Nova Andradina.
86 - Ivoni	Professora, reside em Nova Andradina.
87 - Maria A. N.	Professora, reside em Nova Andradina.

Pode-se perceber que na escola Municipal Luis Claudio Josué, dos 87 funcionários, 57 deles possuem algum vínculo com a vila e os assentamentos. Alguns moram na vila, não possuindo parentes nos assentamentos; outros moram na vila e possuem familiares que ainda permanecem assentados, geralmente os pais, avós, irmãos e tios. Existem aqueles que possuem terras em um dos assentamentos, mas optaram por morarem em Nova Casa Verde.

Já a Escola Estadual Professor Luiz Carlos Sampaio⁸⁴ atende alunos do ensino Médio nos períodos matutino e noturno. Ela conta com duzentos e vinte cinco alunos matriculados. Para o funcionamento do período vespertino existe um convênio firmado entre o Município de Nova Andradina e a Secretária de Estado e Educação de Mato Grosso do Sul, cedendo o prédio para que a escola possa funcionar neste período. Este convênio, conforme informou a secretária da escola Luiz Carlos Sampaio, é renovado todos os anos.

Observemos a tabela abaixo com a relação dos funcionários da Escola Estadual Professor Luis Carlos Sampaio, em que percebemos a pequena quantidade de funcionários que se deslocam da cidade Nova Andradina para trabalharem na vila, pois grande parte deles reside na vila ou nos assentamentos Casa Verde ou no Teijin.

⁸⁴Criada através do Decreto N°. 13.083 de 22 de dezembro de 2010.

1 - Alessandra T. N. P.	ASB, filha de funcionário da Viação Motta Ltda., e reside em Nova Casa Verde.
2 - Aline G.	ASB, assentada no P.A Teijin.
3 - Beatris da S.	Sala de tecnologia, reside em Nova Andradina.
4 - Carmen E.	ASB, reside em Nova Casa Verde.
5 - Direne O.	ASB, assentada no P.A Teijin.
6 - Elaine A.S.	ASB, filha de assentados no P.A Casa Verde, reside em Nova Casa Verde.
7 - Elenir D.	ASB, assentada no P.A Teijin e filha de assentados no P.A Casa Verde.
8 - Elisangela Ap.	ASB, assentada no P.A Teijin.
9 - Francieli S.	ASB, filha e neta de assentados no P.A Casa Verde, reside em Nova Casa Verde.
10 - Maria Ap.	ASB, reside em Nova Casa Verde.
11- Rosineia C.	ASB, filha e esposa de assentado no P.A Casa Verde.
12 - Sandra L.	Secretária, reside em Nova Andradina.
13 - Cristiane de L.	Coordenadora, reside em Nova Andradina.
14 - Neuza M.	Diretora, reside em Nova Andradina.
15 - Cassio	Professor, reside em Nova Andradina.
16 - Jean C.	Professor e filho de assentado no P.A Casa Verde.
17 - Lucineide	Professora, reside em Nova Andradina.
18 - Marcilene	Professora, assentada no P.A Teijin.
19 - Mariza S.	Professora, assentada no P.A Casa Verde.
20 - Paulini A.	Professora, reside em Nova Andradina.
21 - Regiane Ap.	Professora, reside em Nova Andradina.
22 - Thais F.	Professora, reside em Nova Andradina.
23 - Vera L.	Professora, reside em Nova Casa Verde e irmã de assentado do P.A Teijin.
24 - Vilma M.	Professora, reside em Nova Casa Verde.
26 - Silvana	Professora, reside em Nova Andradina.

Propomos trabalhar com as tabelas para demonstrar a ligação dos funcionários de ambas as escolas com a vila Nova Casa Verde e os dois assentamentos próximos a ela, ou seja, o assentamento Casa Verde e o Teijin⁸⁵.

Assim como uma frase encontrada no livro de Sarti “A Família como Espelho: quem casa, quer casa”, muitos desses indivíduos que possuem alguma ligação com os assentamentos, geralmente mudaram-se do sítio para a vila após o casamento, buscando realizar o sonho de constituir sua família (2003, p. 62).

Já na escola Estadual Luis Carlos Sampaio, dos 26 funcionários 15 deles possuem algum vínculo com a vila ou assentamentos, características semelhantes às citadas em relação à escola Municipal Luis Claudio Josué. Percebe-se também que alguns nomes irão se repetir em ambas as tabelas, justamente porque este funcionário trabalha nas duas instituições em períodos opostos.

Buscamos durante a confecção das tabelas, não utilizar o sobrenome dos indivíduos citados, e utilizamos em alguns casos somente a inicial do sobrenome, pretendendo respeitar o direito de anonimato de cada um deles.

O Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato atende crianças de toda a região de Nova Casa Verde, tendo, no tempo presente, cento e quarenta crianças matriculadas. Tanto a escola Estadual Professor Luiz Carlos Sampaio, quanto o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato também contam com o transporte escolar gratuito.

É importante destacar que os alunos de ambas as escolas são rotativos, pois suas famílias acabam se mudando com frequência. A mesma frequência com que as famílias chegam à Vila também dela partem.

Para muitas dessas famílias esta localidade se torna um ambiente passageiro devido, na maioria das vezes a saída está relacionada à falta de emprego, pois por ser um núcleo urbano pequeno a oferta de trabalho ainda é muito carente, ou até mesmo pela situação destacada anteriormente em que muitos deixam a vila para conseguir completar seus estudos, como foi o caso de Jordana. Observamos que as questões que envolvem a transitoriedade serão mais aprofundadas no próximo tópico.

A seguir, apresentamos duas imagens atuais das escolas Luis Claudio Josué e Luiz Carlos Sampaio. Na primeira foto podemos observar a escola Municipal Luis Claudio

⁸⁵ Criado em 26/07/2002 com uma área total de 28.497, 8194 alqueires, assentando 1.056 famílias. <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acessado no dia 14/10/16.

Josué; na segunda, podemos observar a escola Estadual Luiz Carlos Sampaio, construída há poucos anos, em 2010, para atender aos alunos do ensino médio.

Antes de sua construção os alunos do ensino médio ocupavam o prédio da escola Municipal Luis Claudio Josué, onde funcionava uma extensão da escola Estadual Professora Fátima Gaiotto Sampaio. No mesmo período funcionava uma segunda extensão da escola Estadual Professora Fátima Gaiotto Sampaio, na gleba Angico, atendendo aos alunos do ensino médio das três glebas: Peroba, Angico e Ipê.

Fotos: Autoria de Claudomiro Morales Torres

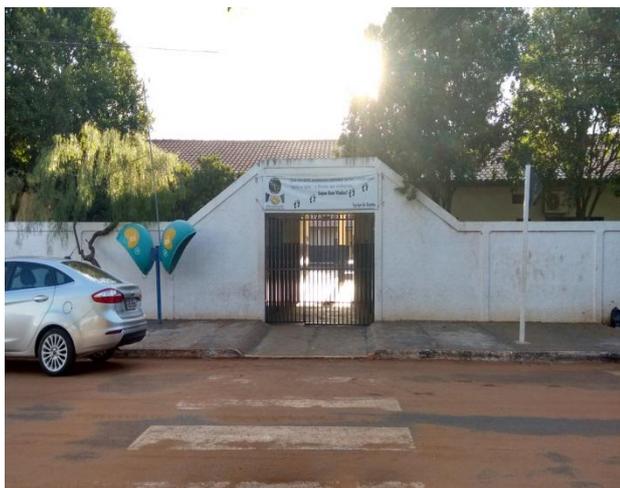


Foto 13 - Escola Municipal Luis Claudio Josué, 2015. Rua Luis Claudio Josué.



Foto 14 - Escola Estadual Professor Luis Carlos Sampaio, 2015. Rua Marechal Rondon.

Foto – Arquivo familiar de Vera Lucia Menezes de Souza.



Foto 15 – Escola Municipal Luis Claudio Josué, 2000. Rua Luis Claudio Josué.

Na imagem quinze podemos observar, por outro ângulo a escola Municipal Luis Claudio Josué Pólo, no início da década de 2000. Como podemos ver na época da foto

ainda não existiam muros que a cercavam, mas atualmente este pátio foi utilizado para a construção da quadra esportiva da escola.

As duas escolas possuem quadra esportiva, não só utilizada em horário de aula, como também em outros horários pela comunidade para jogos de vôlei e futebol. Ambas as escolas também possuem bibliotecas e salas de informática com um professor para auxiliar os alunos na hora da utilização do equipamento e nas pesquisas.

2.3 Os múltiplos sujeitos que constituem a vila: quem chega e quem parte?

[...] Mande notícias do mundo de lá
Diz quem fica
Me dê um abraço, venha me apertar
Tô chegando
Coisa que gosto é poder partir
Sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar
Quando quero [...]

[...] Todos os dias é um vai e vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar

Tem gente a sorrir e a chorar [...]

[...] E assim chegar e partir
São só dois lados
Da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro
É também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar
É a vida desse meu lugar [...]

Compositor: Milton
Nascimento e Fernando Brant

Por Nova Casa Verde estar situada em um entroncamento que permite o acesso a cidades de Mato Grosso do Sul, além de outros estados como São Paulo e Paraná, acaba se tornando um local de muito trânsito, não só de automóveis, como também de famílias que ali procuram fixar residência em busca de novas oportunidades de vida.

Desde seu surgimento a vila vem recebendo inúmeras pessoas que ali se instalam, acreditando em seu crescimento e potencial em se tornar futuramente uma cidade de porte maior. Por meio da coleta dos relatos foi possível perceber que Nova Casa Verde

recebe muitas famílias vindas de vários estados do Brasil como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, entre outros estados.

Dentre estas várias famílias que ali buscam uma nova oportunidade de vida está à família do senhor José Carlos, de 47 anos, e dona Eronildes, de 43 anos, que embora não tendo nenhum familiar na localidade resolveu deixar a capital do estado de São Paulo e se mudar para Nova Casa Verde. Questionado sobre os motivos que os levaram a trocar um grande centro urbano pelo interior de Mato Grosso do Sul, José Carlos nos afirma que:

[...] morei em São Paulo capital desde os seis anos de idade, aí permaneci até os quarenta anos praticamente morando lá na cidade, capital, aí pra correr do refugio como diz, ficar sossegado um pouco da vida corrida viemos pra cá [...]

Eu tinha conhecimento daqui por passagem, se passava e parava às vezes pra almoçar na viação Motta, aí comecei ter conhecimento da cidade, como é que era né? O motivo maior foi porque queria um pouco de paz, como diz né? Da cidade grande⁸⁶ [...].

O desejo de viver em um ambiente com tranquilidade, como ele mesmo afirmou, ou seja, buscar uma vida mais saudável, pode também ser percebido na fala de sua esposa dona Eronildes, ao expor que para ela além da paz que uma comunidade pequena pode oferecer, ela pode também ser compreendida como um recomeço para a família, sem as perturbações e a violência de uma cidade grande oferece. Perguntada sobre o significado de morar em Nova Casa Verde, ela nos responde o seguinte “[...] ah eu acho assim é um lugar bem sossegado, tranquilo né? Principalmente pra gente criar os filhos e eu gosto daqui, tem menos violência⁸⁷[...]”. Segundo o casal, eles passaram a conhecer o local ao irem visitar seus familiares na cidade de Novo Horizonte do Sul – MS, trajeto que fizeram durante vinte anos; e há seis anos resolveram deixar a capital de São Paulo para morar em Nova Casa Verde.

Quanto a esse processo de mudança de vida, fugindo do cotidiano dos grandes centros urbanos, podemos refletir sobre o: “processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da história – o tempo do possível” (MARTINS, 2008, p. 57). Assim, as dificuldades cotidianas fazem surgir novos horizontes e novas

⁸⁶ENTREVISTA. José Carlos Amâncio da Silva. Vila Nova Casa Verde. 25/05/2015.

⁸⁷ENTREVISTA. Eronildes Marques da Silva. Vila Nova Casa Verde. 25/05/2015.

perspectivas de vida, sendo na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível.

Podemos perceber no diálogo da história do senhor José Carlos e de dona Eronildes que a vida cotidiana na cidade grande se torna cansativa e prejudicial ao bem estar da família. A partir desta percepção busca-se então novos rumos para suas vidas, tornando “o impossível em possível”.

Em outro momento, Martins aponta para as observações de Heller, ao discutir o significado do cotidiano, pois segundo ela:

[...] só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada (MARTINS, 2008, p. 57).

É em busca de dar um novo sentido à vida que muitas famílias chegaram à Nova Casa Verde com objetivos diversos: um novo emprego, uma propriedade, a tranquilidade ou mesmo criar os filhos longe da violência dos grandes centros urbanos. Mas também se pode observar a dimensão do fator econômico, já que muitas dessas famílias ao se mudarem para núcleos urbanos pequenos procuram encontrar mercadorias com preços mais acessíveis em relação às cidades maiores, ou seja, procuram fugir dos altos impostos dos grandes centros urbanos.

Para a família do senhor Otávio, de 73 anos, a violência da cidade grande, fez com que sua filha e genro viessem se estabelecer em Nova Casa Verde, uma vez que parte de sua família já era residente na vila. Segundo ele, seu genro possuía comércio em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, e a partir da violência sofrida com assaltos ao seu comércio diga-se que em um desses assaltos chegou a ser gravemente ferido propôs à filha e ao genro que se mudassem para junto da família em Nova Casa Verde.

A partir de então passou a buscar junto à associação de moradores, um terreno para seu genro transferir seu comércio para a localidade, como narra o senhor Otávio:

[...] aí aconteceu um incidente que os assaltantes lá em Foz do Iguaçu, com o Djalma ali do mercado Mega Rancho, tinha um mercado lá em Foz do Iguaçu e os assaltantes roubava ele todo dia, mas nunca tinha feito nada de mal, só roubava o dinheiro, eles entregavam e iam embora e naquela vez os assaltantes judiaram deles, bateram, machucaram, bateu muito nele, no funcionário e tal e ele ligou pra mim, aí eu fiquei pensativo né? Fui em casa e

aí liguei pra ele, falei para ele: vem aqui pra nós vermos o que nós fazia. Porque ele queria fechar o mercado, falei: não, não fecha não, vem aqui pra nós vê o que nós faz [...] E eu comecei a ver a data, que quem fazia a doação era o finado Dilson Casarotto entende como é? Que era repasse, pessoas que pegou a data no lugar de comércio tinha um prazo para construir e não construiu, então se chegasse outra pessoa e que quisesse construir dentro do prazo legal aí ele repassava, aí foi onde eu comecei, fui com finado Dilson, ele falou que ia arrumar o terreno, me mostrou um aqui outro lá, até quando a gente chegou naquele ali onde tá o mercado Mega Rancho, que estava na mão de outra pessoa, ele falou: olha tá na mão de um conhecido meu, então quem sabe ele negocia com vocês. Aí nós fomos, o cara negociou, falou: não vou construir o mercado, porque peguei pra uns parentes lá de São Paulo, mas eles nunca vieram aqui e nunca me deram satisfação e eu vou repassar pra vocês, é um cara legal, é mais o custo é tanto, porque eu paguei um tanto e tal. Beleza nós paga e tal e aí foi onde começou⁸⁸ [...].

É interessante notar que a família do senhor Otávio era originária do estado do Paraná e que quando, ele se estabelece em Nova Casa Verde consegue trazer para junto de si todos os seus filhos. Vera, de 46 anos, uma de suas filhas, nascida no estado do Paraná, morava na cidade Coronel Sapucaia-MS atuando como professora, quando seu pai se estabeleceu em Nova Casa Verde resolveu conhecer o lugar e logo depois passou a ter simpatia pela localidade; depois buscou conseguir um terreno para fixar residência próxima ao seu pai. A trajetória da família do senhor Otávio nos faz pensar sobre as observações de Sarti, quando afirma que: “a família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo” (2003, p. 70).

Podemos considerar essa rede de parentesco como um porto seguro, uma segurança para os filhos ao estarem próximos aos pais, mas também para os pais por conseguirem que seus filhos se estabeleçam próximos a eles, evitando desta forma as preocupações imposta pela distância.

Como a entrevistada afirma, a moradia na cidade de Coronel Sapucaia era passageira, pois não tinha intenções de continuar morando lá. A seguir, Vera nos conta como foi sua trajetória até se estabelecer em Nova Casa Verde:

[...] eu morava em Coronel Sapucaia, eu sempre vinha pra cá, que tem o meu tio ali também né? (Assentamento Casa Verde). Aí eu vim pra cá para conhecer, porque meu pai falava: olha esse aqui é o lugar do futuro, futuramente vamos reunir toda a família aqui né? Então vem pra cá, pra ver se você gosta aí eu vinha, sempre andávamos por aqui e tal né? A primeira vez que eu vim pra cá, a escola lá em cima tinha recém sido construída, não tinha muro, não tinha nada, a Igreja era só a Igrejinha ali no meio, não tinha

⁸⁸ENTREVISTA. Otávio Batista de Souza. Vila Nova Casa Verde. 19/05/2015.

praça, não tinha nada, as árvores eram bem pequenininhas assim, casas eram bem esparsas, não tinha casa, eram bem poucas ainda [...] Aí eu gostei do lugar a princípio né? Gostei bastante, aí falei: se futuramente a gente né? Pretende construir a vida aqui, eu vou comprar um terreno aqui se eu conseguir né? Se eu não conseguir a doação, eu vou comprar um terreno. Aí um dia nós estávamos ali sentados no barracão (mercado Mega Rancho) né? Eu olhei pra esse terreno aqui, que ficava na frente né? Aí falei pro pai: pai olha é o seguinte, eu quero aquele terreno ali. Meu pai falou: mas o dono daquele terreno não mora aqui, é difícil ele vir pra cá, falei: não tem problema, eu espero o dia que senhor ver que ele aparece por aí, porque meu pai conhece todo mundo aqui né? Aí um belo dia ele ligou pra mim e falou: olha o dono veio e ele quer vender o terreno, então eu comprei este terreno aqui⁸⁹ [...].

É possível perceber que muitos terrenos em Nova Casa Verde possuem proprietários que não moram na localidade. Estes adquirem o terreno esperando que futuramente a vila venha a se desenvolver mais, a fim de que os terrenos possam obter mais valor, ou até mesmo com o desenvolvimento futuro possam montar algum tipo de comércio na localidade. Existem também algumas residências, as quais os proprietários trabalham em fazendas ou sítios distantes de Nova Casa Verde, fazendo com que essas casas sejam ocupadas somente aos finais de semana.

A trajetória de Marcia, de 25 anos, é parecida com a de Vera, de 46 anos, uma vez que sua mãe resolve sair da cidade do Rio de Janeiro em 2001, vindo a lutar por um pedaço de terra no assentamento 17 de Abril (Assentamento Teijin) na época do acampamento à espera da desapropriação das terras. Quando sua mãe foi contemplada com um lote de terra no assentamento, Marcia resolveu se mudar para Nova Casa Verde, passando a gostar e a defender a localidade. Como ela mesma afirma, hoje não trocaria onde mora pelo lugar onde já morou, o Rio de Janeiro:

[...] olha a gente morava lá né? Assim veio mais assim, porque os pais da minha mãe moravam aqui, eles eram daqui de Nova Andradina e porque minha mãe ia ver se pegava terra também né? Na época dos assentamentos aí a gente pegou e veio, ela vendeu a casa lá que a gente tinha, a gente pegou e veio embora pra cá. Nós viemos direto né? (para Nova Andradina). Na época aqui (Nova Casa Verde) era tudo mato né? Nós não víamos cidade ainda né? Que a gente veio em 2001 pra cá, fomos direto pra nova Andradina e não saía daqui, porque minha mãe estava mexendo com assentamento pra ver se mudava pra cá né? Pros barracos, nós moramos quatro anos ali nos barraco, assentamento 17 de abril (Teijin), na época a gente morava nos barracos né? Era tudo barraco até sair às terras, minha mãe era da FETAGRI. Ai saiu as terras a gente ficou morando aí e como tinha muitas coisas, não cabia dentro do barraco foi onde a mãe alugou uma casa aqui em Casa Verde⁹⁰ [...].

⁸⁹ENTREVISTA. Vera Lúcia Menezes de Souza. Vila Nova Casa Verde. 16/05/2015.

⁹⁰ENTREVISTA. Marcia Segobia de Freitas Loronha. Vila Nova Casa Verde. 25/05/2015.

Perguntado para ela o que significava morar em Nova Casa Verde, ela nos responde: “[...] ah sei lá eu gosto de morar aqui entendeu? Que nem eu era do Rio de Janeiro, morei onze anos lá e se hoje chegar e falar assim: ah você prefere aqui ou lá? ah aqui né? Aqui é mais calmo, mais tranquilo, prefiro aqui⁹¹ [...]”.

Entre os fatores que explicitam o motivo de as famílias fixarem residência em Nova Casa Verde, como um dos principais ainda está à tranquilidade e, como explicitam os entrevistados, isto se dá por ser um lugar pequeno onde todos se conhecem.

Existe também uma forte ligação nas relações estabelecidas entre os vizinhos, as quais passam das conversas de portão nas horas vagas à ajuda mútua quando é preciso algum favor. Sarti (2003), nas suas considerações sobre o vizinho como espelho, observa que, se parente é alguém em que se confia o vizinho também entra nessa lógica de parentesco e na narrativa de um de seus entrevistados, encontramos a afirmativa de que: “[...] nós temos vizinhos aqui, tem essa turminha aqui. Eu acho que praticamente é uma família, porque quando a gente precisa, ele está ali; quando ele precisa da gente, nós estamos juntos [...] (Apud SARTI, 2003, p. 115-116).

Por meio dos relatos e das considerações de Sarti (2003), podemos perceber as diferenças nas relações sociais vivenciadas na vila, onde um vizinho é considerado parte da família a partir do momento em que um olha pelo outro, ou mesmo no ditado popular em que “uma mão lava a outra”, se comparada aos grandes centros urbanos, onde vizinhos acabam não se relacionando até mesmo pela correria cotidiana.

Queiroz ao discutir as relações sociais nos bairros rurais destaca que: “tais vínculos se exprimem em relações de ajuda mútua, tanto no campo da economia quanto em outros campos sociais” (1976, p.133). Como se depreende das entrevistas, esses vínculos sociais entre os moradores são bem intensos, não só no cotidiano, mas também em outros momentos, como na organização de festas nas comunidades dos assentamentos. Geralmente as festas das comunidades estão ligadas às paróquias para arrecadar fundos ou para comemorar algum dia Santo, eventos em que os jovens têm grande participação.

Estes espaços de sociabilidade também ocorrem na vila entre os grupos de jovens das Igrejas, tanto da igreja católica como das Protestantes. Também nos bailes dá-se o

⁹¹ENTREVISTA. Idem.

espaço de sociabilidade em que jovens ou adultos de outras comunidades se encontram para “bater um papo” ou até mesmo “tomar uma”, referindo-se ao consumo de bebidas, geralmente cerveja e a aguardente, conhecida popularmente como “pinga”.

A escola acaba também sendo um grande e importante espaço de sociabilidade, considerando que para muitos desses jovens, principalmente os que moram em fazendas, é tanto um meio para conhecer e fazer novas amizades, quanto para trocar conhecimentos e experiências, visto que raramente têm contato com o meio urbano. Para muitas famílias, a escola e os professores acabam sendo um ponto de referência e um espelho para suas vidas e de seus filhos, sendo também um meio de se conseguir um emprego digno e uma estabilidade econômica.

Sobre essas questões que envolvem o homem simples, Martins, em sua obra “Sociabilidade do Homem Simples”, afirma que:

Se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. Novas esperanças compartilhadas na vida cotidiana desses moradores, vizinhos, onde passam a perceber as suas relações sociais como algo de suma importância, acrescentando grande valor moral e social nessa vivência (2008, p. 52).

Em outro momento o autor concorda que o senso comum é comum não porque é algo sem valor ou sem conhecimento, mas porque é algo compartilhado e reconhecido entre os sujeitos dessas relações sociais (2008, p. 54).

Muitas famílias se dirigem para a vila também em busca de trabalho nas fazendas próximas ao núcleo urbano de Nova Casa Verde. Essa localidade vivencia uma relação interessante de sociabilidade entre os seus moradores, em vista ainda dessa característica do trabalho nas fazendas. É o caso da família de Rosa Cristina, de 42 anos, vinda do interior de São Paulo, de Presidente Bernardes, para morar na fazenda localizada em frente à Nova Casa Verde, onde seu marido exerce a profissão de campeiro⁹².

No tempo presente, Rosa Cristina exerce a função de secretária escolar em Nova Casa Verde na escola Luis Claudio Josué, e seu marido participa da comunidade católica, na qual é coordenador geral da Pastoral da Família em Nova Casa Verde, além de ministrar a Eucaristia na igreja católica da comunidade. A seguir, a entrevistada nos

⁹²Segundo o dicionário Aurélio (2001), diz-se daquele que trabalha no campo.

narra como foi a sua chegada e quais os motivos que trouxeram a família até Nova Casa Verde:

[...] eu sou paulista né? Do interior, região de Presidente Prudente - SP, da cidade de Presidente Bernardes, morei minha vida toda lá e vim pra cá tá com 14 anos [...] Lembro até o dia, como é que estava o dia que eu cheguei aqui, eu cheguei aqui no dia 09 de abril de 2001, uma chuva, uma chuva, cheguei debaixo de chuva [...].

O que trouxe a família a morar na vila? O meu esposo ele já trabalha na firma da fazenda onde que a gente mora e ele chegou em casa e comentou que estava precisando de uma pessoa pra vim trabalhar e eu peguei e falei pra ele: vamos, ele nem acreditou no momento né? Porque nunca tinha morado em sítio, fazenda essas coisas, nada né? Sempre fui, que nem diz, bicho da cidade, aí ele estranhou, conversamos, ele conversou com o patrão dele, aí a gente veio⁹³ [...].

Rosa Cristina nos conta ainda como foi o desafio para conseguir se adaptar ao novo local de moradia e às condições precárias de infraestrutura da recém-nascida Nova Casa Verde. A entrevistada também destaca os significativos ganhos que essa localidade proporcionou em sua vida:

[...] quando eu cheguei pra mim foi um desafio, um desafio porquê? Primeiro que eu nunca tinha morado em sítio, fazenda, nem nada, sempre vivi em cidade aí vim pra cá, diferente de tudo que eu conhecia, a infraestrutura não tinha nada disso. Fui me adaptando, que nem eu falo, às vezes a gente pode até não gostar do lugar, mas se adapta e com o passar do tempo eu fui gostando, porque aqui foi me dando algumas coisas que eu não tinha lá onde eu morava, que nem lá eu deixei de estudar, aqui eu voltei a estudar, fui pra faculdade, já conclui duas faculdade, então morar aqui pra mim significa uma oportunidade, pra mim sempre significou isso, uma oportunidade, mim deu muita coisa, mas também me tirou muita coisa, as oportunidades foram muitas e aproveitadas⁹⁴ [...].

Por exercer a função de secretária da escola municipal de Nova Casa Verde afirma que grande parte dos alunos matriculados na escola no ano de 2015 se deve a famílias que vieram da região Sul e Sudeste, mas principalmente do Sul, do estado do Paraná. Segundo ela:

[...] este ano a gente teve um número maior de gente chegando aqui na vila, não sei é por conta dos assentamentos ou se é porque vieram mesmos por outras oportunidades, não sei, só sei que pelo fluxo de alunos de matrículas novas que a gente teve aqui na escola, então deu pra perceber que veio bastante gente, alguns são bons, que todos os lugares têm os bons e maus né? Traz, mas traz outros tipos de cultura, agora tem os que não tá nem aí né? Que vem ficar só um tempo.

⁹³ENTREVISTA. Rosa Cristina Ribeiro. Vila Nova Casa Verde. 05/05/2015.

⁹⁴Idem.

Eu costumo dizer que aqui é um entroncamento, para-se um tempo, vai embora e depois volta-se de novo, não sei se não consegue ter um melhor desempenho em uma outra localidade e acaba voltando pra cá onde já estava meio seguro, pra algumas famílias eu falo que a vila (Nova Casa Verde) é um porto seguro, onde eles sabem que vão vir e vão encontrar alguma coisa pra fazer, porque agora tem mais oportunidades de emprego aqui [...] Veio pessoas de vários lugares, mas do Sul e Sudeste a gente teve um pouco mais, São Paulo e Paraná, Paraná sempre vem bastante, Paraná é de onde mais vem gente, Paraná vem bastante⁹⁵ [...].

Fica evidente nessa fala que muitas famílias partem de Nova Casa Verde e em muitas situações acabam retornando, haja vista os laços de amizade e a segurança que a localidade proporciona a quem chega, tal como as oportunidades de moradia ou trabalho que encontram na vila. Como se percebe, por meio de várias entrevistas, Nova Casa Verde para algumas famílias representa um local de passagem, um local de trânsito de muitas famílias que ali chegam buscando novas oportunidades de vida e de trabalho. Por outro lado, outras famílias vão embora com os mesmos propósitos.

No caso da família do jovem Adergeniel, de 20 anos, o motivo que levou a família a querer mudar-se de Nova Casa Verde foi uma fatalidade, quando da condenação de seu pai a sete anos de prisão, em que a pena foi cumprida em um ano e dois meses em regime fechado. Segundo sua narrativa:

[...] foi quando aconteceu de meu pai ir preso, foi aconteceu e tudo mais, meu pai foi preso e ainda nós continuamos lá por três meses, só que era longe pra trazer alimento, trazer tudo, recluso na delegacia daqui (Nova Andradina) e a gente morando em Nova Casa Verde, toda semana a gente vinha, mas tinha semana que a gente vinha bem mais de uma vez, tinha que trazer alimento, tinha que pegar a roupa dele, tipo era muito desgastante, não só fisicamente, mas em valores, porque era muito caro, então vir direto pra cá não compensava, então eu, minha mãe e meu irmão acabamos vindo pra cá⁹⁶ [...].

Para sua família a necessidade de estar próximo ao pai foi decisiva, pois percorrer uma longa distância todas as semanas custava muito caro para todos, como ele mesmo afirmou. Querendo ou não, nessa situação entram os valores morais e sociais cobrados pelos vizinhos, parentes e pela comunidade em geral. Como afirma Sarti: “como seu igual, o vizinho torna-se seu espelho, o “real-imediato” que serve de parâmetro para a elaboração de sua identidade social” (2003, p. 116). Talvez, além dos gastos financeiros, tendo que se deslocar toda semana para visitar o pai, esteja também o

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ ENTREVISTA. Adergeniel Barbosa Pereira. Vila Nova Andradina. 26/02/2016.

constrangimento da família em se encontrar em uma situação como esta, onde a figura paterna estava envolvida em algo ilícito, sendo talvez um meio de fuga o ato de se dispor dos bens materiais e mudar para outra localidade, como sugere o nosso narrador:

[...] nisso foi onde, tipo a gente não quis sair de Nova Casa Verde, querendo ou não, passei a infância lá, gostei, gosto de lá, aí destruiu tudo, onde nós tivemos que vender carro, vender moto, vender nosso sítio, nosso gado, essas coisas, teve que vender tudo e vir embora pra cá⁹⁷ [...].

Percebe-se que devido às circunstâncias a família foi obrigada a se mudar de Nova Casa Verde dispondo-se dos bens materiais que tinham conquistado na localidade. Mesmo morando em outro lugar, ainda permanece uma forte ligação com a vila. Perguntado se ele se lembrava das coisas boas que Nova Casa Verde lhe proporcionou durante os dez anos em que a família permaneceu lá, ele afirma que: “[...] vamos pôr assim, minhas memórias, toda minha infância, os amigos, as conquistas, a conquista do sítio, do carro, da primeira moto que eu tive, consegui lá, foi um lugar que eu fui muito feliz, até isso acontecer ⁹⁸[...]”. Fica evidente em sua fala, a gratidão e o afeto que permanece em sua vida em relação à vila, visto que ao longo dos dez anos que morou em Nova Casa Verde, ela proporcionou grandes conquistas para sua família.

A seguir trabalharemos os conceitos de vila e cidade na percepção dos moradores de Nova Casa Verde, visto que é possível perceber nas falas dos nossos entrevistados ambas as denominações. Na sequência buscaremos trazer algumas considerações sobre a economia de autoconsumo dentro deste povoado e por último trabalharemos a questão da religiosidade na vida dos moradores de Nova Casa Verde, pois se percebem distintas religiões convivendo em um mesmo espaço social.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Ibidem.

CAPÍTULO 3

Nova Casa Verde: História, Memória e Fé

3.1 Nova Casa Verde: vila ou cidade?

Durante nossa pesquisa de campo em Nova Casa Verde e também dentro do assentamento Casa Verde, muitas vezes ouvimos nossos entrevistados, e até mesmo os moradores da região se referirem à Nova Casa Verde como sendo uma vila, e em outros momentos também se referirem a ela como sendo uma cidade. Nesse sentido pretendemos trazer algumas considerações para tentar entender em qual dessas categorias, vila ou cidade, Nova Casa Verde pode ser compreendida.

Percebemos que trabalhar com essas categorias não é algo fácil, pois vários autores ainda debatem esses conceitos, gerando ainda muita controvérsia, mas cada um contribuindo com suas pesquisas para que possamos nos aproximar ao máximo de um consenso do tema. É importante salientar também que utilizaremos para discutir esses conceitos alguns autores da área da geografia urbana, visto que esse campo de pesquisa é analisado pelos geógrafos e as discussões contribuem para a compreensão histórica. Ao percebermos isto fomos buscar alguns autores que nos ajudaram a entender o melhor possível tais categorias.

Desta forma para a autora Telma de Barros Correia (2001) no artigo “De vila operária a cidade Campanha”, o que caracteriza o termo cidade são os benefícios que o lugar pode oferecer a seus habitantes, assim como as relações sociais em que seus pares estão envolvidos. Segundo ela:

[...] uma aglomeração com, no mínimo, quatro mil habitantes; uma aglomeração com uma população não-rural – não comprometida com trabalhos agrícolas; um lugar que é sede de bispado ou da administração civil; um lugar que garante autonomia individual e coletiva aos seus moradores [...] (CORREIA, 2001, p. 90).

Na definição de Correia esses requisitos são essenciais para que um determinado lugar seja considerado uma cidade. Se pensarmos nas características que Nova Casa Verde possui, ela não entraria na categoria cidade, como propõe a autora, a não ser pelo

número de habitantes, que segundo informações não oficiais chegaria a mais de doze mil, contando com moradores da área rural. Considerando também que sua documentação ainda não foi regularizada junto aos órgãos competentes para se tornar um distrito, então oficialmente por essa lógica, não foi elevada a esse nível.

Para os autores Pina, Lima e Silva (2008) que debruçaram sobre esta questão no artigo “Município e Distrito: um estudo teórico”, seus apontamentos também estabelecem uma conexão com as afirmações de Correia, uma vez que afirmam o seguinte:

Baseando-se no pressuposto do contexto populacional, o conceito de cidade passa a exigir uma situação permanente, ou seja, quantitativamente, a cidade passa a ser classificada como tal por possuir um número mínimo de habitantes; e qualitativamente, do ponto de vista teórico, deve ser altamente organizada, implicando em ações de planejamento que visem o bem-estar dos seus moradores atendendo a todos os setores que estejam diretamente vinculados à qualidade de vida (2008, p. 126).

Conforme afirmam esses autores, uma cidade se caracterizaria por dois aspectos básicos, um seria o quantitativo, ou seja, para ser considerada uma cidade aquela determinada localidade teria que possuir um número mínimo de habitantes dentro de seu perímetro urbano. Outro aspecto também seria o qualitativo, pois esta teria que ser altamente organizada, oferecendo recursos básicos aos seus moradores, como asfalto, mercado, sede da administração pública, cartório para registro civil, etc.

Se considerarmos os dois conceitos de cidade definidos pelos autores, percebe-se que Nova Casa Verde ainda não se enquadra nessas definições, uma vez que como afirmou Correia (2001) anteriormente, uma cidade seria caracterizada também por ser: um lugar que garante autonomia individual e coletiva aos seus moradores. Esse aspecto é bem explícito, uma vez que os moradores de Nova Casa Verde passam a depender da sede do município, Nova Andradina, para realizarem suas compras domésticas mensais, fazer registros em cartórios e quando requerem algum benefício da administração pública também passam a depender da sede municipal.

Podemos perceber esta questão em relação à falta de autonomia dessa localidade na fala de um ex-morador, o jovem Adergeniel, de 20 anos, ao ser perguntado como ele percebia Nova Casa Verde. Mesmo não morando mais na localidade, ele nos responde o seguinte:

[...] então, lá ainda esta um lugar ainda bem fragilizado, acho que deveria ser um lugar, como faz parte de Nova Andradina também, prefeito, autoridades de Nova Andradina ter um olhar pra lá, tipo cuidar mais de lá, lá é um lugar muito esquecido, muito abandonado, na verdade é um lugar abandonado, onde ninguém liga, não se importa com aquelas pessoas, não se importa com aquele lugar, asfalto, por exemplo, não tem, não tem hospital, só tem um posto de saúde, escola só tem duas, é muito abandonado⁹⁹ [...].

Como afirma o entrevistado, a localidade ainda é um lugar muito fragilizado, com imensa falta de recursos básicos, desta forma não garantindo a autonomia dos seus moradores. É interessante observarmos que, segundo ele, Nova Casa Verde está esquecida pelas autoridades municipais, uma vez que ela faz parte do município de Nova Andradina.

Por fazer parte do município, não podemos deixar de mencionar que ela também gera renda para o cofre público municipal, vindo a contribuir com uma boa parcela dos impostos municipais.

Para Lencioni (2008), o conceito de cidade é um pouco obscuro, pois depende de vários fatores. Segundo ela esse conceito pode considerar cidades com até dois mil habitantes, assim como também pode considerar cidades aquelas que possuem milhões de habitantes. Considerar a ideia de aglomeração e de uma população não agrícola também torna o conceito insuficiente para chegarmos a um consenso. Pois existem cidades em que moram muitos trabalhadores, os quais durante o dia trabalham no campo, como é o caso dos boias-frias, não alterando o fator cidade.

Segundo esta autora, qualquer consideração levando-se em conta o número de habitantes para conceituar cidade seria pouco frutífero, pois:

[...] a relação entre o tamanho do aglomerado não se desvincula do tempo histórico e dos lugares e não tem sentido em si mesmo como definidor de cidade. Se definíssemos como condição para se conceituar cidade a população de 2.000 habitantes, esse número poderia definir cidades em determinados lugares e num momento determinado, mas em outro lugar e tempo, não [...] (LENCIONI, 2008, p.116).

Independente do número de habitantes, se dois mil ou milhões, será preciso mais critérios para conceituar uma cidade. Desta forma Lencioni, se utilizando das considerações de Pereira (2001), considera outro fator importante para definir cidade, qual seja: depende de formas políticas e sociais que são produtos de determinações

⁹⁹ ENTREVISTA. Adergeniel Barbosa Pereira. Nova Andradina. 26/02/16.

sociais. São essas forças que a caracterizam e que lhe dão individualidade (2008, p. 116).

A partir desse pressuposto a autora chega a uma conclusão, ou seja, para considerar o conceito cidade devemos nos ater a quatro características essenciais: aglomerado, sedentarismo, mercado e administração pública. Outro fator importante destacado por Lencioni também é o local de poder, que sozinho, segundo a autora, define uma cidade, independente dos outros fatores mencionados.

Sendo assim, para definirmos uma cidade no Brasil, segundo Lencioni, é importante considerar um aglomerado sedentário, que se caracteriza pela presença de mercado (troca), e que possui uma administração pública (2008, p. 117).

Considerando as observações desses autores, podemos entender que Nova Casa Verde ainda não se enquadra dentro do conceito da palavra cidade, visto que para tal ela teria que atender alguns dos requisitos já explicitados. Um exemplo disto seria possuir uma sede de administração pública ou ser sede de poder. Requisitos básicos que no momento da pesquisa ainda não se encontram dentro de Nova Casa Verde.

Observa-se, no contexto da pesquisa, que ela ainda não oferece autonomia a seus moradores, uma vez que têm que se deslocar para a cidade sede do município para utilizarem órgãos públicos e privados, ou até mesmo para fazerem compras domésticas mensais.

É interessante notar que o termo cidade é utilizado por alguns moradores, os quais, consciente ou inconscientemente, passam a se referirem à localidade, ora como cidade, ora como vila. É o caso do senhor Elmo, de 65 anos, quando questionado qual definição ele atribuiria à Nova Casa Verde: se na condição de cidade, vila ou um bairro rural. Ele nos responde o seguinte:

[...] eu considero uma cidade, sou bastante humorístico e às vezes, eu falo assim, que aqui nós adota certo conceito, quando se fala cidade, nós mentaliza (Nova) Casa Verde, quando fala vila nós mentaliza Nova Andradina (risos) porque hoje ela (Nova Casa Verde) tem 80% de autossuficiência, sustentabilidade, para emancipar, aqui não falta nada¹⁰⁰ [...].

Nota-se em sua fala, como ele mesmo afirmou, não somente um tom humorístico, mas também uma fala bastante carregada de otimismo, uma vez que sua vontade é ver o local onde mora se desenvolver cada vez mais, chegando a ultrapassar o

¹⁰⁰ ENTREVISTA. Elmo Gaedke. Vila Nova Casa Verde. 05/05/2015.

desenvolvimento da cidade sede do município. Como afirmou, em sua opinião, Nova Casa Verde é autossuficiente faltando somente vontade e iniciativas políticas para conseguirem a emancipação em relação ao município de Nova Andradina.

Por outro lado, percebemos também a utilização da palavra vila ao se referirem à Nova Casa Verde, denominação dada por moradores e não moradores da localidade. O conceito de vila é bem mais aceito e utilizado por seus habitantes, contrário do termo cidade que é utilizado por poucos moradores do lugar. Nesse sentido, para os autores Pina, Lima e Silva, uma vila seria um povoado de maior número populacional dentro de um determinado distrito. Observemos como essa questão é posta:

[...] o distrito é uma subdivisão do município, que tem como sede a vila, que é um povoado de maior concentração populacional. Ele não tem organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município [...] (PINTO, 2003. Apud PINA, LIMA e SILVA, 2008 p. 136).

No sentido proposto pelos autores, uma vila seria um lugar sem muitos recursos estruturais, cabendo à sede do município oferecer essa infraestrutura a seus habitantes. Isso confirma o que foi salientado anteriormente, uma vez que os moradores de Nova Casa Verde dependem da cidade sede do município quando precisam utilizar órgãos públicos e privados, os quais ela ainda não possui condições de oferecer.

Durante nossa entrevista com o jovem Adergeniel, de 20 anos, fizemos o mesmo questionamento que propomos ao senhor Elmo, de 65 anos, qual seja: se ele considerava essa localidade como sendo uma cidade ou vila? Assim a definiu nosso narrador: [...] a gente chama de Casa Verde, Nova Casa Verde, fala uma cidade, uma cidadezinha, que na verdade é uma vila, ela é uma vila, não tem recurso nenhum, não tem nada né? Como se fosse uma consideração, um afeto a gente chama de cidade, mas é uma vila¹⁰¹ [...]. Percebemos que mesmo não morando mais neste lugar, o jovem ainda carrega um carinho, como ele mesmo afirma, um afeto pelo lugar. Talvez por ainda possuir uma ligação emocional expresse, de alguma forma, assim como o senhor Elmo, o desejo de que esse local se desenvolva economicamente e politicamente, se transformando em uma cidade com infraestrutura que possa atender a todos seus moradores.

Um estudo realizado por Correia (2001) traz algumas considerações importantes quanto ao uso do termo “vila”, uma vez que ele nasceu no Brasil, nas primeiras décadas

¹⁰¹ ENTREVISTA. Adergeniel Barbosa Pereira. Nova Andradina. 26/02/16.

do século XX acompanhado de outra palavra “vila operária”, para designar bairros construídos por empresas privadas. Mesmo não sendo nosso foco estudar a formação das vilas operárias, é interessante notar a partir de quando e de que forma se passa a utilizar esse termo.

Para Correia (2001) o termo “vila operária” era utilizado para se diferenciar das outras moradias construídas geralmente nas favelas, onde segundo ela:

[...] as “vilas operárias” definiam-se como um padrão de moradia popular oposto à favela, ao mocambo e ao cortiço, supondo ordem, higiene e decência. O termo sugeria casas salubres e dotadas de ordem espacial interna, que se distinguiu da falta de higiene, de espaço e de conforto atribuída às casas dos pobres urbanos. Também sugeria casas de famílias de trabalhadores estáveis, em oposição às misturas entre estes últimos e os indivíduos afastados dos empregos regulares (autônomos, vadios, prostitutas etc.) [...] (CORREIA, 2001, p. 84).

Vejamos que o termo inicialmente foi criado para diferenciar classes sociais, uma vez que as casas das vilas operárias trariam mais conforto e higiene a seus habitantes e regras de comportamento dentro de determinadas sociedades, sendo que todos os que morassem nelas possuíam emprego fixo e um salário que os mantinham longe de serem comparados aos moradores das favelas. A partir dessa visão positiva de morador de vilas operárias, o Estado passa a utilizar essa denominação em seus projetos, emprestando o termo vila operária ou simplesmente vila para designar os projetos habitacionais (2001, p. 84).

Não somente o termo foi criado para diferenciar classes sociais e comportamentos, como também localizava geograficamente determinado espaço, qual seja, lugar de morada de populações menos favorecidas economicamente, com ampla falta de infraestrutura básica como água encanada e esgoto, que geralmente se localizavam tanto nos subúrbios ou em lugares afastados como em áreas rurais.

Ao longo dos anos o termo “vila operária” começa a cair em desuso, mais precisamente a partir da década de 1930. Para Correia (2001), isso se dá visto que também:

[...] Esse desprestígio do modelo e do termo “vila operária” também se evidencia na eliminação da palavra “operária” do nome de algumas vilas. Em todo o país, generaliza-se o uso da palavra “vila” para nomear conjuntos de casas, em geral idênticas, dispostas ao longo de rua ou de largo e que, muitas vezes, não tinham o caráter de logradouro público [...] (CORREIA, 2001, p. 86 – 87).

Percebe-se que em relação a este termo, ao cair em desprestígio, passa a ser utilizado somente o nome “vila” para designar um conjunto de moradias, descartando a palavra operária.

Segundo Correia (2001), o termo “vila operária” ou até mesmo a palavra “vila” passam a ser substituídos por uma nova denominação usada por empresas particulares, assim como também pelo Estado. Emerge o conceito de “conjunto residencial” e não muito depois aparece também igualmente difundido o termo “jardim” para designar várias moradias. Para Correia, a substituição da palavra “vila” por um novo termo “conjunto”, se explicaria pelo desprestígio do nome junto à população que residia nesses lugares. Também ao desgaste do termo, uma vez que a reputação de “vila” se referia a um lugar onde as liberdades individuais e familiares não possuíam autonomia, ou seja, se davam de forma restrita (CORREIA, 2001, p. 87).

Percebe-se que a palavra “vila” deixou de ser utilizada por se referir a determinado lugar onde a falta de infraestrutura ainda era carente aos seus habitantes. Então, passou-se a trocá-la por “conjunto”, palavra que de alguma forma se distancia da imagem de um bairro pobre, sem infraestrutura e autonomia para seus moradores. Ou pode-se pensar também, quanto da utilização da palavra “conjunto” no lugar de “vila”, na desconstrução da imagem de um bairro de periferia, ou mesmo localizado em área rural, distante do meio urbano.

Para nossa entrevistada Vera, de 46 anos, moradora na localidade, Nova Casa Verde ainda precisa de um grande investimento em infraestrutura para ser considerada uma cidade. Segundo sua narrativa:

[...] dentro do que acontece hoje aqui ela é uma vila, porque já tem uma associação, já tem uma distribuição de água, ela tem energia elétrica, ela já tem uma participação efetiva da comunidade em vários eventos sociais né? A igreja é...é a igreja católica ela mobiliza também a comunidade nesses eventos sociais, ela participa junto com os assentados de vários eventos, cedendo o salão por exemplo, participando com a pastoral da terra nesses eventos. Então assim, ela tá mais para uma vila independente, do que relativamente para um bairro rural. E ainda falta bastante para uma cidade, ainda falta bastante, porque para cidade ela ainda teria que ter uma estrutura bem elaborada, que é o que falta né? Nós ainda não temos uma estrutura cabível para uma cidade, a gente não pode considerar ela ainda uma cidade, não pode ainda falta bastante¹⁰² [...].

¹⁰² ENTREVISTA. Vera Lúcia Menezes de Souza. Vila Nova Casa Verde. 16/05/2015. Moradora e Professora em Nova Casa Verde, atuando escola Municipal Luis Claudio Josué e na escola Estadual Luis Carlos Sampaio.

Percebe-se pela fala da entrevistada que Nova Casa Verde é caracterizada como sendo uma vila para grande parte de seus moradores, mas que já possui certo desenvolvimento urbano, uma vez que ela é também sede de paróquia, atendendo todas as comunidades em seu entorno, desde partes dos municípios de Bataguassu, Ribas do Rio Pardo, dentre as fazendas e os assentamentos de reforma agrária a sua volta.

Ficou evidente em sua fala a importante participação dos moradores nos eventos sociais que acontecem em Nova Casa Verde, não somente àqueles ligados à religiosidade, mas também nos eventos sociais elaborados pela associação de moradores da vila e dos assentamentos de reforma agrária a sua volta. Para Vera, considerar a localidade como sendo uma cidade ainda é um equívoco, pois para considerá-la como tal é preciso o investimento em infraestrutura bem mais elaborada.

É importante salientar que durante nossa pesquisa de campo em Nova Casa Verde, em todas as entrevistas ouvimos reclamações dos moradores em relação ao aparente esquecimento daquela localidade por parte da administração municipal de Nova Andradina. Uma dessas reclamações se referia à falta de pavimentação das ruas, causando grandes transtornos aos seus habitantes, principalmente em dias chuvosos, ficando impossível transitar por essas vias.

Outro fator importante que foi motivo de reclamações, já explicitado no capítulo anterior, mas que é interessante voltarmos a ele neste contexto é o fato de todos os terrenos existentes em Nova Casa Verde não se encontrarem legalizados juntos a um órgão competente. Percebemos que esses motivos deixam a comunidade com grande insatisfação face à atual administração municipal, sendo motivo de queixas, reclamações e sentimento de revolta nas narrativas coletadas.

Na visão de Jordana, de 31 anos, moradora de Nova Casa Verde, a localidade não pode ser considerada uma vila, pois o lugar é bem mais que isso, justamente pelo nível de desenvolvimento em que se encontra, mesmo não tendo o apoio necessário do governo municipal. Para ela, um dos empecilhos para se conseguir o incentivo necessário por parte do município estaria na distância entre as duas localidades, visto que a trajetória percorrida são quase sessenta quilômetros. Em sua narrativa ela nos afirma o seguinte:

[...] nossa é difícil, na minha visão isso aqui já poderia ser município (risos), é que eu sou bastante otimista, mas ela é mais do que uma vila, ela já tem uma estrutura...eu acho que ela tá acima de uma condição de vila, e com um

potencial muito grande de se tornar um município bastante...é, é...como eu diria? Ela tem condições de crescimento, ela tem tudo pra se tornar um município rico, mas neste momento ela, eu não sei como ela pode ser classificada, mas ela não é uma vila, ela não é um bairro rural não¹⁰³ [...].

Percebe-se na opinião de nossa entrevistada Jordana um grande sentimento de otimismo em relação ao desenvolvimento daquela localidade. Vale ressaltar que esse otimismo é visível nas falas de outros moradores, como foi narrado em algumas de nossas entrevistas já citadas. Mas, fica evidente que para ela Nova Casa Verde não se enquadra na definição de vila, pois segundo a narradora ela já possui um nível bem elevado de desenvolvimento para que possamos considerá-la como tal.

Por outro lado, ela também não pode ser considerada como sendo uma cidade, visto que para considerarmos tal possibilidade teria que se enquadrar nos aspectos já citados anteriormente e oferecer autonomia aos seus moradores.

Mesmo na fala de nossa entrevista Jordana, a localidade não pode ser considerada uma vila, assim como também não pode ser considerada uma cidade. Como ela mesma nos afirmou, em sua opinião ainda não saberia classificar o lugar, visto que não é um bairro rural, nem uma vila, e tão pouco uma cidade. Mas defende a ideia de que Nova Casa Verde já teria condições de se tornar um município, pois ainda, segundo sua narrativa:

[...] ela já teria condições de se tornar um município por conta do potencial, tanto de pessoas, pela quantidade de pessoas que tem aqui, seria interessante isso para que esta região tivesse condições de gerar impostos, gerar renda e se manter, para que aqui tivesse condições de ter recursos para investir em políticas públicas e infraestrutura que aqui é bastante precária. Então por isso que eu acho que aqui por não ter nenhum tipo de investimento ela já está muito bem, pela força da comunidade, só pelo trabalho da comunidade, nós temos apoio do poder público municipal, do caso de Nova Andradina, mas pela distância, que são sessenta quilômetros, não é um bairro que está ali próximo da cidade, então o município tem dificuldade de atender aqui pelo tamanho, pela proporção de não ser um pequeno bairro onde você consegue dar assistência todos os dias e isso aqui também não gera renda suficiente pra ainda, como diria assim, como não tem recursos, como é um trabalho das pessoas daqui, então ela já está muito bem por tudo que ela é¹⁰⁴ [...].

Durante nossa conversa com Jordana foi interessante notarmos sua preocupação em não expor sua opinião crítica quanto a atual administração municipal em relação ao lugar onde mora e trabalha como funcionária pública, Nova Casa Verde.

¹⁰³ ENTREVISTA. Jordana Cristina Barbosa Alves. Vila Nova Casa Verde. 12/05/2015.

¹⁰⁴ Idem.

Num primeiro momento ela nos coloca sua percepção do lugar ser considerado uma vila ou cidade de forma bem sucinta. Ao insistirmos mais um pouco quanto a sua interpretação em relação ao desenvolvimento da região, ela começa a nos relatar sua opinião de forma otimista face ao futuro do lugar onde mora. É interessante ressaltar que, durante as nossas entrevistas, tivemos vários entrevistados que por um motivo ou outro não se sentiam a vontade ao expor suas opiniões e críticas da situação em que se encontra Nova Casa Verde em relação ao governo municipal vigente.

Então, percebemos durante a narrativa que Jordana viu aquele lugar nascer e crescer. Como ela mesma expõe, isso se deu na maioria das vezes com a força de vontade e união dos moradores, sem depender diretamente do poder público. Nesse sentido vale ressaltar que, como destacaram os entrevistados, na maioria das vezes, esse poder público é lento e falho. Este depoimento de Jordana nos remete aos apontamentos encontrados no artigo de Scherer-Warren (2006), ao expor o sentido das redes de movimentos sociais, e afirmar que:

Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção [...] (p. 4, 2006).

O entusiasmo e a esperança de ver aquela localidade crescer, e crescer cada vez mais, não é observado somente nas falas de Jordana, mas em várias outras entrevistas já citadas. Este bem-querer à localidade é explicado justamente porque muitos desses indivíduos entrevistados nasceram e cresceram ali, vendo o lugar se desenvolver ou estagnar ao longo do tempo.

A partir dos autores analisados, concordamos que para Nova Casa Verde ser identificada como uma cidade ainda falta o investimento em infraestrutura adequada por parte do poder público. Mas também, por outro lado, talvez não possamos considerá-la como sendo uma vila, sem nenhum recurso, dependente totalmente da cidade sede do município, já que as evidências históricas mostraram que não se trata dessa situação exclusivamente.

A partir de nossas observações, entrevistas, leituras e diálogos com os autores relacionados, chegamos a um entendimento, salvo engano, de que Nova Casa Verde

estaria passando por um estágio transformador, ou seja, estaria entre o conceito de vila e o cidade; estaria nesse “entremeio”.

3.2 Nova Casa Verde e sua economia de autoconsumo

Independente de uma determinada localidade ser classificada como sendo vila ou cidade, sua economia, comumente, decorre do pequeno ou grande comércio atuante dentro do perímetro urbano. Mas também há outros casos em que a economia advém do meio rural que circunda tal localidade.

Em Nova Casa Verde essa característica não é diferente, pois é possível perceber que a renda dessa população é gerada tanto a partir do meio rural, quanto do meio urbano. Mas fica evidente que grande parte da renda mensal da população que mora na localidade é oriunda ainda do trabalho rural, seja nas fazendas com as lides de gado, seja nos assentamentos de reforma agrária que se localizam próximos ao perímetro urbano de Nova Casa Verde e foram o suporte inicial para que a Vila emergisse como discutimos em outro momento desta pesquisa.

No caso das fazendas, não é propriamente o proprietário da fazenda e os seus familiares que passam todo mês a gastar seus recursos orçamentários no comércio local: não que isso nunca ocorra, pode acontecer, mas em pequena proporção em relação aos seus empregados que ao final de todo mês se dirigem ao comércio de Nova Casa Verde, seja para comprarem produtos de supermercados ou para adquirirem outras mercadorias, em lojas de outros departamentos como de roupas, sapatos, entre outros produtos.

Um detalhe interessante a salientar é que na maioria das vezes ocorre que aquele empregado da fazenda vem em busca de produtos que o local onde trabalha não lhe proporciona. Muitas fazendas oferecem ao seu empregado a carne de boi para o consumo diário, ficando o restante dos produtos de seu consumo a cargo do empregado adquirir a partir de seu parco salário.

Outra fonte de renda no interior de Nova Casa Verde vem de algumas fazendas que estão começando a trabalhar com o plantio do eucalipto¹⁰⁵. Nota-se que começam a

¹⁰⁵ Ver Mieceslau Kudlavicz. A Eucaliptização da Microrregião de Três Lagoas. In: Revista Trilha da História. Três Lagoas, v. 2, n° 3 jul - dez, 2012 p. 46-66.

mudar o meio de ganho lentamente, pois a região é conhecida pela produção de gado destinado ao abate nos grande frigoríficos do país, produto que muitas vezes é destinado ao mercado consumidor internacional.

Esse novo meio de renda acaba gerando emprego para muitas famílias que residem em Nova Casa Verde, em trabalhos como o plantio das mudas do eucalipto, em mantê-las livres de ataques de insetos e de arbustos que possam atrasar seu crescimento e na derrubada da madeira, quando esta estiver pronta para a colheita e venda.

Por outro lado, podemos perceber que a produção do eucalipto acarreta impactos sociais e ambientais, visto que para seu cultivo é necessária uma extensa área de terras, ocupando espaços que antes eram utilizados pela pecuária, agricultura ou mesmo para a preservação ambiental. Como consequência uma família que se encontrava empregada como pecuária acaba sendo obrigada a se mudar em busca de um novo emprego, perdendo espaço para o monocultivo do eucalipto, entre outras perdas.

Há também que se destacar os impactos ambientais causados por esse tipo de exploração da terra, em vista de uma produção monocultora que acaba esgotando os nutrientes do solo tornando-o fraco para outros tipos de produção agrícola. Devido ao eucalipto absorver grande quantidade de umidade do solo, nascentes de córregos próximas ao seu plantio são impactadas, com o esgotamento do leito dos córregos e rios, causando a expulsão, além dos seres humanos, de diversos animais silvestres que vivem na região e dependem do equilíbrio ambiental para sua sobrevivência.

Os lotes do assentamento Casa Verde que possuem plantio do eucalipto, no momento de nossa pesquisa encontram-se, segundo informações de Jordana¹⁰⁶ de 31 anos, praticamente abandonados, não gerando nenhum tipo renda e nem empregando mão de obra. Esses sítios, segundo informações da moradora da vila, são pertencentes a famílias detentoras de comércios na região e possuem um elevado nível econômico.

A empresa Brasil Wood que produz o eucalipto na região emprega várias famílias, sendo um emprego, conforme os moradores, com carteira assinada, pois o empecilho para continuarem empregados se dá quando a empresa resolve remover seus funcionários para trabalharem em outra localidade. Nesse momento, muitos funcionários optam por sair da empresa para não ficarem distantes de suas famílias.

A usina Santa Helena, produtora de álcool, também proporciona alguns empregos para os moradores locais como os de: operador de máquinas tratores e colheitadeiras,

¹⁰⁶ Jordana Cristina Barbosa Alves. Professora e moradora na Vila Nova Casa Verde. 11/07/2016.

mecânicos de máquinas agrícolas, serviços de RH, eliminador de pragas da cana entre outros. Muitas famílias que moram em Nova Casa Verde dependem desse salário, pois por ser um local onde o emprego torna-se escasso, a alternativa é o emprego nas usinas energéticas, pois possuem uma renda com carteira assinada, além das horas extras.

Nos assentamentos de reforma agrária, como o Casa Verde e o Teijin é possível perceber o manejo do gado leiteiro, de onde as famílias garantem seu sustento todo mês. Em menor proporção também é possível identificar a criação de gado de corte para o abate nos frigoríficos da região.

Muitas famílias dos assentamentos também complementam suas rendas por meio da venda de produtos derivados do leite, como o queijo e o requeijão, sendo produtos comercializados tanto por encomenda, quanto no comércio local de Nova Casa Verde. Há ainda alguns desses produtos que são levados para serem vendidos na cidade sede do município, Nova Andradina.

Algumas famílias dos lotes dos assentamentos também produzem alimentos de horticultura, sendo utilizados tanto para o autoconsumo, como para a venda nos comércios locais. Assim, em meio às roças dos assentados é possível perceber a produção de alface, abóbora, cenoura, cheiro-verde, cebolinha, beterraba, couve, maxixe, mamão, beterraba etc. Há também a produção em pequena escala de milho e da mandioca, alimentos que servem mais para o autoconsumo, devido à qualidade da terra para este tipo de produção.

Alguns assentados também passam a produzir para a venda, em pequena quantidade, o frango caipira, muito procurado e apreciado entre a população local. O dinheiro arrecadado com a venda do frango serve para ajudar a custear as despesas familiares. Semelhante à criação de frango, a de porco caipira para o consumo familiar também é bastante frequente entre os assentados.

É possível perceber nos assentamentos de reforma agrária a junção de atividades comerciais, tanto a principal, que é produção do leite para os laticínios, quanto a produção subsidiária para o autoconsumo e venda dos excedentes. Esse tipo de produção nos remete a pesquisa de Queiroz (1976), quando estuda os bairros rurais paulistas:

[...] cumpre reparar que os roceiros vivem num sistema de economia mista, em que o cultivo do solo está sempre aliado à atividades comerciais; quando estas constituem a base do regime econômico, classificamos os roceiros como “agricultores”. Nossos sitiantes foram e são ainda hoje ao mesmo tempo lavradores e pequenos negociantes (QUEIROZ, 1976, p.133).

Embora a dinâmica que envolve os dois casos, tanto dos bairros rurais paulistas, quanto dos assentamentos de reforma agrária estudados seja totalmente distintas interna e geograficamente, é válido ressaltar que a produção econômica entre os dois casos se assemelha, visto que ambos possuem uma atividade comercial principal, mas também não deixam de trabalhar com uma produção subsidiária, seja ela uma pequena lavoura, uma horta no fundo do quintal ou até mesmo a criação de alguns animais domésticos servindo para o consumo familiar, e em alguns casos para a venda de excedentes.

Por outro lado, o meio urbano de Nova Casa Verde oferece aos seus moradores alguns empregos, mesmo que em número reduzido, para que a população viva do trabalho oferecido pela área urbana. A localidade ainda depende e muito do trabalho oferecido pelo meio rural.

As escolas municipal e estadual de Nova Casa Verde são responsáveis por empregar muitos funcionários que moram na localidade, proporcionando desta forma a oferta de salários que mantêm muitas famílias todo o mês. Salários que variam conforme a função de cada funcionário, desde faxineiras, motoristas, secretárias, professores e o técnico administrativo de cada instituição.

Podemos também contar com a geração de renda de forma indireta, como o fornecedor de verduras para a merenda escolar e as lojas de doces que se localizam próximas às escolas oferecendo todo tipo de produto que atrai o público estudantil. Tais estabelecimentos geram empregos indiretos e conseqüentemente um ganho para o empregador e o empregado ao final do mês.

Para o senhor Elmo, de 65 anos, morador de Nova Casa Verde, a economia que sustenta a localidade é bem diversificada, já que, segundo ele:

[...] hoje aqui é comércio com alguns empregos locais né? Temos dois postos (combustível), restaurante anexo aos postos, tem mais o Gabrielly ali!, mais o restaurante churrasceria da vila, na beira da rodovia que fornecem empregos. A empresa Brasil Wood que tem plantio de eucalipto aqui na fazenda Douradinho, também fornece certa quantia de empregos, então não é por falta de serviço que a pessoa aqui fica por falta de trabalhar, talvez é por falta de coragem¹⁰⁷ [...].

Podemos perceber tanto na fala do senhor Elmo, quanto em nossa pesquisa de campo, que as empresas que empregam maior número de pessoas em Nova Casa Verde,

¹⁰⁷ ENTREVISTA. Elmo Gaedke. Vila Nova Casa Verde. 05/05/2015.

são as citadas na entrevista acima como os postos de Combustíveis (dois); a churrascaria e restaurante Gabrielly, parada de diversas empresas de transporte rodoviário e de ônibus de turismo que por ali passam; empresa Viação Motta Ltda com restaurante anexo; dois grandes mercados que fornecem serviços e produtos não somente para a área urbana de Nova Casa Verde, mas também para áreas rurais próximas a ela.

Não menos importantes são os pequenos comércios da localidade que empregam um número reduzido de funcionários, muitas vezes contando somente com o dono e mais um funcionário, mas que possuem grande importância, pois fornecem determinados serviços de que necessitam os moradores que ali residem e também geram fluxo de capital ao final de cada mês. Nesse sentido podemos citar Candido (1964), quando afirma que: “o comerciante das vilas e cidadezinhas age como intermediário e regulador, ao seu modo, contribuindo não raro para acentuar as condições de instabilidade e insegurança” (1964, p. 168). Visto que muitos desses comércios em Nova Casa Verde funcionam com a venda “informal”, pois por ser uma localidade pequena, na falta do dinheiro em espécie, a venda acaba ocorrendo através da “caderneta” marcando os produtos que foram comprados e ao final de cada mês ocorre o acerto do débito do cliente, percebendo-se que seus compradores são mais que clientes, são seus vizinhos, compadres e amigos.

3.3 História, Memória e Fé: Nova Casa Verde e a crença de um povo

Por último, mas não menos importante, deixamos para falar das religiões presentes em Nova Casa Verde, regendo a vida dos indivíduos que as professam, independente de sua denominação. Os grupos - senão todos, mas grande parte -, possuem sua religião, sua fé e sua história e em Nova Casa Verde não seria diferente, visto que as pessoas, em sua maior parte, que ali moram ou ali chegam fixando moradia acreditam no poder da fé para guiar suas vidas.

Foi possível apreender dentro do perímetro urbano de Nova Casa Verde um total de nove igrejas evangélicas, de várias denominações como a Igreja Templo Batista Proclamando Nossa Fé; a Mundial Igreja do poder de Deus; a Assembleia de Deus

Madureira; Igreja Pentecostal Deus é Amor; Assembleia de Deus Belém; Igreja Assembleia de Deus; Igreja Adventista da Promessa; Igreja Só o Senhor é Deus e a Igreja Universal Cristo é o Senhor.

Para esta análise escolheremos uma Igreja Evangélica, a Assembleia de Deus Madureira, tendo em vista que existem várias outras Igrejas Evangélicas, mas é impossível analisarmos todas elas, mesmo porque não é nosso objetivo fazer uma análise profunda dessas instituições. Um dos motivos para termos escolhido esta instituição foi que durante nossa pesquisa de campo tivemos contato com o presbítero Emerson, que ao ter o conhecimento e o foco de nossa pesquisa, se prontificou para contar um pouco da história dessa instituição dentro de Nova Casa Verde e também de sua própria história de vida.

Outra instituição em Nova Casa Verde e que propomos fazer algumas considerações é a Igreja Católica, justamente por ser considerada a “mãe” das outras religiões monoteístas presentes na Vila e por possuir grande número de fiéis se comparada a outras Igrejas Evangélicas encontradas nessa localidade. Há de se destacar também que ela está localizada em um lugar privilegiado e estratégico em relação às outras instituições “concorrentes”.

Emerson de 27 anos de idade, presbítero da Igreja Assembleia de Deus Madureira de Nova Casa Verde e morador da localidade há cinco anos, fazendo parte desta religião há onze anos, passou a conhecê-la, como narra, por meio do convite de sua irmã que já participava da Assembleia de Deus Madureira. Segundo a autora Clara Mafra (2001), a Igreja Assembleia de Deus terá sua origem no Brasil por meio da Igreja Batista a partir de 1910, no estado do Pará. Para Mafra, os motivos dessa ruptura estariam na forma litúrgica de como era ministrado o culto por alguns missionários, incluindo os suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg da Igreja Batista que darão origem a nova igreja:

Como era típico no campo religioso naqueles anos, a Igreja Batista era uma das igrejas evangélicas mais populosas e que abrigava o segmento evangélico mais humilde de Belém, se comparada às outras duas da cidade, a Presbiteriana e a Episcopal. Os missionários, também de origem social humilde, reuniram-se com os seus irmãos, iniciando uma série de encontros de oração e vigília que corriam em paralelos aos cultos e reuniões oficiais da igreja. Menos de um ano depois, em 13 de junho, quando um irmão leigo dirigia o culto, outros perceberam que a liturgia se desenvolvia de forma pouco usual: várias das pessoas presentes estavam orando em “línguas estranhas”, o que “provocava um vozerio forte e irreverente dentro do templo, e prejudicava quem orava em silêncio”. Um dos irmãos incomodado convocou uma reunião em seguida, pedindo que os membros da “seita” se manifestassem e que fossem “cortados da igreja” (MAFRA, 2001, p.29-30).

A partir de então surge no Brasil a Igreja Assembleia de Deus, que desde seu início, como afirma Mafra, irá assustar os católicos e evangélicos desse período. Isso se deu, pois desde o princípio ela se multiplicou cada vez mais por todo o Brasil: “As igrejinhas da Assembleia de Deus se multiplicaram pelas cidades e o interior do Brasil, reunindo gente humilde que se vestia segundo o molde dos missionários suecos: ternos para os homens, vestidos longos e cabelos compridos para as mulheres” (MAFRA, 2001, p.30). Essa padronização no modo de se vestir e se comportar na religião protestante também é citada em Montes (2012), ao discutir as mudanças provocadas nos fiéis quando aderem ao pentecostalismo:

As vestimentas sóbrias padronizadas para homens e mulheres no culto dominical, o corte de cabelo e o penteado que passam a se conformar a um estilo uniforme, estranho às modas do momento, ou a recusa de continuar a participar de redes de sociabilidade que davam ocasião a divertimentos profanos (MONTES, 2012, p. 100).

Para o presbítero Emerson, de 27 anos, a religião tem uma grande importância nesta ou em qualquer outra comunidade, pois ela consegue mudar modos de pensar e de agir dos indivíduos. Assim, segundo ele:

[...] rapaz a gente vê a importância, principalmente da igreja, porque ela muda a sociedade, ela é uma instituição que muda o caráter das pessoas, a gente vê que o povo fala assim: que a igreja é como se fosse uma curva de rio né? Tudo cai nela, se roubava, vai depois pra igreja. Então eu creio assim, que a importância de uma igreja, independente de ser evangélica ou católica ou alguma religião que fala de Deus, essa influência que ela tem na sociedade, que ela tem aqui mesmo para Nova Casa Verde, muitas pessoas que antes tinham uma vida indigna aqui na cidade, passaram a terem uma vida de respeito, principalmente através da igreja, no caso, nós tínhamos pessoas que bebiam aqui, que usavam drogas, que se prostituíam, e que hoje fazem parte da igreja. Então eu acho que a importância da igreja é na parte que ela interfere na sociedade na parte de mudanças. Então a importância, principalmente da Assembleia de Deus, está na mudança que ela faz na sociedade¹⁰⁸ [...].

A religião, conforme afirmou nosso entrevistado, tem o poder de transformar as vidas das pessoas, independente de sua denominação. Ela tem a função transformadora, por meio da doutrinação, com base nos princípios propostos por tal instituição.

¹⁰⁸ ENTREVISTA. Emerson dos Santos. Vila Nova Casa Verde. 27/02/2016.

Segundo Emerson essa transformação estaria na atitude do indivíduo em aceitar a palavra de Deus pela religião, deixando sua vida “mundana” de uso de drogas, prostituição, roubos, entre outros, para trás, sendo a partir daquele momento uma pessoa “renascida” e “digna de respeito”, segundo os princípios religiosos ao qual nosso narrador pertence.

Interrogado quanto ao significado da religião em sua vida, o senhor Emerson narra como a religião, no caso a decorrente da Igreja Assembleia de Deus Madureira, foi importante para “transformar sua vida”. Segundo ele “retirando-o de uma vida indigna de respeito e reestruturando sua forma de agir e pensar perante a sociedade e a Deus, reconduzindo o mesmo no seio da sociedade, sendo visto hoje pela sociedade do qual faz parte como uma pessoa que foi transformada através da palavra de Deus”. Assim, afirma ele:

[...] rapaz, para mim hoje, assim, eu tomo por Deus né? Porque foi nessa igreja, não que eu tenho essa igreja como tudo, mas o que eu aprendi nela foi porque ela mudou minha forma de agir, a forma de ser, então eu vejo essa importância que a igreja trás para mim hoje, porque eu era... Como eu disse né? A igreja recupera pessoas, eu era uma pessoa drogada, estava envolvido no crime, com prostituição, com drogas. Quando eu cheguei à igreja minha mente, minha visão mudou entendeu? Então eu acho que a igreja, a religião como você diz, como meu tio me ensinava, a religião é a religião a Deus, ela me religou a Deus, eu vivia totalmente com uma visão distorcida de Deus e hoje tudo que eu vejo tudo que essa religião me trouxe foi me aproximar mais de Deus, deixar esses ensinamentos corrompidos que o mundo traz hoje para trás, não o estado de perfeição, porque perfeito ninguém é né? Mas eu tenho certeza que os meus conceitos, meus pensamentos, minhas atitudes mudaram por causa disso, então eu creio que para mim é tudo¹⁰⁹ [...].

Assim como a religião mudou a vida de nosso entrevistado, ele percebe o quanto ela é importante dentro da localidade podendo transformar a vida de muitas outras pessoas. Essa transformação não se daria somente pelo viés religioso, mas também por meio de alguns programas sociais que a instituição da qual faz parte desenvolve no decorrer do ano, ao distribuir alimentos, agasalhos, entre outros bens necessários às famílias mais carentes da comunidade em que vive. Perguntado da importância dessa instituição dentro de Nova Casa Verde, ele nos responde o seguinte:

[...] então a importância da igreja Assembleia de Deus para Nova Casa Verde é isso que eu falo é de poder estar compartilhando, já fizemos aqui uma época uma assistência social, a assistência social que a gente faz aqui é uma

¹⁰⁹ Idem.

visita, ver se tem alguém que precisa, se tem necessidade de uma roupa, de um alimento e a gente ajuda nessa parte, então a Assembleia de Deus, eu creio que ela coopera para o crescimento dessa cidade né? Assim se as religiões aqui fossem um pouco mais unidas, eu creio que a gente conseguiria suprir mais a necessidade, então a gente faz uma pequena parte¹¹⁰ [...].

Percebe-se que ao mesmo tempo em que a religião une pessoas ou seus pares, ela também de certa forma gera exclusão. Isso fica nítido no final da fala de nosso narrador, ao observar que: “assim se as religiões aqui fossem um pouco mais unidas”. Isso nos leva a perceber que mesmo sendo religiões protestantes, elas possuem dentro de Nova Casa Verde suas diferenças e divergências, visto que são nove denominações religiosas protestantes em uma área urbana relativamente pequena disputando a atenção de seus fiéis.

Talvez essa divergência seja um empecilho para o trabalho social coletivo que poderia ser desenvolvido na comunidade por essas instituições.

Outra instituição religiosa que está presente em Nova Casa Verde é a Igreja Católica, atendendo não somente a área urbana da localidade, mas também parte de outro município, como o de Bataguassu, devido a distância das comunidades em relação às cidades sede e parte do município de Ribas do Rio Pardo, além dos assentamentos e fazendas que estão na proximidade de Nova Casa Verde.

Enquanto as instituições religiosas protestantes encontram-se localizadas por vários pontos da área urbana de Nova Casa Verde, a instituição católica foi edificada em um ponto centralizado, em frente à praça central da localidade, tendo próximo a ela seu salão paroquial, utilizado para reuniões da comunidade, como também para festas quermesses que acontecem no local todos os anos. No período de nossa pesquisa a Igreja Católica encontrava-se em processo de reforma.

¹¹⁰ Ibidem.

A seguir, é possível observar o prédio da Igreja Católica, da comunidade São

Foto: Autoria de Claudomiro Morales Torres



Foto 16 - Igreja Católica de Nova Casa Verde - Comunidade São Pedro, São Paulo, 2015. Avenida Dilson Casarotto.

Pedro e São Paulo, em vila Nova Casa Verde, localizado na Avenida Dilson Cassaroto, área central da vila, tendo a sua frente à praça central, ao seu entorno vários comércios importantes para a localidade.

Para o senhor Sandro, de 38 anos, católico e participante ativo dessa paróquia, exercendo algumas funções, dentre elas a de coordenador geral das pastorais; da pastoral familiar; como também ministro da eucaristia, a religião é de suma importância na sua vida e de sua família, “servindo como um porto seguro nas horas de aflição e de angústia”, como também “nas horas de alegria”:

[...] na minha vida é tudo, eu sem a religião, sem esse como se diz? Esse despertar de vocação que teve em mim, eu não seria quem eu sou hoje, ela me orientou a ter um caminho, um ponto de vista na minha vida para eu seguir adiante, como se diz ela me conduz no momento de aflição, momentos difíceis que eu tenho, nos momentos de alegria é a minha fortaleza que faz caminhar, depois que eu descobri esse despertar e assumi esse propósito de sempre estar à disposição pra ajudar, e como se diz e anunciar o evangelho como a gente sempre fala é tudo pra mim, sem meu trabalho na igreja, sem ele eu não seria nada, nem pra minha família, nem pra ninguém¹¹¹ [...].

¹¹¹ ENTREVISTA. Sandro Aparecido dos Santos. Vila Nova Casa Verde. 09/05/2015.

Percebe-se que independente de denominações ou de opções religiosas – o que não cabe discutir nesta pesquisa -, a religião funciona como um norte na vida dos indivíduos entrevistados, direcionando-os e mostrando caminhos a serem percorridos, ficando a cargo de cada pessoa escolher aquele em que ela acredita ser o melhor. A comunidade católica, semelhante às comunidades das igrejas evangélicas, desenvolve alguns projetos sociais como visitas as famílias carentes, levando ajuda, por meio do fornecimento de alimentos e agasalhos, por exemplo.

Como afirma Sandro, as missas acontecem uma vez por mês nas comunidades rurais, sendo todo final de semana na área urbana de Nova Casa Verde. A catequização dos jovens também acontece toda semana, iniciando-os na formação religiosa. Questionado quanto à importância da comunidade católica para os moradores de Nova Casa Verde, nosso entrevistado nos responde com as seguintes palavras:

[...] tem muitas famílias que se não fosse essa instituição religiosa estaria desorientada, quem busca orientação, busca força pra crescimento da sua família, pessoal, a gente tem muita procura nesta questão, pessoas como se diz? Se sentindo perdida, é como se a gente ver ali a igreja fizesse um trabalho de psicólogo com muitas pessoas aí, a gente percebe muito a questão de família, jovens, a gente vê muita essa procura em cima da igreja, percebo bastante porque eu trabalho na pastoral familiar eu vejo isso, toda hora as pessoas procuram, sem rumo, sem direção, querendo achar um rumo certo pra vida¹¹² [...].

Cada sociedade possui sua forma de se comportar, de agir, de pensar e de se identificar ou não com as variadas religiões. Isso não é diferente em Nova Casa Verde, pois cada uma das instituições relacionadas traz seus conceitos, suas diferenças, tanto na forma litúrgica, quanto na forma de lidar com seus fiéis.

Como afirmou o entrevistado, Sandro, a instituição religiosa nos dias atuais desenvolve um papel fundamental na sociedade, ao propor um trabalho que envolve a ligação homem – alma – e o sagrado, além daquele que desenvolve desde os seus primórdios, sendo que, no tempo presente, os pastores, padres e demais religiosos propiciam outros atendimentos sociais e espirituais, contribuindo até mesmo, como sugerem as entrevistas, no papel de psicólogos e conselheiros.

Durante nossa pesquisa de campo em Nova Casa Verde indagamos aos moradores e entrevistados se existia alguma outra religião neste espaço social da Vila, além da católica e da evangélica, como a Umbanda e o Candomblé, por exemplo. Muitos nos

¹¹² Idem.

disseram que não tinham conhecimento da existência dessas religiões na localidade. Até mesmo ao percorrermos as ruas da Vila identificando os tipos de comércio que existem e as instituições religiosas ali presentes, não foi possível perceber ou identificar a existência de práticas religiosas como o Candomblé e a Umbanda, talvez porque sejam, costumeiramente, silenciadas em meio à sociedade mais ampla e vivenciadas às margens, quase que às escondidas dos espaços urbanos.

Neste capítulo procuramos discutir num primeiro momento a possibilidade de Nova Casa Verde se encontrar na condição de “Vila” ou de “Cidade”, percebendo no decurso da pesquisa que ela é tratada pelos moradores locais ora como Vila, ora como Cidade. Foi importante fazermos esta discussão para entendermos em qual desses conceitos ela está inserida, visto o seu desenvolvimento estrutural cada vez mais amplo. No segundo momento, buscamos compreender de que forma sua economia é gerada, percebendo que dentro desse espaço social foi possível identificar a presença de vários comércios lojistas, como também uma renda advinda das áreas rurais que cercam a localidade. Por último, procuramos trazer algumas considerações sobre as religiões presentes no ambiente urbano da Vila, como fizemos anteriormente.

É importante fazermos essas considerações, visto que o objetivo de nossa pesquisa não era o de trazer um estudo profundo sobre as várias instituições religiosas presentes em Nova Casa Verde, mas percebermos as várias instituições religiosas presentes em um espaço urbano relativamente pequeno, destacando ainda que, sendo considerada “Vila” ou “Cidade”, independente desse conceito, toda e qualquer sociedade possui seus dogmas; suas religiões e suas crenças.

Considerações Finais

Nesta pesquisa, procuramos fazer algumas considerações importantes sobre a edificação da Vila Nova Casa Verde, buscando apreender a sua história, desde o início de sua existência, a partir do assentamento de Reforma Agrária Casa Verde, até o tempo presente.

Para que fossem realizadas tais considerações, no primeiro momento nos atemos a explicitar a formação do Assentamento de Reforma Agrária Casa Verde, observando que o seu início se deu no final dos anos 1980, mais precisamente no ano de 1987. Foi importante nos atemos a ele no primeiro momento, pois a existência da Vila Nova Casa Verde está intimamente ligada às famílias que faziam e fazem parte desse assentamento. Foram elas que passaram, no primeiro momento, a idealizar um local onde pudessem vender os produtos que cultivavam em seus lotes de terras.

Nossa principal metodologia de pesquisa foi a história oral, mas não deixando de lado a utilização de fontes documentais à medida que fomos tendo acesso a elas. Procuramos, nas entrevistas, saber dos motivos que levaram essas famílias a entrar na luta por um lote de terra, bem como suas condições de vida no tempo dos acampamentos, ao viverem em barracos de lona preta. Assim como nos anos que se seguiram na luta por um lote de terra, propusemos também, nesse primeiro momento, a narrar as condições dessas famílias quando foram contempladas com os lotes de terra e suas dificuldades para que conseguissem permanecer na terra, tendo como um dos principais motivos a falta de subsídios por parte do governo federal, nos primeiros anos do assentamento.

É importante considerarmos também, que durante nossas pesquisas pudemos perceber que as pessoas que ainda permanecem em seus lotes são famílias que na época em que foram contempladas com a terra, possuíam algum bem material, do qual foram se desfazendo mediante as dificuldades financeiras dos primeiros anos de assentamento.

Percebeu-se que o objetivo dessas famílias no início do assentamento era possuir um pedaço de terra para que pudessem trabalhar com a agricultura, onde pudessem plantar o arroz, o milho, o feijão, a mandioca entre outros produtos alimentares. Mas durante os anos que se seguiram em seus lotes, foram percebendo que o solo não

favorecia este tipo de agricultura, devido ao alto índice de acidez do solo e por ser uma terra arenosa, exigindo dos assentados um custo muito caro para o manejo adequado da terra com implementos agrícolas para este tipo de agricultura, pois nenhuma das famílias que ali se encontravam assentadas não possuíam sequer mínimas condições financeiras para arcar com tais custos.

Para a confecção do primeiro capítulo foram realizadas dezessete entrevistas com as famílias primárias do assentamento, que conseguiram permanecer em seus lotes de terra.

No segundo momento de nossa pesquisa, ao tecermos o segundo e o terceiro capítulo, focamos na edificação da Vila Nova Casa Verde para entendermos a construção do seu contexto social, ou seja, para respondermos algumas indagações e inquietudes inerentes a nossa proposta de pesquisa.

Procuramos trazer algumas considerações dos motivos que levaram os idealizadores a edificarem a Vila nesta localidade, o oposto do espaço reservado pelo órgão do governo federal, o INCRA, dentro do assentamento Casa Verde, mais precisamente na gleba Angico. Após sua edificação, a Vila passou a receber inúmeras famílias, advindas de várias regiões do Estado, até mesmo de outros Estados brasileiros, como do Paraná, por exemplo. Buscamos entender os motivos que levaram essas famílias até aquela localidade e ali estabelecerem laços de parentesco e de amizades. Inerente a isso também nos atemos aos motivos de muitas famílias irem embora dessa localidade.

Por ser um local que está em pleno desenvolvimento econômico, propusemos-nos a fazer uma análise dos variados tipos de comércio que ali se encontram, gerando uma renda tributária importante para o Município de Nova Andradina e também para o próprio crescimento da localidade. Foi possível perceber que os assentamentos de Reforma Agrária que circundam o local, além das inúmeras fazendas, são de suma importância para o comércio local, à medida que esses indivíduos passam a consumir produtos vendidos no comércio local, bem como a fornecer alimentos que abastecem esse comércio.

Fizemos também uma análise do conceito de “Vila” e “Cidade”, para entendermos em qual desses conceitos Nova Casa Verde poderia ser compreendida, visto que durante nossas pesquisas e conversas com os moradores locais percebemos a utilização dos dois termos.

Enfim, buscamos tecer uma análise do cotidiano da Vila Nova Casa Verde, passando por temas que envolveram sua economia, sua educação e suas religiões. Consideramos importante fazer uma análise das religiões que se encontram atuantes nesta área urbana, pois toda e qualquer sociedade possui suas crenças, seus dogmas, sejam eles quais forem se apoiando nessas referências em momentos tanto de dificuldades como ainda nos momentos de alegria.

Podemos considerar que a Vila Nova Casa Verde é uma extensão urbana do assentamento de Reforma Agrária Casa Verde, pois está localizada em área pertencente ao assentamento e talvez, mais do que isso, foi por meio dos anseios desses assentados que ela ganhou forma e existência. Em vista disso, concluímos que Nova Casa Verde surgiu através do movimento de Reforma Agrária, tornando-se um espaço urbano idealizado a partir das famílias do assentamento rural Casa Verde.

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Orgs). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; BORGES, Maria Celma; MARTIN, Andrey Minin; RODRIGUES, Marcel Infante (Orgs). *Prática de ensino e de pesquisa em história e geografia*. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2008.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

BALLER, Leandro. *Fronteira e fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. Curitiba, PR: CRV, 2014.

BARBOSA, Maria Valéria; ESTERCI, Neide; FRANCO, Mariana Pantoja; LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde (Orgs). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.

BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Ed. Anita, 1997.

BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. São Paulo: Annablume, 2010.

BORGES, Maria Celma; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de (Orgs). *Cultura, Trabalho e Memória: Faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2006.

BORGES, Aricelle Silva; BORGES, Maria Celma; BRENTAN, Marcelo Fernandes; MAZOTI, Lays Matias; SILVA, Juliano Alves da (Orgs). *O trabalho com as fontes no ensino e na pesquisa em história*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. *Era uma feira aonde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua Feira Livre Central*. Dourados – MS: Ed. UFGD, 2013.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Ed: Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1964.

COELHO, Fabiano. *A alma do MST ? a prática da mística e a luta pela terra*. Dourados – MS: Ed. UFGD, 2014.

CORREIA, Telma de Barros. *De Vila Operária a Cidade-Companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular*. R. B. Estudos Urbanos e Regionais Nº 4 / Maio, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Editora Ática, Série Princípios, 3ª. Edição, n.174, 1995. p. 1-16.

CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: RelumeDumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FABRINI, João Edmilson. *Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: experiências e lutas no Paraná*. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERREIRA, Áurea Rita de Ávila Lima; VIEIRA, Juliane Ferreira (Orgs). *Do cheiro da terra aos fios da memória*. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

GARCIA, Alex Ferreira. *Rural e Urbano: tentando entender as responsabilidades legais e definições*. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperança. Espaços de diálogos e práticas. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre – RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

L' ESTOILE, Benoît de; SIGAUD, Lygia. *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- LENCIONI, Sandra. *Observações sobre o Conceito de Cidade e Urbano*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008.
- LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2001.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação de Outro nos confins do humano*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.
- MENEGAT, Alzira Salette. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral – MS. Dourados – MS: UEMS/UFGD, 2009.*
- MONTES, Maria Lucia. *As figuras do sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de (Org.) *Histórias que (re) contam histórias: análise do povoamento colonização e reforma agrária do sul do Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD, 2013.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. Empresa gráfica da revista dos tribunais S.A, 1972.
- QUEDA, Oriowaldo; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise* (Org). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.

SILVA, Vicente de Paulo da; LIMA, Osmar Almeida de; PINA, José Hermano. *Município e Distrito: um estudo teórico*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008.

SCHWENGBER, Isabela. *Quando o MST é notícia*. Dourados – MS: Editora UFGD, 2008.

SCHEREN-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Brasília, 2006.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados – MS: UFGD, 2014.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUDLAVICZ, Mieceslau; JESUS, Sebastiana Almire de; REGINA, Jesus Eurico Miranda (Org.). *Lutas dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992): a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. Campo Grande – MS, 1994.

KUDLAVICZ, Mieceslau. *A Eucaliptização da Microrregião de Três Lagoas*. In: Revista Trilha da História. Três Lagoas, v. 2, n° 3 jul - dez, 2012 p. 46-66.

Fontes:

Escola Estadual Professor Luiz Carlos Sampaio – vila Nova Casa Verde – MS.

Escola Municipal Luis Claudio Josué – vila Nova Casa Verde – MS.

Escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bonin – Gleba Angico - Assentamento Casa Verde – Nova Andradina – MS.

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Nova Andradina – MS.

Entrevistas utilizadas:

ADERGENIEL. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Nova Andradina, 26/02/16.

ADÃO. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê, 21/12/2014.

ANTÔNIO. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê, 20/12/2014.

ANA MARIA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 05/05/2015.

APARECIDO. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 07/05/2015.

APARECIDA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê, 21/11/2014.

CLARICE. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Angico, 15/11/14.

CLEUZA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 06/05/2015.

DELVITO. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba, 15/12/2014.

DIVINO. Entrevista concedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 27/02/16.

EMERSON. Entrevista concedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 27/02/16.

EDNA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba, 20/11/2014.

ELMO. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 05/05/2015.

ELZA LUZIA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 13/05/2015.

ERONILDES. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 25/05/2015.

IVANÊS. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 19/05/2015.

IVAN. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Angico, 15/12/2014.

JOAQUIM. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê, 21/12/2014.

JACINTA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Angico, 12/12/2014.

JOSÉ. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 03/08/2013.

JORDANA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 12/05/2015.

JOÃO LUÍS. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 14/05/2015.

JOSÉ CARLOS. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 25/05/2015.

LÍRIO. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Angico, 12/12/2014.

LOURDES. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Peroba, 22/11/2014.

MARCIA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 25/05/2015.

MARIA APARECIDA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 20/05/2015.

MESSIAS. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Angico, 27/11/2014.

OTÁVIO. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 19/05/2015.

ROSA CRISTINA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 05/05/2015.

SANDRO. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 09/05/2015.

VALDIVINO. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Ipê, 21/12/2014.

VANEIDE. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Assentamento Casa Verde, gleba Angico, 20/11/2014.

VERA LÚCIA. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Vila Nova Casa Verde, 16/05/15.

VICENTE. Entrevista cedida a Claudomiro Morales Torres. Dourados - MS, 30/01/2015